

PAIXÃO POR ANGOLA.

Concretizar, evoluir, participar no crescimento de Angola. É aí que colocamos a nossa Paixão. Para sermos sempre melhores. Uma dedicação capaz de fazer a diferença, na realização dos sonhos e das ambições do nosso País, dos projectos das Famílias e dos desafios das Empresas.

Para o BNI, crescer, é sempre crescer com Angola.

ÍNDICE

Ambicionamos o Futuro Consigo.

Mensagem do Presidente	06
Principais Indicadores	10
Banco de Negócios Internacional	12
Estrutura Orgânica	16
Modelo de Gestão Corporativa	18

O Valor das Relações.

Marcos Históricos	22
Presença Geográfica e Rede de Balcões	26
Campanhas	28
Patrocínios	32

Crescemos com Angola.

Recursos Humanos	36
Projecto Crescer BNI	40
Áreas de Apoio ao Negócio – Síntese de Actividades	44

Paixão pelos Negócios.

Evolução do Negócio	58
Áreas de Negócio	60
Canais de Distribuição	64
Caracterização dos Clientes BNI	68

Compromisso com as Pessoas.

Gestão do Risco	72
Enquadramento Regulamentar	80
Envolvente Económica e Financeira	84

Solidez nos Resultados.

Análise Financeira	96
Demonstrações Financeiras	108
Parecer da Auditoria	174
Parecer do Conselho Fiscal	176



AMBICIONAMOS O Futuro **CONSIGO**

- | Mensagem do Presidente
- | Principais Indicadores
- | Banco de Negócios Internacional
- | Estrutura Orgânica
- | Modelo de Gestão Corporativa

MENSAGEM DO PRESIDENTE

CONJUNTURA ECONÓMICA

No ano de 2014, apesar do efeito amortecedor ocorrido no último trimestre, resultante da redução das receitas do Estado, devido à quebra brusca do preço do barril de petróleo no mercado internacional, manteve-se o crescimento do PIB da economia Angolana, tendo situado-se na ordem dos 5,3%.

Perspectiva-se para 2015 o crescimento do PIB Angolano entre 2% a 4%, sendo uma das medidas estruturais a implementar e a aceleração da diversificação da economia, com a manutenção do ritmo do crescimento económico, daí resultando, portanto, um crescimento mais acentuado do sector não petrolífero, do que do petrolífero.

Grande parte da dívida externa Angolana foi contraída ao abrigo de programas bilaterais, o que se reflecte numa avaliação de Risco menos relevante, estando o Estado a preparar-se para financiar o défice orçamental, quer no mercado externo, através, entre outros, da emissão de eurobonds, podendo com a manutenção da classificação do rating do País, vir a criar capacidade para atrair investimento estrangeiro, quer no mercado interno, por emissão de Bilhetes do Tesouro, com uma taxa de juro indexada à variação do Kwanza face ao Dólar.

As reservas cambiais do País, que cobriam em 2014, 7 a 8 meses de importação, são consideradas adequadas, sendo metade oriundas do superavit fiscal. Fruto da conjuntura actual, prevê-se para 2015 que passem a cobrir 5 meses de importação de Bens e Serviços.

Durante o 1º semestre de 2014, a taxa de inflação atingiu um mínimo de sempre de 6,9%, permitindo assim a estabilidade dos preços e perspectivando-se para 2015, a sua manutenção, numa tentativa de combater tendências inflacionistas, por forma a que a taxa de inflação não ultrapasse o intervalo de 7% a 9%.

POLÍTICA MONETÁRIA E SECTOR BANCÁRIO

Dados os problemas estruturais, no último trimestre do ano, o Crédito externo tornou-se mais caro, limitando as opções de investimento privado e público, tendência que se irá manter em 2015.

A partir de Outubro 2014 a taxa básica de juro do BNA passou de 8,75% para 9,00% o que, conjugada com o aumento do coeficiente das reservas obrigatórias dos Bancos, que passaram de 12,5% para 15% em Novembro de 2014, veio a limitar a capacidade de empréstimo aos agentes económicos, forçando os Bancos a cobrar juros mais elevados. A tendência mantém-se, tendo já, em Fevereiro de 2015, o coeficiente das reservas obrigatórias dos Bancos, em moeda nacional, passado para 20%.

Os lucros dos Bancos Angolanos caíram 52% de 2013 para 2014, de acordo com o balanço consolidado do sector conforme indicação do BNA, por força do reforço das provisões para Riscos gerais de Crédito, que triplicaram de um exercício para outro, assim como os incrementos dos custos administrativos, relacionados com a expansão da rede de Balcões.

Os Activos em moeda nacional cresceram 7,1% em relação ao período homólogo, situando-se em 64,1% e os Depósitos aumentaram cerca de 20%, correspondendo os Depósitos à Ordem a 57% do total dos Depósitos, dos quais 54% foram aplicados em Crédito à economia e o remanescente em títulos do Tesouro.

Os Activos Totais da Banca cresceram 14,8% em relação ao período homólogo e o Crédito esteve concentrado em actividades não produtivas, com impacto reduzido sobre o crescimento económico.

BANCO BNI

O BNI terminou o exercício de 2014 com um total de Activos de USD 1.964.682 milhares, o que para o período homólogo de 2013, representa um crescimento de 4,13%.

Os Depósitos de Clientes situaram-se em USD 1.510.204 milhares, situando-se os fundos próprios regulamentares em USD 188.200 milhares e o Rácio de Solvabilidade em 11%.

O Resultado antes de impostos do exercício de 2014, atingiu um montante de USD 14.087 milhares apresentando um decréscimo em relação ao exercício anterior em consonância com o que aconteceu no sector, devido à necessidade de reforço de Provisões para Riscos gerais de Crédito e ao agravamento de Custos administrativos, não deixando de ter em conta que este exercício ficou marcado pelo reduzido crescimento da carteira de Crédito, fruto da própria conjuntura económica e de uma actuação prudente, tendo em conta as perspectivas para 2015.

Continuámos em 2014 a estratégia de reorganização interna, com aposta na formação contínua dos Colaboradores (36 novas admissões), com adaptação das estruturas orgânicas e processos internos ao novo Sistema de Controlo Interno das Instituições financeiras, estabelecido pelo BNA, dando seguimento à estratégia de redução de custos e à implementação dos programas de Segurança de Informação e de Recuperação e Continuidade do Negócio.

Implementou-se a plataforma de workflow de operações de Crédito nas suas mais diversas vertentes, desde a origem, concessão e recuperação.

O BNI está presente em 13 Províncias tendo aberto, em 2014, 8 novos Balcões, registando a nossa Rede Comercial um total de 85 Balcões (entre Centros de Negócio, Agências e Postos). De acordo com um inquérito realizado pela KPMG o BNI foi considerado o segundo melhor Banco do País, na qualidade de atendimento e nível de satisfação dos Clientes.

Continuámos a estar presentes nos programas do Executivo Angolano de fomento à economia nacional, como o Angola Investe e o Bankita.

Como medida de fidelização e de oferta adicional de Produtos e Serviços aos nossos Clientes, o BNI Europa deu início à sua actividade, tendo sido obtida autorização para constituição de uma Seguradora, cujo arranque de actividade se perspectiva para 2015.

Do ponto de vista regulamentar iniciaram-se os trabalhos de adopção das normas internas de sustentabilidade do negócio e prepararam-se condições para as normas de contabilidade IAS/IFRS, cuja implementação determina impactos de transição entre 1 Janeiro e 31 de Agosto de 2015.

Relativamente ao Mercado de Capitais, com a constituição da BODIVA, o BNI espera poder vir a assumir-se como um dos Operadores, tendo em conta a importância que essa entidade poderá vir a assumir no Futuro, como uma das fontes de financiamento alternativo da economia.

Efectivação, com o IFC, da primeira Linha de Crédito no montante de USD 25 milhões, ao abrigo do Global Trade Finance Program, sendo o BNI a primeira Instituição financeira de direito Angolano a obter tal facilidade.

Foi reforçado o plafond da Linha de Crédito de médio e longo prazo, de Export Credit Finance com o Commerzbank para EUR 70 milhões, destinado a financiar vários projectos industriais no País, sendo a primeira vez que um Banco privado Angolano utiliza este tipo de facilidade de Crédito.

Finalmente, os meus agradecimentos aos nossos Clientes, pela preferência na escolha, aos nossos Accionistas por nos apoiarem neste percurso, aos Colegas do Conselho de Administração e a todos os Colaboradores do Banco, pela dedicação com que se empenham neste projecto.

Mário Abílio P. M. Palhares

Presidente do Conselho de Administração



PRINCIPAIS INDICADORES

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Activo Líquido	202 093 137	1 964 682	184 175 934	1 886 690
Activo Líquido Ponderado	161 470 889	1 569 766	143 878 738	1 473 888
Fundos próprios	19 940 984	193 859	21 118 762	216 339
Fundos próprios regulamentares (1)	19 302 883	188 200	21 612 701	221 400
Crédito Total	88 444 953	859 832	85 963 777	880 609
Recursos Totais (2)	162 322 834	1 578 049	138 719 482	1 421 037
Margem financeira	6 545 513	66 377	5 944 272	61 614
Margem de Trading	4 311 565	43 723	2 682 562	27 805
Margem de Serviços	3 304 498	33 510	2 426 184	25 148
Produto Bancário	14 161 577	143 609	11 053 018	114 568
Custos de Estrutura	8 170 167	82 852	7 436 305	77 080
Cash Flow	7 128 432	72 288	5 361 894	55 578
Resultado Líquido do Exercício	1 296 479	13 147	2 759 277	28 600

	2014	2013
Rendibilidade do Activo Total (ROA)	0,64%	1,50%
Rendibilidade dos fundos próprios (ROE)	6,72%	12,77%
Cost to Income	57,37%	70,17%
Rácio de Solvabilidade	11,38%	14,92%
Crédito Vencido/Crédito Total	3,53%	2,10%
Cobertura do Crédito Vencido por Provisões	193,76%	93,04%
Cobertura do Crédito Total por Provisões	6,84%	1,95%
Custo do Risco	6,13%	0,79%
Rácio de Transformação (3)	59,12%	63,32%
Nº de Colaboradores	779	743
Nº de Centros de Negócio	7	6
Nº de Agências	47	43
Nº de Postos	31	28
Nº de Clientes	179 083	127 667

(1) Fundos próprios calculados de acordo com o instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho do BNA;

(2) Rubrica composta por Recursos de Clientes, Instituições, Responsabilidade por títulos e Recursos de outras Entidades;

(3) Rácio de Transformação inclui Depósitos de Clientes e outras captações.

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa de Assembleia Geral

Presidente

João de Matos

Vice-Presidente

Mário Dias

Conselho Fiscal

Presidente

Luis Manuel Neves

Vogal

Licínio de Assis

Vogal

Dina Maria Leote de Oliveira

Conselho de Administração

Presidente

Mário A. Palhares

Vice-Presidente

José Boyol

Administrador

Sandro Africano

Administradora

Lara Boyol

Administrador

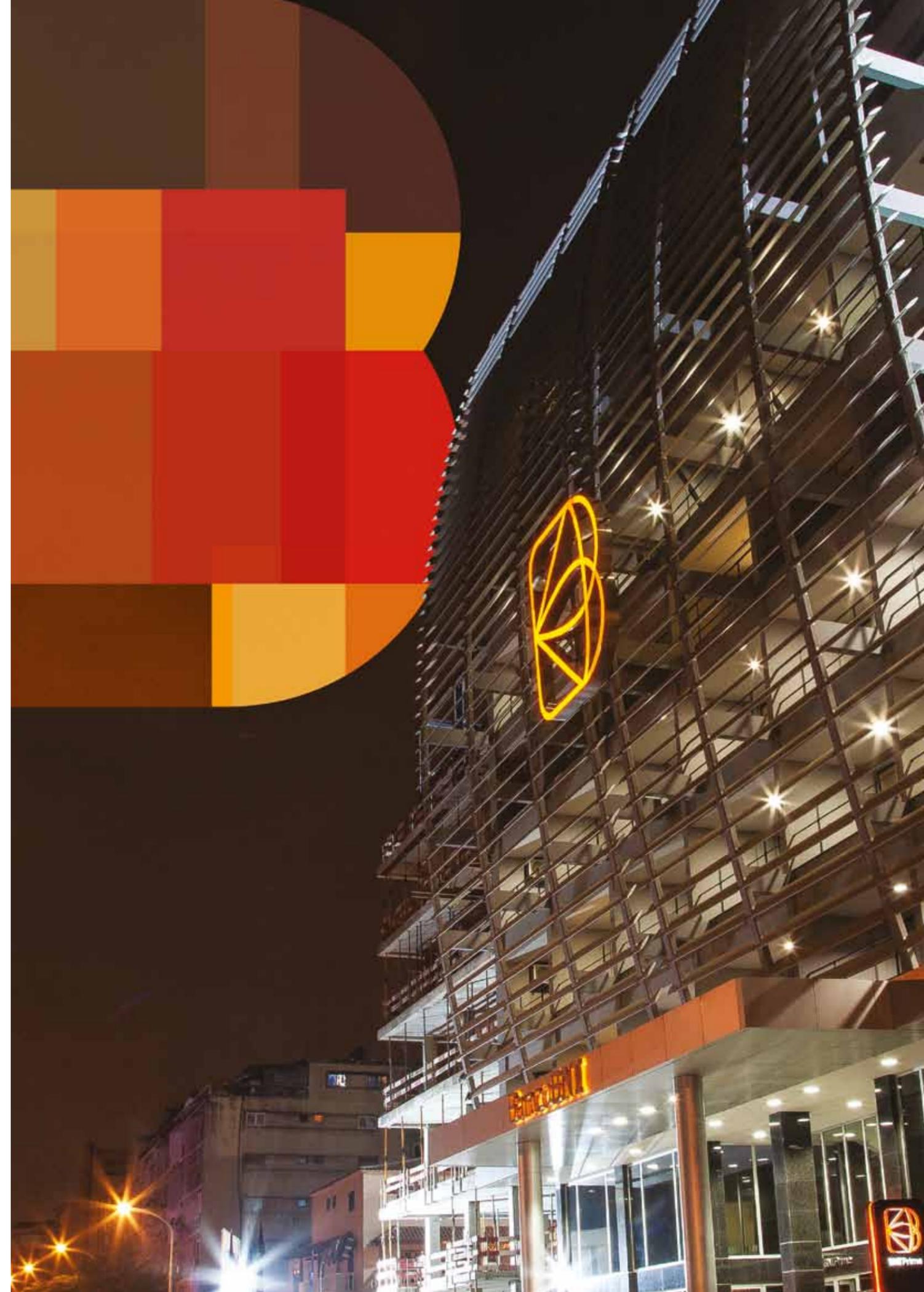
Pedro Palhares

Administrador

Bruno Inglês

Auditores

KPMG - Auditores e Consultores, SARL



MISSÃO, ESTRATÉGIA, VALORES E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Missão do BNI

Somos um Banco de referência em Angola. Temos um profundo conhecimento do sector financeiro e dos mercados em que actuamos. Criamos valor para os nossos Clientes, Parceiros, Accionistas e Colaboradores, através da oferta de Produtos e Serviços inovadores, guiando-nos por elevados padrões de conduta e princípios corporativos de transparência e rigor.

A Visão do BNI

Projectamos ser um modelo de sustentabilidade financeira, de eficiência operacional e de imagem, no mercado nacional e internacional.

Pretendemos contribuir para o sucesso das iniciativas dos nossos Clientes, Accionistas e Colaboradores, oferecendo soluções inovadoras e competitivas.

Expandimos a nossa actuação para novos segmentos de negócio, estabelecendo parcerias sólidas.

Os Valores do BNI

Enfoque no Cliente – Criamos Produtos centrados nas necessidades dos nossos Clientes, demonstrando total empenho em exceder as suas expectativas, garantindo a sua satisfação e buscando a sua fidelização.

Confiança – Os nossos Clientes são o activo mais importante. Desenvolvemos relações de Futuro, baseadas na confiança, na sustentabilidade empresarial, no sigilo e na transparência.

Rigor – Actuamos com ética, consciência, responsabilidade e profissionalismo.

Inovação - Estamos vocacionados para a inovação, persistindo na criação de novas ferramentas, metodologias, Produtos e Serviços, que nos colocam na vanguarda do mercado financeiro Angolano e Internacional.

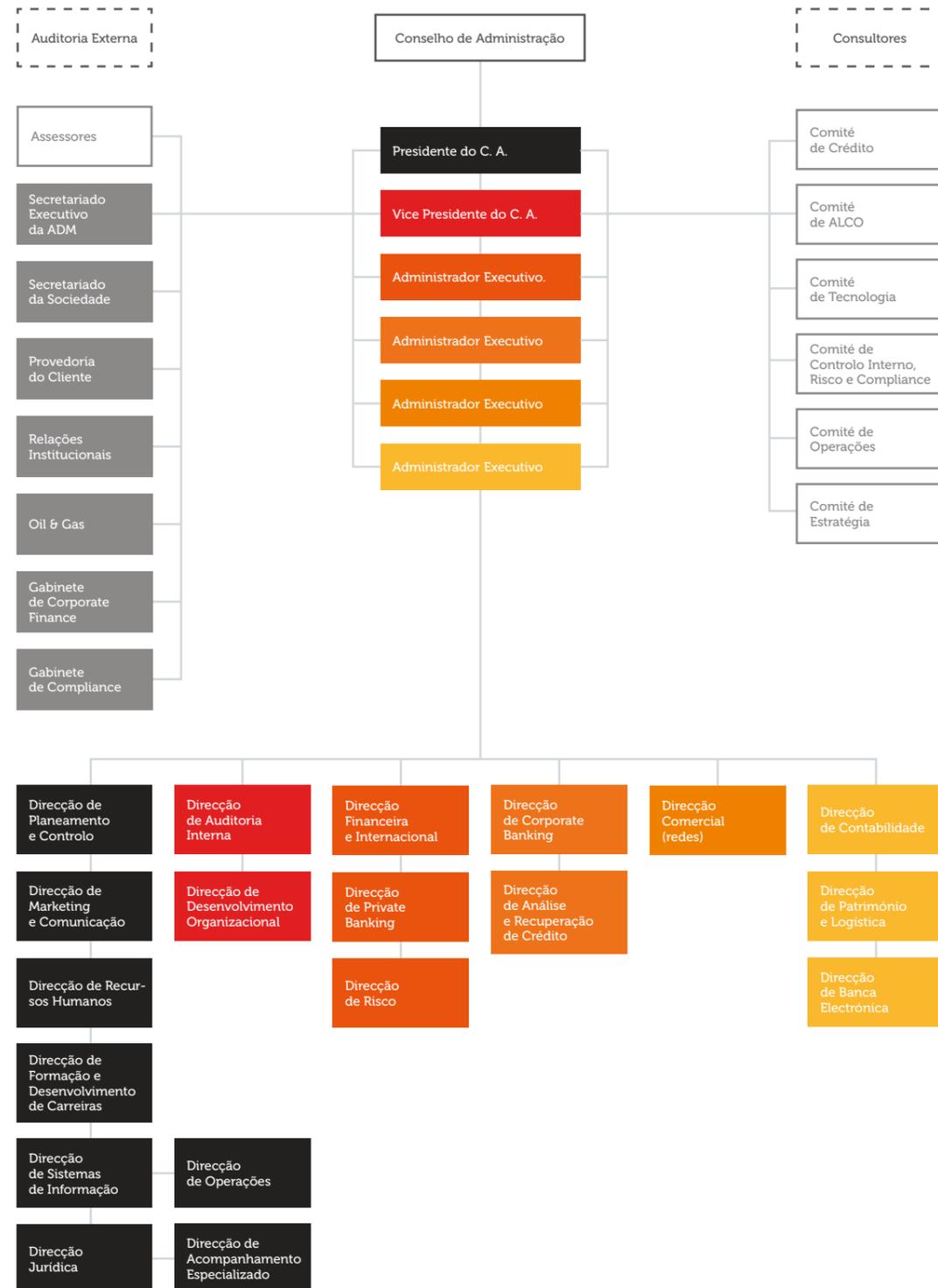
Trabalho de Equipa - Respeitamos as Pessoas. Partilhamos a responsabilidade de melhorar o nosso desempenho, de forma a alcançar os objectivos definidos, para o sucesso de todos.

Responsabilidade Social

A Paixão pelas Pessoas eleva o senso de responsabilidade do BNI para com a sociedade, razão pela qual, zelamos, respeitamos e fazemos tudo que está ao nosso alcance para torna-la um lugar melhor. Em 2014, foram apoiadas seguintes Instituições:

- Lar de infância "Kuzola" – o BNI apadrinhou esta Instituição com a oferta de material escolar para os seus alunos;
- Fundação Lwini – oferta de donativos destinados ao projecto da Fundação "Respondendo à hidrocefalia";
- Cooperativa Portuguesa de Ensino de Angola – apoio às deslocações de alunos da Escola Portuguesa, com fins sociais, assim como cooperou na aquisição de dois autocarros de apoio pedagógico, da mesma Instituição;
- Universidade Mandume Ya Ndemuafayo - apoio na realização da segunda conferência científica desta Instituição, evento disseminando ao conhecimento das energias renováveis, ambiente e turismo;
- UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – o BNI apoiou a realização da cerimónia de homenagem aos ex-associados da Casa de Estudantes do Império.

ESTRUTURA ORGÂNICA



MODELO DE GESTÃO CORPORATIVA

O modelo Governação do BNI respeita e satisfaz os requisitos expressos na Lei das Instituições financeiras (Lei nº 13/05 de Setembro).

Fazem parte dos Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 4 anos, sendo possível a sua reeleição.

A estrutura do BNI é constituída por: Assembleia Geral; Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Conselho Geral; Assesores; Secretariado Executivo e 24 Direcções, destaca-se também a existência de 6 Comitês (Comité de Crédito, Comité ALCO, Comité de Tecnologia, Comité de Controlo Interno Risco e Compliance, Comité de Operações e Comité de Estratégia).

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral do BNI é constituída por todos os membros singulares ou colectivos que tenham averbado em seu nome acções, no livro de registos de acções da sociedade que confirmam o direito de voto. Este registo tem de ser efectuado, como se encontra explícito nos estatutos do Banco, até 10 dias antes da reunião.

Nas reuniões de Assembleia dá-se a discussão de assuntos de relevância para a sociedade por parte dos Accionistas. Os Accionistas sem direito de voto podem participar nas discussões caso o Presidente da Mesa da Assembleia Geral e os outros elementos o autorizem.

Compete à Assembleia Geral, para além das disposições exigidas por Lei, respeitar as funções explícitas nos estatutos do Banco de Negócios Internacional:

- Eleger os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e designar os respectivos Presidentes;
- Eleger os membros do Conselho Geral;
- Designar os membros do Conselho de Remunerações;
- Aprovar o relatório de gestão e as Contas de cada exercício, bem como parecer do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre os aumentos de capital que forem propostos pelo Conselho de Administração.

GESTÃO EXECUTIVA

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do BNI é o Órgão Social ao qual cabe zelar pelos interesses gerais da sociedade, praticando todos os actos necessários ou convenientes para o desenvolvimento das actividades previstas no objecto social. O Conselho de Administração é constituído por 5 membros residentes, eleitos pela Assembleia Geral. De acordo com os estatutos, o Conselho de Administração garante os interesses dos Accionistas, sendo também o órgão responsável pela gestão global do Banco, propondo e assegurando a implementação do Plano de Negócios aprovado.

Este Conselho é composto por 7 membros eleitos pela Assembleia Geral. Ao Conselho de Administração compete sem prejuízo das atribuições que por Lei lhe são genericamente conferidas e das demais atribuições que lhe estejam cometidas pelos estatutos considerados para o Banco de Negócios Internacional:

- Definir políticas gerais do Banco e aprovar os planos e orçamentos anuais e plurianuais;
- Estabelecer a organização interna do Banco e delegar poderes aos outros níveis da cadeia hierárquica;
- Gerir a actividade do Banco, praticando todos os actos e operações que integrem o seu objecto social;
- Constituir mandatários ou procuradores para o exercício de actos determinados;
- Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- Propor a Assembleia Geral a continuidade dos Órgãos Sociais sempre que razões ponderosas o justifiquem;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral.

Os membros do Conselho de Administração são também componentes do Comité de Crédito e o Comité de Controlo Interno e Qualidade, presididos pelo Presidente do Conselho de Administração que também preside o Comité de Auditoria.

FISCALIZAÇÃO

Conselho Fiscal

A fiscalização dos Negócios do BNI é exercida, nos termos da Lei, por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e um ou dois membros suplentes. O Conselho Fiscal reúne-se nos prazos estabelecidos por Lei e extraordinariamente sempre que seja solicitado pelo Presidente, pela maioria dos membros ou pelo Conselho de Administração.

As deliberações são tomadas por maioria de votos e com a obrigatoriedade da presença de mais de metade dos membros em exercício.

Conselho Geral

É constituído por um número par de elementos, não superior a quinze. São membros efectivos do Conselho Geral: o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho Fiscal.

O BNI, de acordo com a Lei, não permite que exerçam funções no Conselho Geral membros que exerçam funções noutras Instituições financeiras, excepto se o exercício dessas funções seja numa Instituição financeira onde o próprio BNI tenha directa ou indirectamente participação.



O VALOR DAS RELAÇÕES

- | Marcos Históricos
- | Presença Geográfica e Rede de Balcões
- | Campanhas
- | Patrocínios



MARCOS HISTÓRICOS

2006

Criação do Banco de Negócios Internacional.

2007

Abertura do primeiro Centro de Negócios;

Criação da Marca Rede Expresso 24 para tender ao segmento de retalho;

O Banco celebrou com o Fortis Bank um acordo de parceria para o desenvolvimento de novos Produtos financeiros;

Linha de Crédito com o Deutsche Bank (USD 500 000 milhares), destinada a financiar projectos de infra-estruturas;

Linha de Crédito com o Fortis Bank (USD 50 000 milhares);

Celebração de acordo com o BDA para comercialização, através da nossa rede de Balcões, os Serviços e Produtos do BDA;

O Banco de Negócios Internacional celebrou um acordo de exclusividade para Angola com a Mastercard, em que o Banco fez a emissão e acquiring de Cartões de Crédito Mastercard.

2008

O Banco de Negócios Internacional é aprovado como Member Visa e Acquiring POS;

O Banco faz a emissão do primeiro do Cartão de Débito Visa Electron em Kwanzas no País;

Acordo assinado entre o BNI e GA Seguros – parceria Cross-Selling para venda e seguros;

Aprovação do aumento de capital Social do Banco (USD 20 milhões);

Abertura de Balcões nas seguintes Províncias: Benguela, Huila, Cunene e Zaire.

2009

Emissão do Cartão de Débito Pré-pago Visa Kwanza, o primeiro Cartão Pré-pago em moeda nacional no País;

Abertura de Balcões nas seguintes Províncias: Cabinda, Kwanza Sul.

2010

Novo aumento do capital Social (USD 20 milhões);

Emissão de obrigações subordinadas (USD 50 milhões);

Continuação do programa de expansão da rede Balcões.

2011

Participação no Sindicato Bancário do financiamento da TAAG, para a aquisição de novas aeronaves;

Licença para operar em Portugal;

Atingiu-se a meta de 50 Balcões;

Adesão ao programa "Bankita" e fomento habitacional.

2012

Rebranding, o Banco adopta nova imagem, nova identidade e novo logotipo;

Inauguração da nova Sede do Banco;

Criação de protocolo com a Hertz, abrangendo todos os Cartões Gold Visa e Mastercard, oferecendo descontos e vantagens aos Clientes no aluguer de um carro no mundo inteiro;

Criação de um Cartão Mastercard de Débito co-branded TAAG-BNI, o primeiro Cartão co-branded existente em Angola;

Celebração de parceria junto do Executivo Angolano no programa denominado Angola Investe visando o financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas dos sectores prioritários da economia nacional.

2013

Prémios

The Bizz 2013 – World Business Leader entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);

The Bizz 2013 – Inspirational Company entregue pela World Confederation of Business (Houston, Texas);

The Majestic Five Continents Award for Quality & Excellence entregue pelo Presidente da Association Otherway Management & Consulting (Genebra);

Total quality aptitude seal for the high quality performance/best customer satisfaction (Genebra);

Best Enterprise – Socrates Committee – na área de Bank Services (Oxford, Reino Unido).

Outros destaques

Lançamento de diversos Produtos e do primeiro Depósito a Prazo de subscrição online;

Desenvolvimento e lançamento da 4ª fase do Projecto Desafio Crescer, em parceria com os Recursos Humanos, com o objectivo de criar e fomentar a Comunicação Interna no BNI;

Arranque do Projecto Angola Investe;

Produção da nova imagem gráfica dos Cartões de Débito Multicaixa e Visa Electron, bem como dos Cartões de Crédito Visa Gold e Mastercard Gold;

No âmbito da solidariedade social, oferta de 50 computadores Magalhães ao Hospital Pediátrico David Bernardino e 15 ao Lar Kuzola, bem como doação pecuniária através de publicidade no Livro de Honra da Fundação Lwini na Gala da respectiva Fundação;

Participação no Fórum Poupança do BNA;

Presença na cerimónia de entrega dos Prémios SIRIUS, como finalistas da categoria "O Melhor Banco de Angola" e "O Melhor Relatório & Contas 2012";

Eleito 2º lugar entre os 3 Bancos mais bem classificados no atendimento ao Cliente, segundo o estudo da KPMG.

2014

Aumento do capital Social para USD 150 Milhões;

Liderança de Sindicato Bancário da TAAG, composto por diversos Bancos Angolanos, na estruturação da operação financeira de aquisição de 1 aeronave de última geração da BOEING, o 777-300ER;

Anúncio da abertura ao público, em Lisboa – Portugal do BNI Europa, com um capital social de EUR 25 milhões, destinado aos segmentos Private e Corporate;

Efectivação, juntamente com o IFC (International Finance Corporation), de Linha de Crédito no valor de USD 25 milhões para expandir a actividade de Trade Finance e apoiar PME e Clientes Corporate em projectos que contribuam para o crescimento de Angola;

Reforço do protocolo de Financiamento com o Commerzbank, para um valor total de EUR 70 milhões;

Implementação do programa de recuperação do negócio em caso de catástrofe;

Celebração do 8º Aniversário;

Inauguração de 8 novos Balcões, totalizando uma rede de 84 Balcões, distribuídos por 13 das 18 Províncias de Angola;

Superação da marca dos 150.000 Clientes;

Implementação do programa de segurança da informação;

Os Depósitos de Clientes totalizam USD 1.510 milhões, perfazendo uma quota de mercado de 2,71%.

Outros destaques

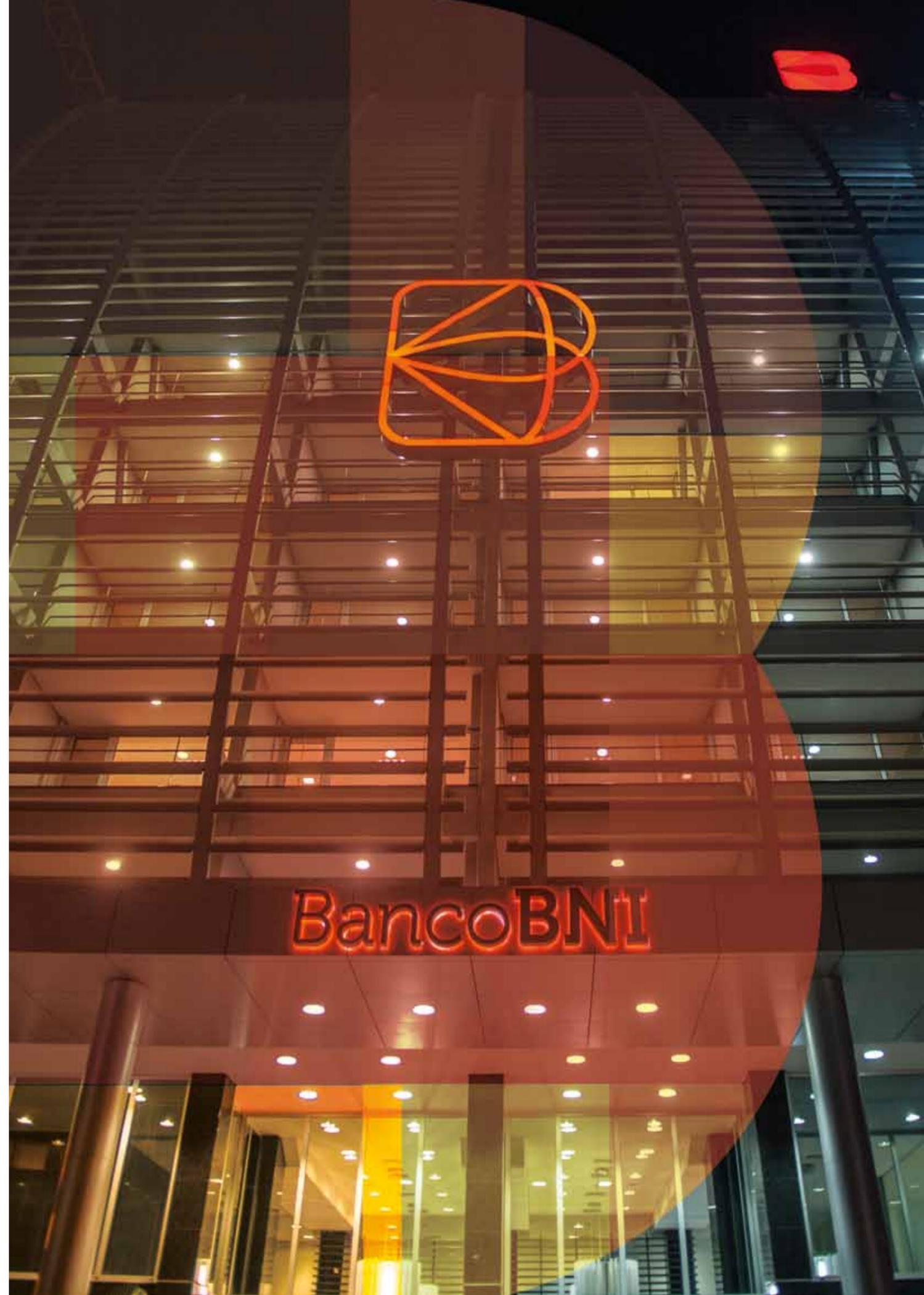
Lançamento de diversos Produtos, entre os quais salientamos: Multibónus BNI, BNI Click, Depósito à Ordem BNI Superflash e Depósito a Prazo BNI Júnior;

Lançamento da nova Linha de mobiliário BNI para Retalho e Prime, com estreia no Espaço GIKA.

PRESENÇA GEOGRÁFICA E REDE DE BALCÕES

O BNI tem como estratégia estar junto dos seus Clientes, pautando por uma política de crescimento sustentado. No final de 2014 o Banco possuía um total de 85 Balcões (mais 8 que em 2013).

Em Luanda, o Banco operou com 3 Centros de Negócio, 26 Agências e 19 Postos de Atendimento, contra 4 Centros de Negócio, 21 Agências e 12 Postos de Atendimento nas restantes Províncias do País.



CAMPANHAS

Em 2014, o BNI assumiu a responsabilidade e o desafio de contribuir para o crescimento de Angola e, neste sentido, desenvolveu várias campanhas, das quais destacamos:

CAMPANHA MULTIBÓNUS

GANHE MULTIBÓNUS COM OS CARTÕES BNI

Ganhe descontos ao utilizar o seu cartão BNI de débito ou de crédito, Visa ou Mastercard. Os pontos de venda aderentes ao **MULTIBÓNUS BNI** devidamente identificados através de um autocollante **MULTIBÓNUS BNI** permitem-lhe poupar dinheiro nas suas compras. Aproveite os descontos **MULTIBÓNUS BNI** do terminal de pagamento lança e pague com multivalentes. Informe-se sobre os pontos de venda aderentes em www.bni.ao ou junto da sua Agência BNI.

www.bni.ao

Banco BNI
Paixão pelo futuro

CONTA BNI MAXI MULTIPLICA

O dinheiro que aplica, o BNI multiplica.
RECEBA JUROS DE 6 EM 6 MESES.

A Conta BNI Maxi Multiplica é um depósito a prazo, que lhe dá juros até 10% e prémios de permanência crescentes. De 6 em 6 meses, tudo o que ganhar em juros é depositado na sua conta à ordem. Quanto mais tempo a sua conta a prazo permanecer no BNI, mais o seu dinheiro vai render.

Adira já ao BNI Maxi Multiplica.

CONTA BNI MAXI MULTIPLICA
Saiba mais em www.bni.ao

Banco BNI
Paixão pelo futuro

DEPÓSITO A PRAZO BNI JÚNIOR

Invista nos sonhos dos seus filhos.

O futuro dos seus filhos está cheio de sonhos. Ao fazer um Depósito a Prazo BNI Júnior está a contribuir para que eles se tornem realidade. Todos os meses, de forma fácil e sem esforço, está a investir no futuro dos seus filhos e a certificar-se de que vão ter a educação que merecem e todas as oportunidades que merecem.

DEPÓSITO A PRAZO BNI JÚNIOR
www.bni.ao

Banco BNI
Paixão pelo futuro

BNI CLICK

BNI CLICK
Vá ao Multicaixa, esteja onde estiver, sem se deslocar.

Agora pode fazer pagamentos (de impostos, serviços, etc.), comprar recargas, consultar o seu saldo, obter 2ª via do talão de pagamentos e efectuar todas as suas operações de um Multicaixa, sem se deslocar a uma ATM. É fácil, rápido e seguro.

Para seu conforto, pode também realizar os seus pagamentos ao Balcão de uma Agência BNI sem se deslocar a uma ATM.

Só tem de ser Cliente BNI, obter o "acesso de âmbito alargado" ao internet banking do BNI, introduzir a password e fazer **CLICK**.

É fácil, rápido e seguro.

BNI CLICK
www.bni.ao

Banco BNI
Paixão pelo futuro

PATROCÍNIOS

Durante o ano de 2014 o BNI patrocinou os seguintes eventos:

- MISS LUANDA 2014 – evento anual de eleição da mulher mais bela da cidade de Luanda, cujo tema este ano foi “A Família e a Literatura”;
- USACC (Câmara do Comércio Angola/E.U.A.) – a Instituição visa o incremento das relações comerciais entre os dois Países;
- Músico Nanuto – trabalhos realizados pelo músico, durante o ano de 2014;
- Prémio ANIP “Jovens Inventores” – o evento premeia anualmente jovens inventores Angolanos;
- Comboios Culturais Fenacult – o evento divulga a cultura Angolana através dos comboios culturais.



CRESCEMOS COM ANGOLA

| Recursos Humanos

| Projecto Crescer BNI

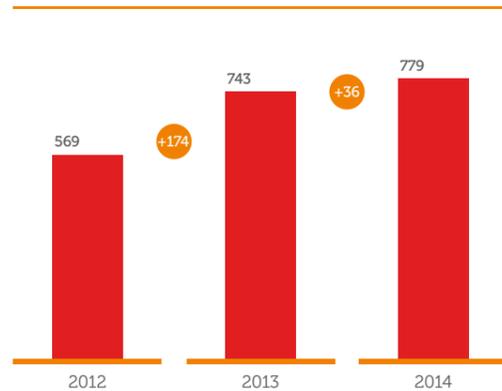
| Áreas de Apoio ao Negócio – Síntese de Actividades



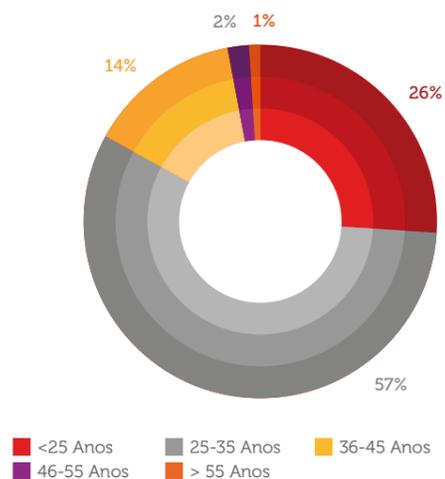
RECURSOS HUMANOS

O BNI concluiu o ano de 2014 com um quadro de Colaboradores efectivos formados por 779 Pessoas, mais 36 que em igual período de 2013, em resposta ao crescimento da Rede de Agências, reforço e criação de novas unidades na estrutura orgânica do Banco.

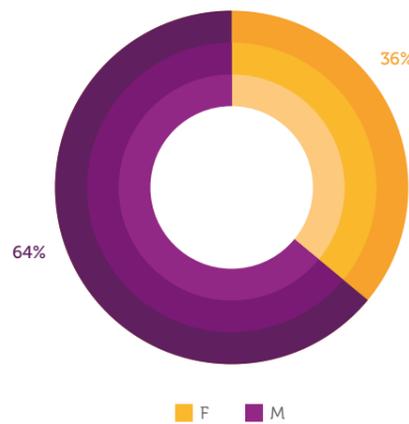
Número de Colaboradores



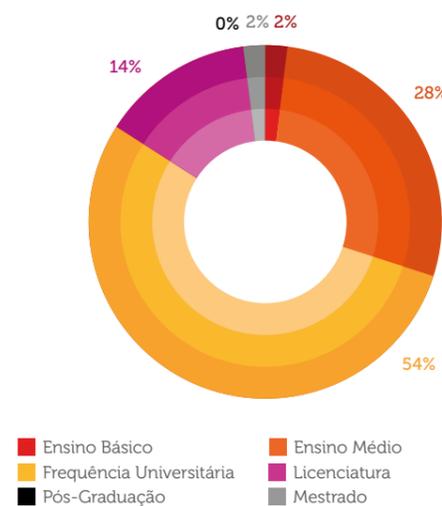
Faixa Etária



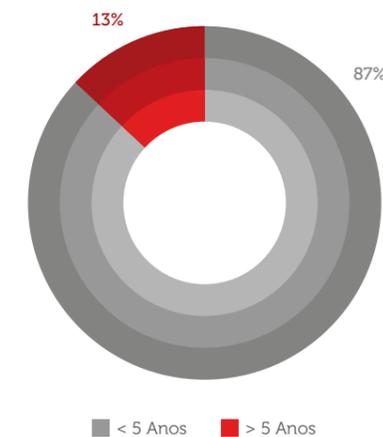
Género



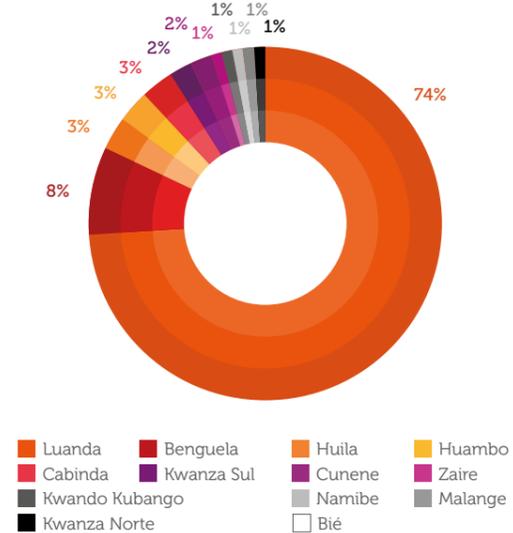
Habilitações Literárias



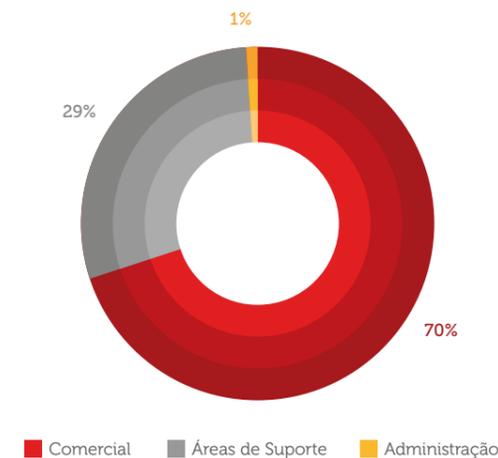
Antiguidade



Colaboradores por Províncias



Colaboradores por Áreas



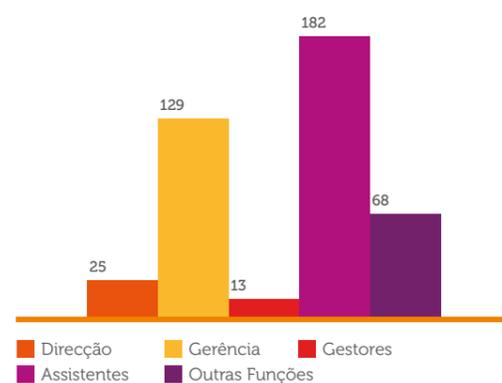
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PESSOAL

Durante o ano de 2014 foram ministradas por diferentes entidades formadoras 29 ações de formação, 4 Workshops internos tendo beneficiado 387 Colaboradores cujo investimento foi de aproximadamente USD 157 749.

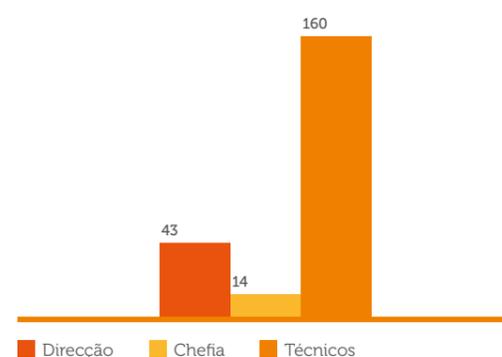
O Centro de Formação BNI Crescer formou um total de 80 estagiários para Rede Comercial, tendo admitido e distribuído para as Agências Prime e Rede 57 novos Colaboradores/estagiários.

Participação em acções de Formação por Funções

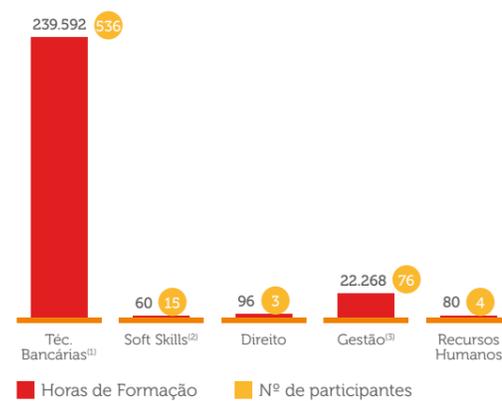
Rede Comercial



Áreas Centrais e de Suporte



Volume de Formação em Horas



⁽¹⁾ Inclui Marketing, Produtos e Serviços
⁽²⁾ Comportamentais
⁽³⁾ Inclui Finanças e Organização Empresarial

PROJECTO CRESCER BNI

COLABORADOR DO MÊS

Colaborador em Destaque

Entrevista com Sabino Silva
Caixa - BNI Sumbe (Direcção Comercial)

- E-Crescer:** Sabino, o que mudou desde a comunicação na Intranet do Colaborador do Trimestre?
SS: Após ter sido comunicado que fui eleito o Colaborador do Trimestre do BNI a minha confiança e desempenho mudaram para melhor, passei a ter muito mais motivação e a ambicionar novos horizontes.
- E-Crescer:** E o que tem feito para melhorar o seu desempenho profissional?
SS: Para melhorar o meu desempenho tenho consultado os meus colegas e superiores para cada vez mais acabar com as minhas dúvidas e dificuldades e também cumpro com as normas existentes no Banco.
- E-Crescer:** Quais são as suas motivações?
SS: A minha maior motivação tem sido o facto de existir um excelente ambiente de trabalho, ajuda e cooperação entre os colegas da agência do BNI Sumbe.
- E-Crescer:** Eu digo BNI e o Sabino diz-me?
SS: O Futuro depende de nós.



Colaborador do mês, Sabino Silva

BALCÃO DO ANO 2014: PRIME

Entrevista com Antunes Bianco
Gerente (Prime Lobito)

- E-Crescer:** Eleitos o melhor Balcão do Ano, como se sentem?
AB: Sentimo-nos comovidos e agradecemos pelo reconhecimento. É a prova que o BNI tem em consideração o empenho de todos nós a nível geral, face aos resultados dos Balcões.
- E-Crescer:** Qual é o segredo, Bianco?
AB: Na verdade o Banco já apresenta métodos necessários para uma boa actuação e conquista dos objectivos implementados. Muitas vezes o mais difícil é identificá-los, mas quando são levados a debate da equipa, as opiniões têm sido favoráveis e de muita utilidade.
- E-Crescer:** A quem dedica e agradece por terem sido os eleitos?
AB: Agradecemos e dedicamos à Administração, DCB, DRH, RH-Projectos, DBE, Service Desk, Contabilidade, DC, DPL, DOP, GAI e as demais direcções que nos têm apoiado directa ou indirectamente. Mais uma vez muito obrigado pela votação. "Juntos criamos valor"



Balcão do Ano 2014: Prime Lobito

PROGRAMA “BNI É O MELHOR”

No âmbito do Projecto Desafio BNI Crescer, e para além dos programas já existentes, o Conselho de Administração aprovou um novo programa de apoio às actividades desportivas dos Colaboradores, ligadas não só à activação da prática de desporto entre eles, como ao desenvolvimento de posturas de vida saudáveis, tendo em vista o seu bem-estar físico e psíquico.

Assim nasceu o programa “O BNI é o Melhor”, um Programa de Actividades Desportivas, Dinamização de Claques e Promoção do Bem-Estar entre os Colaboradores do BNI.

Este programa tem como objectivos principais:

- a) Dinamização da prática desportiva entre os Colaboradores do BNI, através da criação de equipas provinciais nas mais diversas modalidades, sua integração nos eventos desportivos da Banca, e criação de um cronograma de competições internas (entre Colaboradores/estruturas do BNI).
- b) Promoção de práticas saudáveis de vida entre os Colaboradores do BNI, com a criação de eventos para a promoção do seu bem-estar e modo de vida saudável e sensibilização para prevenção de riscos associados a práticas menos saudáveis.
- c) Activação do espírito de grupo corporativo, através da criação de claques, de apoio às diversas equipas a nível provincial.



Equipa de Benguela

No âmbito do referido programa o Conselho de Administração procedeu à nomeação de uma Comissão Desportiva, seleccionando para tal os seus Membros. Esta Comissão será constituída por:

- DRH (Projecto Desafio Crescer);
- Posto Médico;
- Direcção Marketing Produtos e Comunicação;
- Direcção Organização;
- Direcção Comercial;
- Direcção Corporate Banking;
- Direcção Regional Huambo;
- Direcção Regional Benguela;
- Direcção Património e Logística;
- Direcção de Tecnologias e Sistemas Informáticos.

O Presidente da referida Comissão é o Administrador para o pelouro Comercial, Dr. Bruno Inglês.

ÁREAS DE APOIO AO NEGÓCIO

SÍNTESE DE ACTIVIDADES

DIRECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)

Após o processo de reorganização da Direcção de Recursos Humanos, levada a cabo durante o ano de 2013, tendo como base o plano estratégico do Banco e os objectivos da área, foram desenvolvidas as seguintes actividades durante o ano 2014:

- Continuidade do processo de parametrização do Sistema de Gestão de Recursos Humanos e sua actualização de acordo com as reais necessidades de informação;
- Recrutamento e selecção de 241 novos Colaboradores;
- Actualização, distribuição e implementação do Manual do Colaborador;
- Elaboração e implementação do Plano de redimensionamento de pessoal da Direcção Comercial;
- Actualização, distribuição e implementação do Qualificador de funções;
- Definição e aprovação do Manual de competências técnicas e específicas, por função;
- Apoio na elaboração do Plano Estratégico do BNI e coordenação do grupo de trabalho de definição dos Indicadores de Desempenho das Direcções;
- Implementação do modelo de Avaliação de Desempenho e de bónus;
- Implementação do novo modelo de recrutamento e selecção, assim como o e plano de R&S;
- Implementação da Política de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho do Banco;
- Actualização do modelo de Remuneração e Benefícios, e respectivo estudo de impacto da massa salarial;
- Iniciação do modelo de Gestão de Carreiras do Banco;
- Criação de Newsletter Interna E-Crescer para os Colaboradores;
- Criação e coordenação do grupo de trabalho dos Processos Disciplinares do Banco;
- Criação e coordenação do grupo de trabalho das Direcções de Recursos Humanos da Banca;
- Expansão do sistema de Gestão de Assiduidade (Portal) a todas as estruturas do Banco a nível nacional;
- Elaboração de um Plano de Racionalização de Custos com Pessoal, a ser implementado a partir de 2015.

DIRECÇÃO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS (DFDC)

Durante o ano de 2014 foram realizadas uma série de actividades na DFDC, com destaque para as seguintes:

- Realização de 29 acções de formação, 4 Workshops internos tendo beneficiado 387 Colaboradores, ministradas por diferentes entidades;
- Acolhimento, no Centro de Formação BNI Crescer de um total de 80 estagiários para Rede Comercial, tendo admitido e distribuído para as Agências BNI Prime e Rede 57 novos Colaboradores;
- Elaboração de pré-projecto de implementação da Plataforma E-learning, no Banco, a ser implementada em 2015;
- Suporte a todos os projectos da Direcção de Tecnologias e Sistemas de Informação, na formação dos novos Colaboradores das áreas utilizadoras do sistema Banka;
- Criação de novos procedimentos de avaliação aos estagiários pelo grupo de Avaliação e Acompanhamento de Estagiários;
- Início do 1º ciclo de formação nas Províncias tendo já formado em Atendimento, Comunicação e Operações Gerais Bancárias os Colaboradores nas Províncias do centro e sul do País.

GABINETE DE OIL & GAS (GOG)

O Gabinete Oil & Gas foi criado em 2013, atendendo a natureza deste sector e a dinâmica necessária para satisfazer as necessidades das Empresas do Sector Petrolífero, assim como as prestadoras de Serviços ao ramo.

Os principais destaques da actividade desenvolvida pelo Gabinete de Oil & Gas em 2014 correspondem:

- Implementação dos procedimentos de Compliance, com os pré-requisitos exigidos pelas Operadoras petrolíferas;
- Reforço da equipa de trabalho, através da contratação interna de um Colaborador;
- Reactivação das Contas BNI das Empresas do sector Oil & Gas, captação e fidelização de novos Clientes do sector;
- Actualização de uma Base de Dados de Clientes Oil & Gas;
- Manutenção do Plano Estratégico de Actuação no Mercado;
- Em curso o processo de Certificação ISO271001 (Normas de Segurança da Informação);
- Realização de Workshops nos Clientes ESPACIE e STAPEM;
- Participação no Fórum de Desenvolvimento do sector Petrolífero (CAE);
- Participação na conferência "The Oil & Gas Year";
- Participação na sessão de BID's da Sonangol dos Blocos Offshore;
- Negociação de parceria com o OCA (Offshore Center Angola);
- Negociação de parceria com o CAE (Centro de Apoio Empresarial).

DIRECÇÃO DE TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DTSI)

A aposta na inovação tecnológica sempre representou um dos pilares da actividade do Banco BNI.

A Direcção é composta por 39 Colaboradores, dos quais 8 contratações em 2014, 4 desvinculações e 4 nomeações. Os investimentos em Sistemas de Informação e o lançamento de projectos nesta área geraram contributos importantes que permitirão as áreas do Banco, acompanhar e potenciar o seu crescimento.

Os principais destaques da actividade desenvolvida pela Direcção de Sistemas de Informação e Tecnologias em 2014 correspondem:

- Implementação da aplicação de Branqueamento de Capitais;
- Desenvolvimento e implementação do Produto Multibónus;
- Desenvolvimento e implementação do Produto BNI Click;
- Criação de centros de apoio tecnológico nas Províncias;
- Expansão da rede de ATM e POS;
- Desenvolvimento e implementação de uma plataforma de Middleware;
- Desenvolvimento e implementação de políticas de segurança de informação;
- A Direcção beneficiou de formação em Cisco, Microsoft e Visa.

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA (DAI)

Em 2014 foi alterada a estrutura orgânica e funcional da Direcção de Auditoria Interna e de Inspecção, passando a estar constituída por dois Departamentos, Auditoria Interna e o de Inspecção. A estratégia de actuação da área para o referido ano cingiu-se em abranger o maior número de Agências nas visitas de Auditoria, de modo a verificar a correcta aplicação das normas e procedimentos internos e minorar os riscos inerentes a actividade bancária.

De entre as várias actividades realizadas pela DAI durante o ano de 2014, destacam-se as seguintes acções:

- Supervisão do trabalho desenvolvido pelos técnicos de Auditoria nas suas deslocações aos Balcões, quer em Luanda, quer nas Províncias, permitindo monitorar a qualidade do Serviço prestado aos Clientes do Banco;
- Avaliação contínua dos conhecimentos técnicos dos Colaboradores afectos à Direcção, por forma a detectar necessidades de formação, de modo que obtenham um elevado grau de capacitação;
- Implementação de regras de execução de modo a melhorar o Controlo Interno quanto à aplicação das normas e procedimentos internos ao nível de toda a rede de Balcões;
- Reforço da utilização de vários softwares internos, permitindo a monitorização em tempo real de todas as transacções bancárias executadas pelos vários Balcões e Direcções;
- Realização de Auditorias em 70% de toda a rede de Balcões. Nas Províncias, todos os Balcões foram Auditados.
- Formação técnica em Auditoria Interna, Inspecção e Microsoft Office;
- Assistência a vários seminários, colóquios, meetings, promovidos pelas várias entidades do sector bancário e financeiro.

DIRECÇÃO DE COMPLIANCE (DC)

No ano de 2014, o BNI desenvolveu acções no sentido de estar em conformidade com as boas práticas bancárias decorrentes da legislação emanada pelo BNA, bem como dos organismos internacionais.

No mesmo ano, a Direcção de Compliance, sofreu alguns ajustes, tendo sido aprovado a sua reestruturação, definindo-a com critérios de independência e permanência efectiva no Sistema de Controlo Interno do BNI.

Entre as acções realizadas durante o referido ano, os destaques vão para as seguintes:

- Consolidação do programa de monitorização e filtragem da Base de Dados dos Clientes contra as principais listas de sanções em vigor no mercado financeiro internacional;
- Implementação de medidas decorrentes da entrada em vigor de novos normativos (internos e externos);
- Elaboração dos processos referentes ao KYC (Know Your Customer);
- Investigação dos casos referentes à solicitação de informação/investigação relacionada com operações irregulares;
- Participação nos trabalhos referentes a actualização do Manual de Controlo Interno, em conformidade com a nova legislação;
- Monitorização das transacções internacionais (OPE's, Remessas Documentárias, Cartões de Pagamento Automático, Internet Banking e Mobile Banking);
- Adequação ao novo quadro regulamentar sobre os Cartões de Pagamentos Automáticos;
- Registo e adopção do regime FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act);
- Acompanhamento do processo de implementação do BNI Europa, no domínio de Compliance;
- Aprovação no teste Compliance, no seguimento da concessão da Linha de Crédito do IFC (membro do Banco Mundial);
- Participação na elaboração do novo modelo de preçário, em colaboração com a Direcção de Organização;
- Participação na criação do Gabinete de provedoria do Cliente;
- Coordenação da implementação do novo modelo de Cheques do BNI;
- Implementação do controlo mensal das aberturas de Contas;
- Reavaliação do processo AML/FT referente ao Serviço de remessas de valores (MoneyGram);
- Elaboração e preenchimento dos formulários FCPA, referentes à pré-qualificação para prestação de Serviços à indústria petrolífera;
- Participação no processo de estabelecimento da relação comercial entre o BNI e o Unicredit Group;
- Reformulação dos formulários de abertura de Contas (Particulares e Empresas);
- Actualização do processo AIF/ESAAMLG.

DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE (DC)

Os principais destaques da actividade desenvolvida pela Direcção de Contabilidade em 2014 correspondem:

- Renovação da equipa com a entrada do Director;
- Implementação de mecanismos para automatização de processos da área e controlo;
- Definição e consolidação da estrutura da Direcção, assim como atribuição de funções e divisão de tarefas;
- Implementação de um Sistema de Gestão de Fornecedores;
- Implementação de relatórios mensais: Relatório de Actividades Mensais, Mapa de Pendentes dos Colaboradores, Controlo de Viagens e Mapa de Falhas caixa;
- A Direcção beneficiou de formação nas áreas de:
 - Reforma Tributaria e Ajustamentos Fiscais;
 - Complemento Actuarial e Reporte Contabilístico – Benefício pós Emprego;
 - Tributação dos Serviços financeiros;
 - Contencioso Administrativo Fiscal;
 - Fiscalidade Angolana;
 - Novos Estatutos dos Grandes Contribuintes;
 - Normas Internacionais IFRS.

DIRECÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL (DFI)

A Direcção Financeira Internacional (DFI) desenvolve e assegura a implementação do programa financeiro do Banco. Igualmente desenvolve e mantém relações com os Bancos no exterior e interior do País, visando os objectivos definidos para o Negócio, cabendo-lhe a gestão da tesouraria e o suporte da gestão de Activos e Passivos (Comité de Activos e Passivos), designadamente ao nível dos Riscos de liquidez, taxa de juro e cambial.

Em 2014, os acontecimentos mais relevantes da actividade desenvolvida pela DFI foram os seguintes:

- Gestão e controlo dos Riscos de mercado;
- Reforço no controlo do limite de exposição cambial;
- Elaboração do Manual de Procedimentos da DFI e do ALCO;
- Reestruturação da Sala de Mercados e da Tesouraria Central, através da contratação de capital humano;
- Prossecução da implementação do Instrutivo do BNA concernente ao processo de saneamento de moeda estrangeira.

DIRECÇÃO DE OPERAÇÕES (DOP)

A Direcção de Operações é composta por 2 Departamentos: Departamento de Operações Nacionais e Departamento de Operações de Estrangeiro.

Em 2014, o Departamento de Operações Nacionais realizou as seguintes operações:

	USD'000			Quantidades		
	2014	2013	Var.%	2014	2013	Var.%
Créditos carregados em sistema	521 354	267 098	95%	358	436	-18%
SPTR	2 144 387	1 454 547	47%	13 275	7 185	85%
Emitidas	1 052 779	725 988	45%	3 292	1 816	81%
Recebidas	1 091 608	728 559	50%	9 983	5 369	86%
STC	87 729	142 946	-39%	18 956	19 324	-2%
Emitidas	33 239	73 910	-55%	9 733	9 396	4%
Recebidas	54 490	69 036	-21%	9 223	9 928	-7%
Subsistema de Pagamentos e compensação de valores						
Compensação a Crédito	163 456	521 082	-69%	-	-	-
Compensação a Débito	85 458	135 183	-37%	-	-	-

Em 2014, o Departamento de Operações de Estrangeiro realizou as seguintes operações:

	USD'000			Quantidades		
	2014	2013	Var.%	2014	2013	Var.%
Crédito documentário a importação	32 370	76 742	-58%	45	41	10%
Remessas documentárias emitidas a importação	135 512	280 604	-52%	1 035	1 284	-19%
OPE - Emitida	700 650	1 268 825	-45%	11 660	12 108	-4%
OPR - Recebida	227 661	258 125	-12%	1 399	6 188	-77%
Total	1 096 192	1 884 297	-42%	14 139	19 621	-28%

DIRECÇÃO JURÍDICA (DJU)

A Direcção Jurídica (DJU) é um órgão situado ao primeiro nível da estrutura do BNI. Tem como incumbência, garantir a certeza e segurança jurídica nos Negócios em que o Banco seja parte ou interessado.

Nesta conformidade e visando atingir os objectivos propostos, foram desenvolvidos no decorrer do ano transacto, os seguintes trabalhos:

- Elaboração de um total de 176 contractos de mútuo;
- Emissão de diversas Garantias Bancárias, no total de 80;
- Elaboração de um Acordo de Parceria com a TAAG-Linhas Aéreas de Angola, visando a criação de um Cartão de Crédito Co-Branded;
- Agenciamento de processos de Crédito (a DJU presta Serviços aos Clientes na formalização de processos, consubstanciando-se estes em deslocações a cartórios notariais para tratamento de questões relacionadas com autenticações, reconhecimento de documentos, totalizando 396 processos agenciados);
- Tratamento de escrituras notariais e registos para legalização de imóveis da Instituição;
- Revisão das condições gerais de diversos Produtos, tendo em conta as novas especificidades elencadas pelo BNA;
- Respostas a ofícios endereçados ao BNI por diversas entidades públicas, totalizando 591 missivas;
- Elaboração de diversos contractos: Arrendamento (11), Fiscalização de Obras (1), Prestação de Serviços (18), Empreitadas (12), Acordo de Regularização de dívida (4), Cessão de Quotas (3), Acordos de Cessação de Contractos de Trabalho (4), Cessão da Posição Contratual (3), Promessa de Compra e Venda (2), Locação financeira (1), totalizando 59 contractos;
- Elaboração de participações criminais relacionadas a levantamentos indevidos efectuados em Contas de Clientes e violações graves aos procedimentos em vigor na Instituição;
- Constituição de Empresas para suporte a actividade do Banco - 2 novas Empresas constituídas;
- No âmbito do processo de legalização dos imóveis próprios da Instituição, foram concluídos os processos referentes aos prédios urbanos adquiridos pelo Banco, que já se encontram registados a favor do BNI;
- Procedeu-se aos registo dos Órgãos Sociais do BNI para o quadriénio 2013-2016, eleitos em Assembleia Geral, realizada aos 11 de Abril de 2013;
- Nomeação de Chefe de Departamento para os Assuntos Contenciosos;
- A DJU arrecadou para o Banco, durante o ano 2014, em prestação de Serviços de agenciamento, a quantia de AKZ 3 819 660 (USD 37 133).

DIRECÇÃO BANCA ELECTRÓNICA (DBE)

Os meios de Pagamento têm vindo a desenvolver-se no sentido de se tornarem cada vez mais eficientes, o que foi potenciado fundamentalmente pela possibilidade de efectuar Pagamentos por via electrónica. O sistema de Pagamentos Electrónicos permite ainda gerar consideráveis economias de escala e disponibilizar um considerável conjunto de funcionalidades.

A Direcção é composta por 4 Departamentos, nomeadamente: Departamento de Cartões, Departamento BNI Online, Departamento de Análise de Risco e Fraude e Departamento de Aceitação/ Acquiring.

Entre os principais projectos realizados em 2014, destacam-se:

- Elaboração do Manual de Internet Banking;
- Elaboração do Manual de Utilizador para fechos de TPA's e Guia prático de Utilização Cartões;
- Manual de Informação de Cartões;
- Cobrança de Anuidade Cartões de Crédito;
- Call Center;
- Procedimento para Recuperação de Crédito de Cartões dos Colaboradores;
- Procedimento para Recuperação de Crédito de Clientes;
- Passagem dos Cartões para nova imagem com chip;
- Envio de informação mensal aos Balcões referente ao prazo de validade dos Cartões de Débito/ Crédito bem como as Contas que não têm Produtos Electrónicos associados;
- Implementação do Cartão Intermarket;
- Implementação do Produto Multibónus.

DIRECÇÃO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO (DMC)

Durante o ano de 2014 a estratégia da Direcção de Marketing pautou pela observância dos limites orçamentais, priorizando todas actividades tendentes a difundir a imagem do BNI.

Neste ano, a Direcção, concretizou o lançamento de novos Produtos, através de campanhas de publicidade na imprensa e rádio, promovendo os referidos Produtos nas Agências, através de folhetos e cartazes, assim como no site do BNI, através de banners.

Produtos lançados em 2014:

- Depósito a Prazo BNI Superflash;
- Depósito a Prazo BNI Net;
- Multibónus BNI;
- Depósito a Prazo BNI Júnior.

Principais actividades realizadas em 2014:

- Continua actualização do site e da intranet;
- Revisão da identidade institucional dos Normativos e Manuais;
- Edição e revisão do Manual do Colaborador;
- Formatação do documento de Política de Continuidade de Negócio;
- Criação gráfica e paginação da E-news Crescer BNI, numa parceria com a Direcção de Recursos Humanos;
- Organização de várias actividades de que destacamos o Jantar de Natal do Banco;
- Produção de filme institucional sobre o BNI e BNI Europa;
- Divulgação de diversos comunicados de imprensa;
- Preparação da imagem de novas Agências e renovação da imagem das mais antigas;
- Edição do Relatório e Contas de 2013 e produção de vários itens de brindes para os nossos Clientes;
- Reformulação da imagem do mobiliário de todas as Agências (Retalho e Prime);
- Efectivação de diversos patrocínios, maioritariamente no âmbito de solidariedade social.

DIRECÇÃO DE CONTROLO E GESTÃO (DCG)

A Direcção de Controlo e Gestão é um órgão da estrutura do Banco, sob dependência directa do Conselho de Administração e como tal tem como função a concepção, implementação e monitorização de um modelo de controlo e gestão de informação financeira necessária ao acompanhamento da evolução da actividade do Banco. A Direcção é constituída pelos Departamentos de Análise e Reporte financeiro, Planeamento e o de Controlo de Gestão.

Entre as várias actividades desenvolvidas durante o ano de 2014, são destaque as seguintes:

- Alteração da estrutura orgânica da área, passando de Gabinete a Direcção;
- Nomeação do Chefe do Departamento de Planeamento;
- Elaboração do Relatório e Contas de 2013 do Banco, o qual foi pela terceira consecutiva eleito entre os 10 melhores documentos de gestão a nível nacional, no prémio Sirius da Empresa de consultoria Deloitte;
- Elaboração do Orçamento do Banco de 2014;

- Definição dos objectivos anuais das Direcções Comerciais;
- Arranque do projecto de implementação de nova ferramenta de Business Intelligence da área;
- Acompanhamento das inspecções do BNA;
- Participação no processo de elaboração do Plano Estratégico do BNI e de definição dos Indicadores de Desempenho das Direcções;
- Participação e fornecimento de informação para o Grupo de Trabalho de acompanhamento do Balcão do mês;
- Tratamento e fornecimento de dados estatísticos do BNI ao IFC (Instituição do Banco Mundial), de acordo com as normas de reporte internacionais, a quando da contratação de nova Linha de Crédito Internacional;
- Monitorização da performance financeira das Empresas do grupo BNI;
- Apoio na implementação do novo modelo de preçário;
- Preparação e reporte de informação periódica ao Conselho de Administração do Banco e Direcções;
- Reporte de informação ao BNA;
- Participação em reuniões periódicas da ABANC (Associação dos Bancos Comerciais Angolanos);
- Participação permanente no ALCO (Comité de Activos e Passivos);
- Acompanhamento dos Riscos de liquidez, cambial e de mercado;
- Actualização dos reportes de gestão, de acordo com evolução das especificidades e regras do sector bancário Angolano.

DIRECÇÃO DE GESTÃO DO RISCO (DGR)

No âmbito da implementação do Aviso nº 2 de 19 de Abril de 2013, regulador das obrigações de estabelecimento do sistema de Controlo Interno pelas Instituições financeiras, o BNI realizou um conjunto de acções durante o ano de 2014, entre elas a criação da Direcção de Gestão do Risco, formada por 3 Departamentos, Risco Operacional, Risco de Crédito e Contraparte, assim como o de Risco de balanço, mercado e taxas.

Neste contexto, durante o reduzido tempo de actividade da área, foram dados os seguintes passos:

- Despacho de criação da Direcção de Gestão Risco;
- Nomeação de um responsável pela Direcção de Risco;
- Publicação interna do Manual de estrutura orgânica;
- Publicação interna da política de continuidade de Negócio;
- Início do processo de recrutamento do quadro de efectivos da Direcção de Risco;
- Início dos trabalhos de implementação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio.

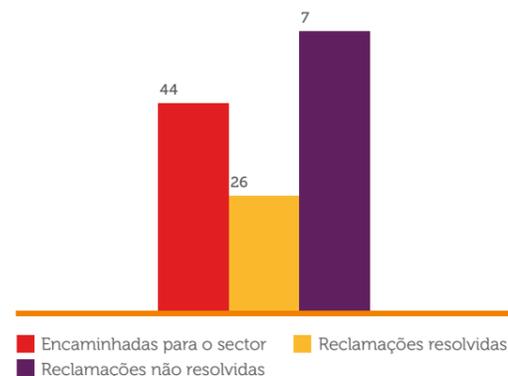
PROVEDORIA DO CLIENTE (PC)

A Provedoria do Cliente foi criada em Outubro de 2014. É um órgão que desempenha as suas funções com autonomia dos demais Serviços comerciais ou operativos do Banco, dos quais está separada, com a finalidade de assegurar a independência e o conflito de interesses, no desempenho das suas funções.

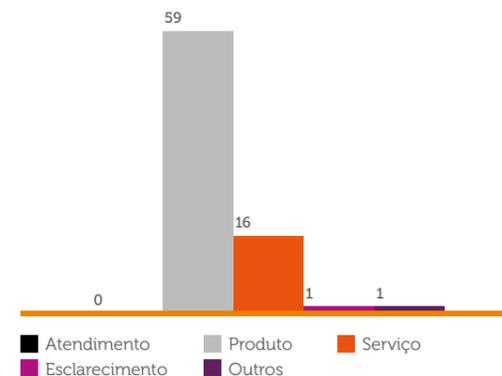
Durante o ano de 2014, ficam marcadas as seguintes actividades:

- Criação da Provedoria do Cliente;
- Regulamentação da área;
- Nomeação do Provedor;
- Recrutamento da equipa de trabalho;
- Recebimento e tratamento das reclamações submetidas pelos Clientes;
- Criação e implementação dos reportes da área.

Gerenciamento de Reclamações



Tipologia das Reclamações



DIRECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO (DO)

Durante o ano de 2014, a Direcção de Organização teve como estratégia de actuação:

- Ganhar proximidade das Pessoas (chave que garante o desenvolvimento das actividades do Banco) e das áreas críticas de negócio para obter conhecimento "real" das deficiências do quadro normativo em vigor no Banco e de capacitação da função de normalização das políticas e processos internos do Banco;
- Alavancar a consciência dos responsáveis, com funções e responsabilidades exclusivas, que integrem os órgãos dotados de uma missão e promover acções iniciais para impor uma cultura claramente definida, transparente e perceptível, para que todos os Colaboradores se revejam na cultura BNI e que o mercado reconheça como um sinal da nossa forma de actuar, da nossa presença e da nossa marca.

Actividades desenvolvidas

- Actualização dos Normativos com novos procedimentos e processos internos;
- Apropriação dos processos pelas áreas alvo do projecto de reengenharia de Processos (DFI, DPL e DBE) e das melhorias levadas a cabo.
- Participação nos módulos de formação "A transparência como forma de apreço do capital humano e financeiro" e "A diligência e o compromisso com a Qualidade que gera excelência dos Serviços prestados ao Cliente".
- Vários esforços para a adequação aos requisitos de boa governação corporativa, controlo Interno e do dever de informação e suporte a prestação de Serviços aos Clientes sobre os Produtos BNI;
- Actualização do processo de originação do Crédito avaliação de Risco com base nos modelos de rating e scoring, cálculos de imparidade e recuperação de Crédito, tal como avaliações e propostas de recuperação dos processos críticos no âmbito da continuidade do negócio.

Outros factos pertinentes

Próximos desafios:

- Estruturar e implementar novos Negócios e Produtos e Serviços (suportados pela Celbux, Companhia de seguros, EMIS, Facilcred, entre outras);
- Definir e implementar uma metodologia/modelo de governação por processos, suportada numa Plataforma de Processos (para suportar a implementação dos processos de Risk Officer, com base no nosso modelo de Gestão de Risco e da cultura de controlo Interno e governação corporativa);
- Assegurar/potenciar a existência duma adequada segregação de funções, formalizando a implementação de procedimentos e instituindo limites de contratação ou autorização;
- Implementar procedimentos automáticos para preparação das reconciliações bancárias.



PAIXÃO PELOS NEGÓCIOS

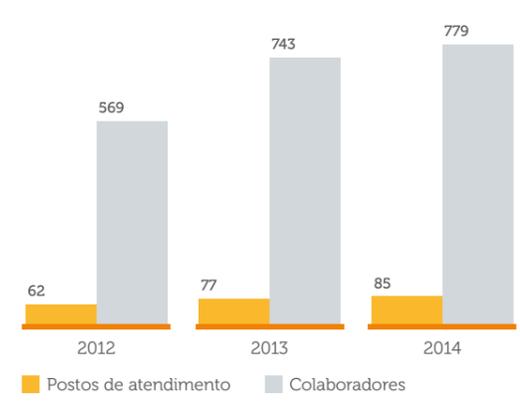
- | Evolução do Negócio
- | Áreas de Negócio
- | Canais de Distribuição
- | Caracterização dos Clientes BNI



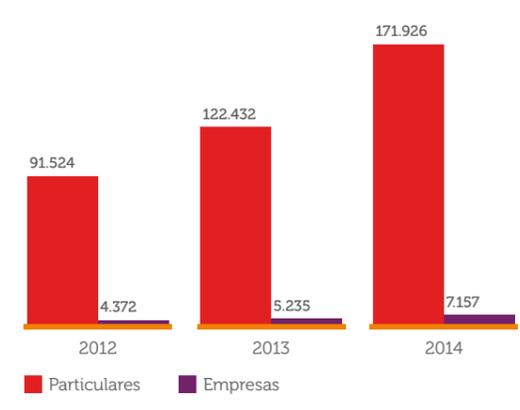
EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Breves considerações dos principais indicadores:
 (*) Valores em USD '000.

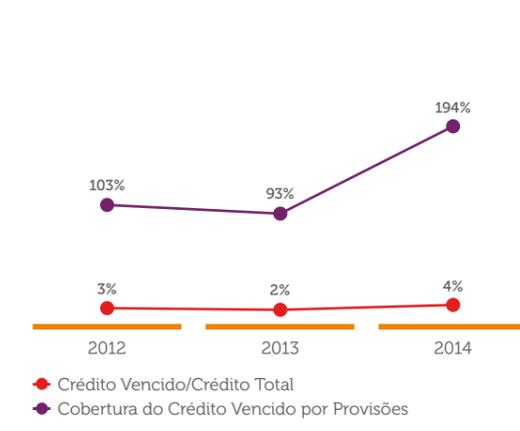
Rede de Balcões e Colaboradores



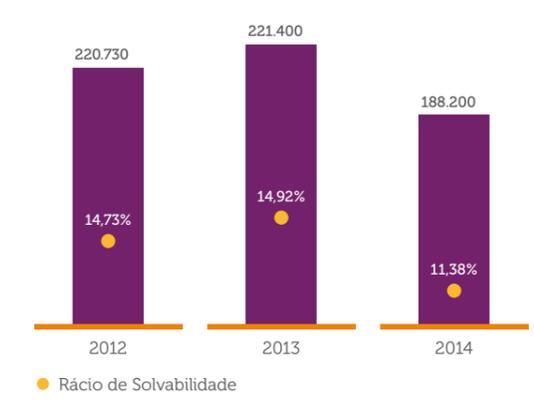
Clientes



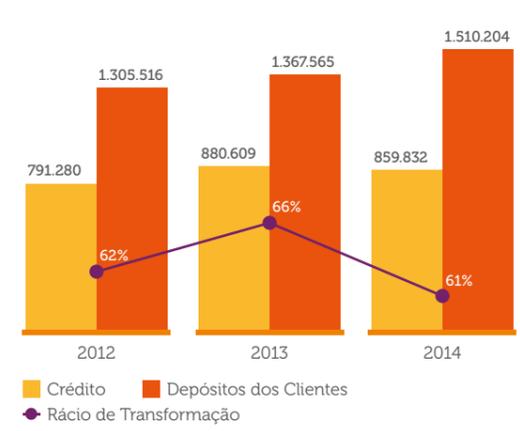
Qualidade do Crédito



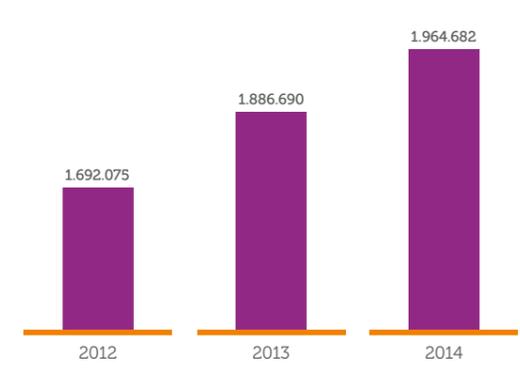
Fundos Próprios Totais



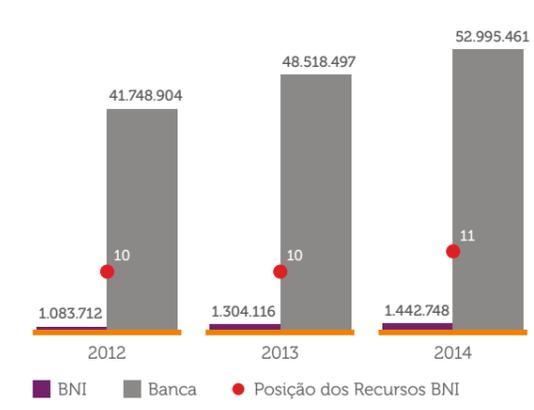
Actividade com os Clientes



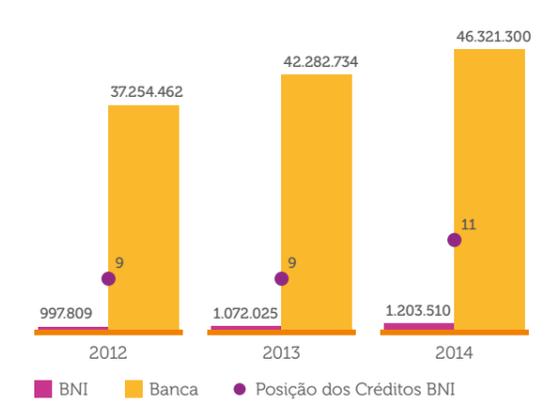
Activo Total



Posição do Mercado (Recursos)



Posição do Mercado (Créditos)



ÁREAS DE NEGÓCIO

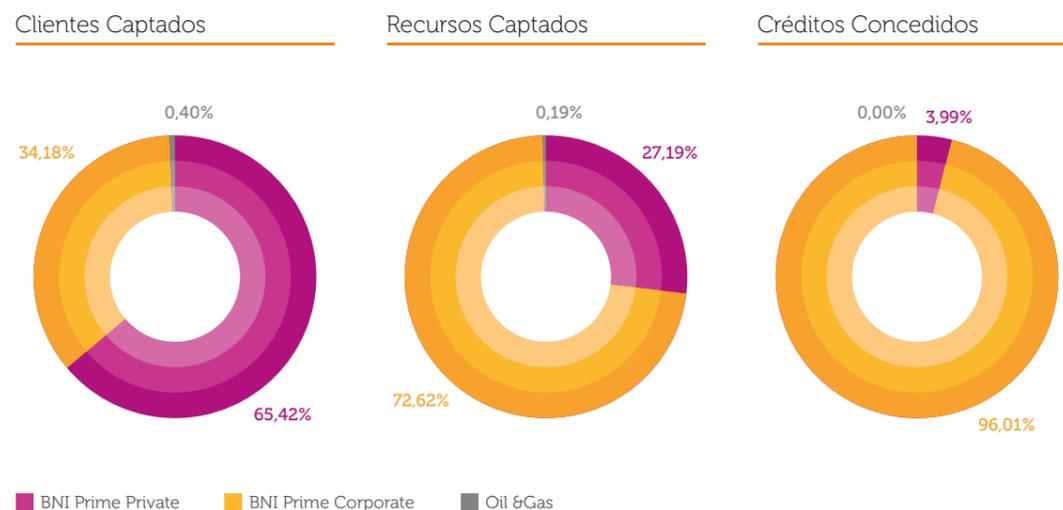
O Banco de Negócios Internacional dedica-se a captação de recursos de terceiros e actua no mercado através de unidades estratégicas, tendo como suporte critérios claros e objectivos de segmentação e diferenciação, sob a forma de Depósitos ou outros Serviços, promovendo a sua aplicação em operações de Créditos, financiamentos e outras operações activas no mercado interbancário e secundário.

UNIDADES DE NEGÓCIO

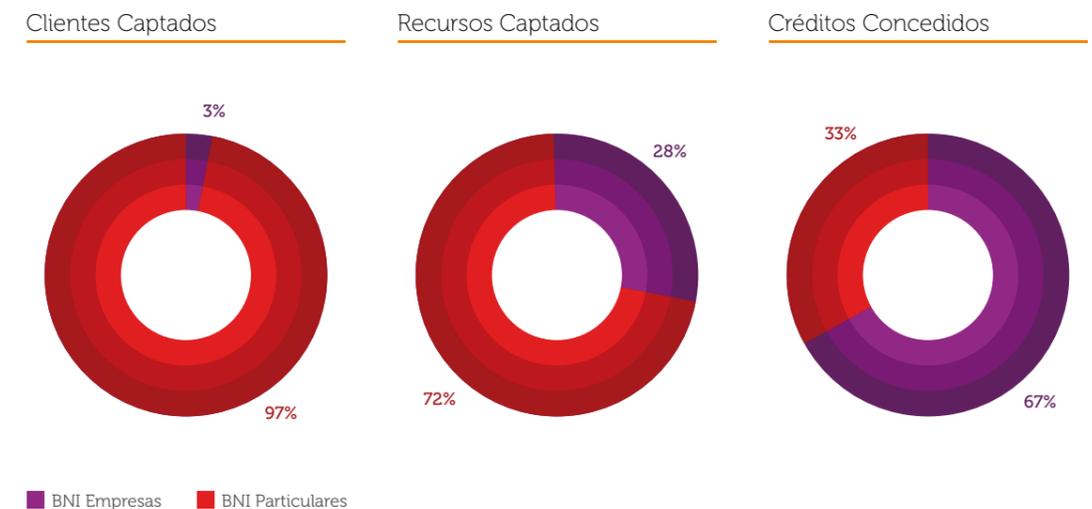
BNI Prime Corporate: dedica-se ao segmento de Empresas de renda elevada. No final de 2014 esta unidade alcançou um total de 1.962 Clientes (1,10% do total do Banco), USD 919.260 milhares em Depósitos de Clientes (61,14% do total do Banco) e USD 767.098 milhares em Créditos concedidos (86,27% do total do Banco);

BNI Prime Private: área dedicada ao segmento de particulares de renda elevada. No final de 2014 esta unidade alcançou um total de 3.756 Clientes (2,10% do total do Banco), USD 344.201 milhares em Depósitos de Clientes (22,89% do total do Banco), e USD 31.894 milhares em Créditos concedidos (3,59% do total do Banco);

Oil & Gas: área dedicada a Empresas e prestadoras de Serviços do sector petrolífero. No final de 2014 alcançou um total de 23 Clientes (0,01% do total do Banco), USD 2.351 milhares em Depósitos de Clientes (0,16% do total do Banco) e USD 1 milhar em Crédito concedido (0,00% do total do Banco).



BNI Retailho: área dedicada ao segmento de retalho, com 173.342 Clientes (96,79% do total do Banco), USD 237.629 milhares em Depósitos de Clientes (15,81% do total do Banco), USD 90.215 milhares em Créditos concedidos (10,15% do total do Banco).



No final do exercício, o Banco atingiu um total de 179.083 Clientes, mais de 51.416 face 2013, o que regista um crescimento de 40,27%. A rede de Balcões pelo território nacional aumentou de 77 unidades para 85, perfazendo um total de 8 novos Balcões abertos em 2014.

Os Depósitos de Clientes registaram, em 2014, um crescimento de 16,36% atingindo os USD 1.510.204 milhares. Os Depósitos em moeda nacional e em moeda estrangeira representam 77,28% e 22,72% respectivamente do total da carteira.

A Carteira de Crédito registou um incremento de 2,89%, atingindo os USD 859.832 milhares. O Crédito concedido aos Clientes em moeda nacional representa 84,52%, isto é, USD 726.739 milhares do total da carteira do Banco. Em 2014 o BNI detinha no mercado uma quota de 2,72% para os Depósitos de Clientes e 2,60% para o Crédito.

BANKITA

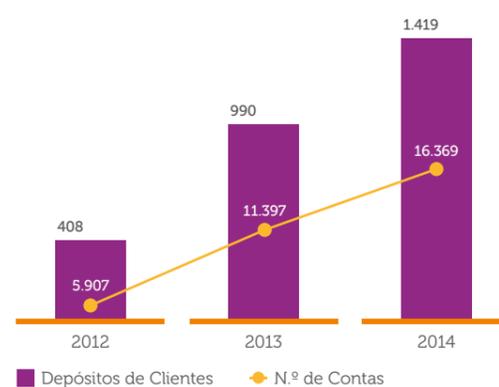
Durantes o ano 2014 o Banco registou a massificação dos Produtos Bankita, e conclui com um total de 16.369 Contas "Bankitas" abertas, mais de 4.972 Contas que em 2013, o que perfaz um crescimento de 43,63%.

Os Depósitos dos Clientes Bankita registam em 2014 um crescimento de 43,31%, cerca de USD 429 milhares, atingindo um total de USD 1.419 milhares no final do ano.

Os Depósitos à Ordem e a Prazo representam 95,38% e 4,62%, respectivamente do total de Depósitos Clientes Bankita.

Depósitos de Clientes

(*) Valores em USD '000.



PROGRAMA "ANGOLA INVESTE"

No intuito de impulsionar a economia Nacional, o Programa "Angola Investe" tem como objectivo principal impulsionar e diversificar a economia Nacional, através do financiamento de projectos de investimento a Micro, Pequenas e Médias Empresas e empreendedores.

A 31 de Dezembro de 2014 o BNI aprovou 3 financiamentos, tendo disponibilizado 2, no montante de USD 1.526 milhares no final do ano.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

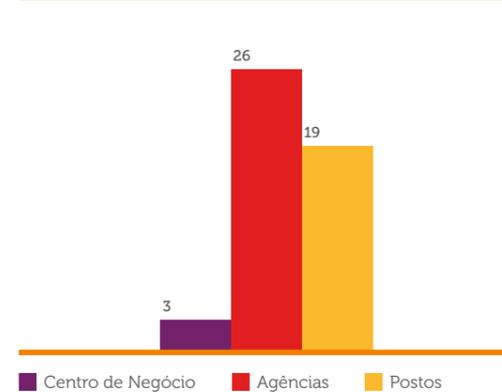
O BNI mantém a aposta forte no desenvolvimento de soluções a fim de proporcionar maior satisfação ao Cliente, através da criação de Produtos e canais atractivos para todos os segmentos.

A rede de canais de distribuição do BNI é composta por:

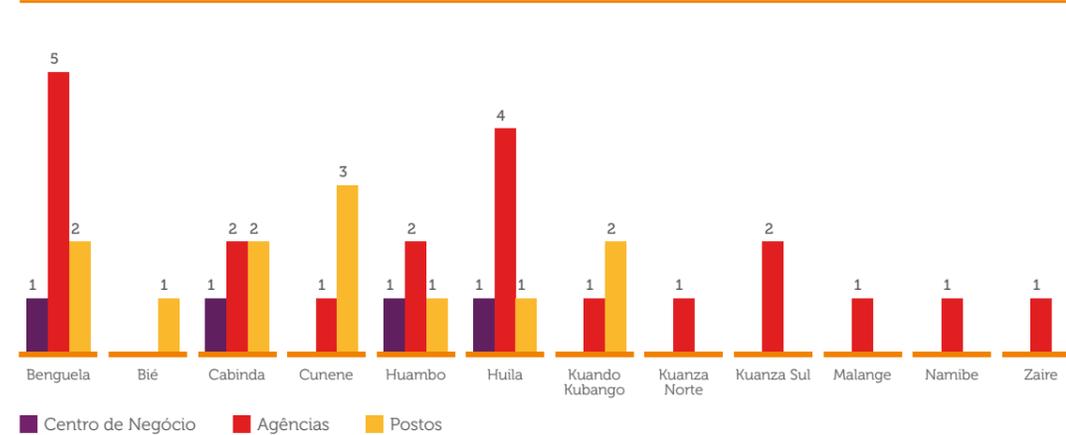
REDE DE BALCÕES

No final de 2014, o Banco registou um total de 85 Balcões, mais 8 face a 2013, dos quais 7 Centros de Negócio, 47 Agências e 31 Postos de Atendimento, distribuídos por 13 Províncias do País. Em Luanda, o Banco opera com 3 Centros de Negócio, 26 Agências e 19 Postos de Atendimento.

Rede de Balcões em Luanda



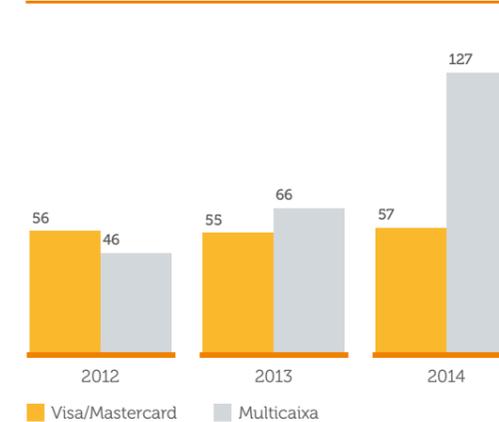
Rede de Balcões nas restantes Províncias



CAIXAS AUTOMÁTICAS (ATM'S)

No final de 2014, o Banco dispunha de 184 ATM's, entre os quais 57 correspondem a rede Visa/Mastercard e 127 a rede Multicaixa, mais 63 ATM's que no período homólogo, numa cobertura total de 12 Províncias do território nacional.

ATM's



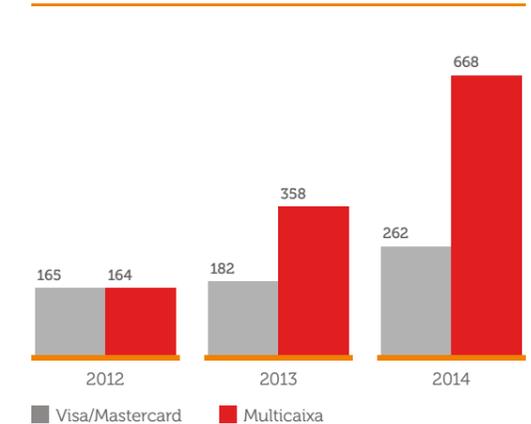
TERMINAIS DE PAGAMENTOS AUTOMÁTICOS (TPA'S)

A rede de TPA's do BNI, contempla 930 terminais, dos quais 262 correspondem a rede Visa/Mastercard e 668 a rede Multicaixa.

Em termos de compras, a rede Visa/Mastercard registou em 2014 um total de 39.312 de compras válidas, cujo montante transaccionado totalizou em USD 25.955 milhares, alcançando uma média mensal de USD 2.163 milhares.

A rede Multicaixa registou um volume transaccionado de USD 86.312 milhares, totalizando 536.066 compras válidas, alcançando uma média mensal de USD 7.193 milhares.

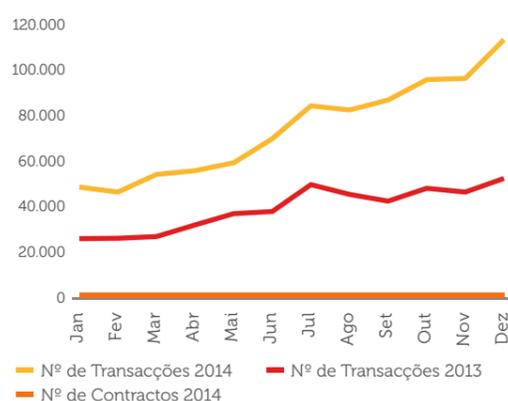
POS's



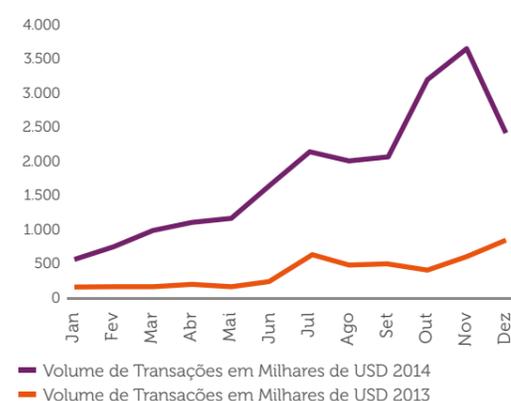
INTERNET BANKING (BNI ONLINE)

No final de 2014, o Banco registou 879.441 operações via BNI Online contra 458.913 registadas em 2013, cerca de 8.001 contractos Activos, perfazendo um volume transaccionado de USD 21.517 milhares.

Número de Contractos e Transacções



Volume de Transacções

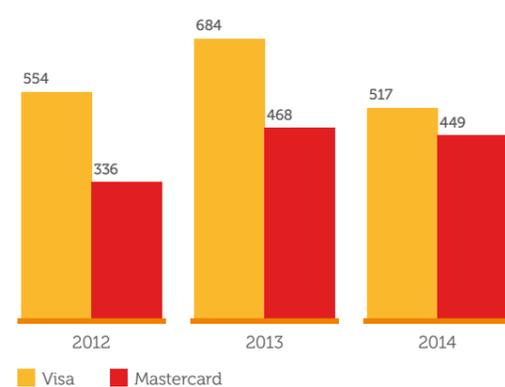


CARTÕES DE CRÉDITO (VISA E MASTERCARD)

No ano 2014, a rede de Cartões de Crédito Activos do BNI é constituída por 966 Cartões, dos quais 517 Cartões representam a rede Visa e 449 Cartões pertencem a rede Mastercard.

No que toca a rede Visa, foram emitidos 303 Cartões para a rede Prime e 214 Cartões para a rede BNI Retailho. Para a rede Mastercard, foram emitidos 215 Cartões para a rede Prime e 234 Cartões para a rede BNI Retailho.

Cartões de Créditos Activos

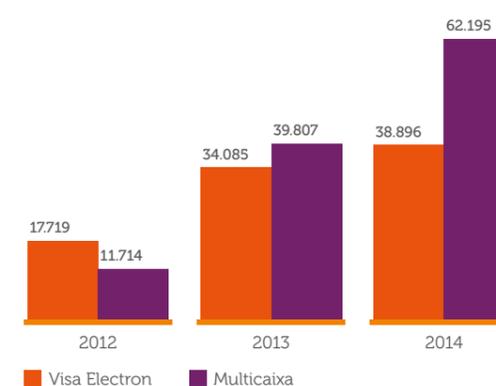


CARTÕES DE DÉBITO (MULTICAIXA E VISA)

Em 2014, os Cartões de Débito da rede Multicaixa e Visa do BNI completaram 101.091 Cartões contra 73.892 Cartões em 2013, representando um acréscimo de 27.199 (+37%) Cartões.

Do total de Cartões de Débito da rede Visa, 1.485 pertencem a rede Prime e 37.411 pertencem a rede BNI Retailho. Do total de Cartões da rede Multicaixa, 1.388 pertencem a rede BNI Prime e 60.807 pertencem a rede BNI Retailho.

Cartões de Débitos

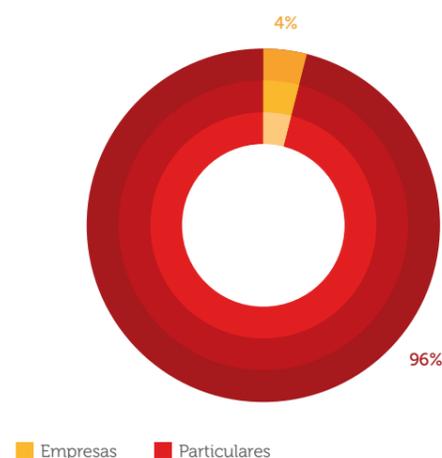


CARACTERIZAÇÃO DOS CLIENTES BNI

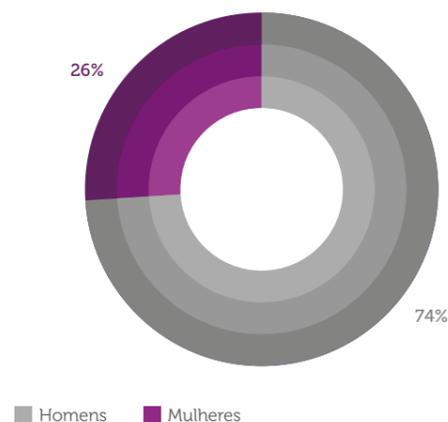
No final do exercício de 2014, o Banco atingiu um total de 179.083 Clientes (mais de 51.416 face a 2013), registando um crescimento de 40,27% em relação ao período homólogo. Os Clientes particulares representam 96% do total da carteira de Clientes do Banco, ou seja 172.777 Clientes, pelo que as Empresas, 4%, perfazendo um total de 6.306 Empresas.

A nível estatístico, seguem algumas conclusões verificadas ao nível da carteira de Clientes do BNI:

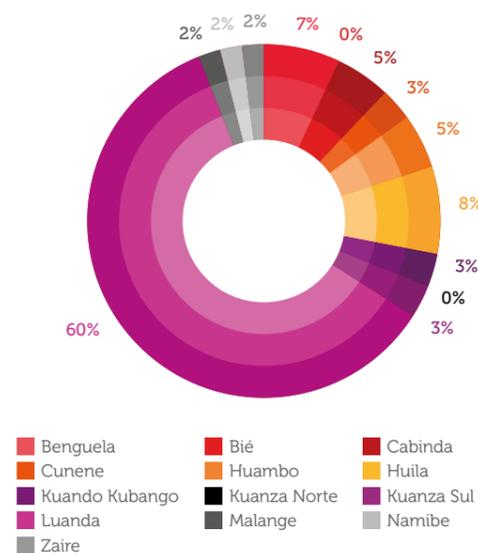
Total Clientes



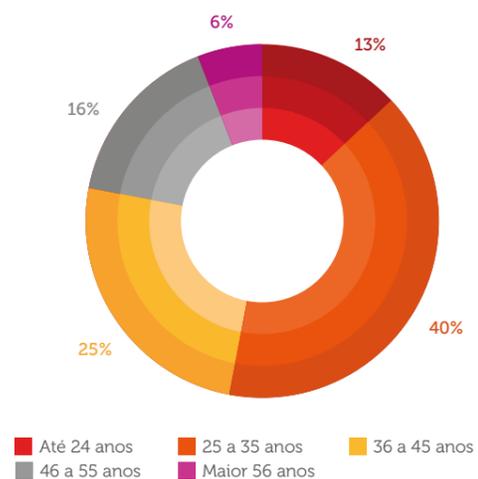
Género



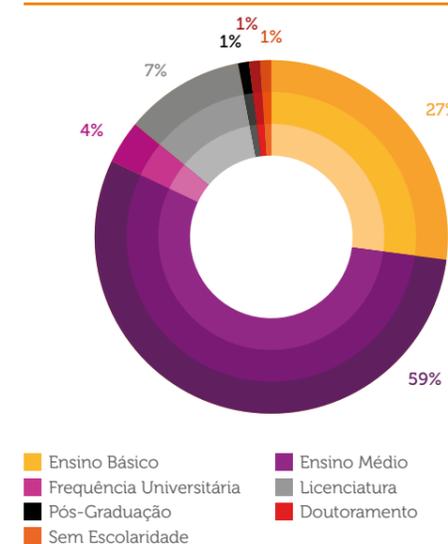
Distribuição dos Clientes por Províncias



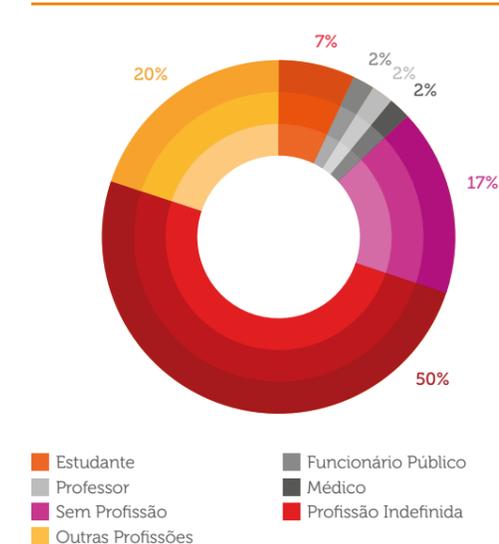
Idade



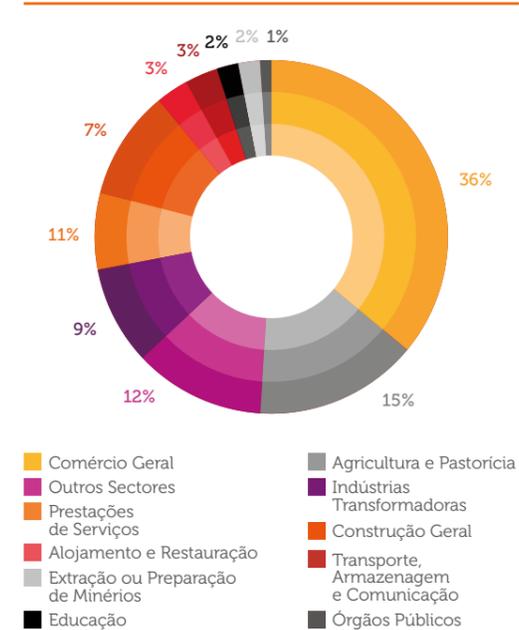
Habilitações Literárias



Profissão



Sector de Actividade





COMPROMISSO COM AS PESSOAS

- | Gestão do Risco
- | Enquadramento Regulamentar
- | Envolvente Económica e Financeira



GESTÃO DO RISCO

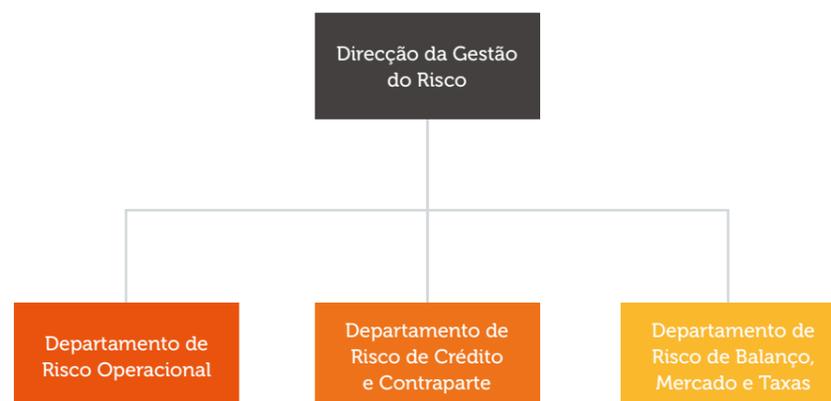
DIRECÇÃO DE GESTÃO DO RISCO

A função de Gestão do Risco no BNI existe desde 2014, ano em que foi aprovado e publicado internamente o Manual da estrutura orgânica da Direcção de Gestão do Risco (DGR). Até a referida data estava a ser desenvolvido o plano de implementação da área visando a sua adequação e conformidade com o Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril do BNA, concernente à temática do Controlo Interno.

Como responsável pela função de Gestão do Risco, a DGR tem como principal missão identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os Riscos relevantes da actividade desenvolvida pelo BNI, conforme o previsto no Artigo 11º do Aviso nº 2/2013.

Neste contexto, antes da criação da DGR, o Risco na óptica transversal e integral, não era considerado conforme o mencionado Aviso, não obstante estar a ser ponderado e controlado relevantemente por unidades orgânicas de 1ª linha, nomeadamente as Direcções de Controlo e Gestão (DCG), Análise e Recuperação de Crédito (DARC), Compliance (DC), Auditoria Interna (DAI) e Direcção Financeira Internacional (DFI), denotando de forma geral uma preocupação com esta temática, dando-se principal relevância aos Riscos Operacionais, Crédito, Liquidez, taxa de juro, Cambial e Compliance.

Organigrama Direcção de Risco



DEPARTAMENTO DE RISCO OPERACIONAL

As funções atribuídas ao Departamento de Risco Operacional são as seguintes:

- a) Conceber e implementar políticas que garantam uma eficiente monitorização de Risco Operacional;
- b) Identificar e analisar, regularmente, os Riscos Operacionais associados a cada actividade, operações, Produtos e Serviços, bem como os limites de competência e perfis atribuídos, devendo propor as medidas de mitigação adequadas, tendo em consideração o Risco de Compliance, proveniente de violações ou incumprimentos de leis, regras, regulações e contractos, bem como o Risco de sistemas de informação, proveniente de uma inadequação das tecnologias de informação em termos de processamento, integridade, controlo, disponibilidade e continuidade, proveniente de estratégias ou utilizações inadequadas;
- c) Monitorizar e assegurar o cumprimento dos procedimentos sobre abertura, bloqueio e encerramento de Contas, assim como a extracção e análise de relatórios sobre Contas inactivas e dormentes, desbloqueadas e/ou encerradas;
- d) Promover e prestar suporte às unidades de estrutura responsáveis pela normalização de processos, a melhoria contínua dos procedimentos e aplicações informáticas, que assegurem a implementação de mecanismos de prevenção e detecção atempada de fraude e erros;
- e) Conceber um sistema de recolha de informação sobre eventos (erros e incidências) relacionados com o Risco Operacional, com vista à sua análise e registo numa Base de Dados segmentada por actividade e catalogada por tipo de evento;
- f) Efectuar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do Risco Operacional pelos métodos do indicador básico e padrão;
- g) Controlar o preçário do BNI;
- h) Monitorizar a implementação das medidas necessárias à correcção das deficiências relativas ao Risco Operacional, identificadas no relatório de Avaliação do Sistema de Controlo Interno do BNI;
- i) Outras funções que superiormente lhe sejam atribuídas.

DEPARTAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO E CONTRAPARTE

O Departamento de Risco de Crédito e Contraparte é responsável pela monitorização dos Riscos ligados a carteira de Crédito, assim como a qualidade da mesma. As funções que lhe competem são:

- a) Prestar informação sobre o Risco de Crédito aos órgãos da Administração, Comitês e entidades reguladoras;
- b) Proceder ao acompanhamento e à manutenção do Risco da Carteira de Crédito, recorrendo às bases de dados, aplicações informáticas ou ficheiros disponíveis para o efeito;
- c) Garantir a manutenção do Risco de Crédito de Clientes sob vigilância e identificar potenciais situações de alerta, com base no mapa de vigilância enviado pela Direcção de Acompanhamento e Recuperação de Crédito;
- d) Criar e actualizar periodicamente os modelos de rating/scoring que permitam a classificação dos Clientes particulares e Empresas por perfil de Risco, onde são definidos todos os eventos que contribuem para o perfil do Cliente, como qualquer outra informação que ajude a compreender o Risco que determinado Cliente representa para o BNI;
- e) Acompanhar a exposição do BNI ao Risco de Crédito e respectivo aprovisionamento, analisando a adequação do nível de provisões face à qualidade da carteira de Crédito;
- f) Analisar o comportamento da carteira de Crédito através de um estudo de cenários (stress tests), no sentido de perceber o comportamento em caso de crise económica, eventos de Risco e outros;
- g) Manter a articulação necessária com a Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC) do BNA fornecendo e solicitando informações necessárias sobre a responsabilidade dos Clientes (particulares e Empresas);
- h) Outras funções que superiormente lhe sejam atribuídas.

DEPARTAMENTO DE RISCO DE BALANÇO, MERCADO E TAXAS

As funções atribuídas ao Departamento de Risco de balanço, mercado e taxas são as seguintes:

- a) Preparar a documentação de suporte ao Comité ALCO, recolhendo e validando a informação fornecida pelas diversas unidades das estruturas envolvidas, bem como acompanhar a execução das decisões e políticas definidas no seu âmbito;
- b) Efectuar o cálculo e análise dos GAP's de liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio;
- c) Elaboração de stress tests às principais variáveis com impacto no balanço (liquidez e taxa de juro) com vista à monitorização e controlo do rácio de liquidez e de taxa de juro;
- d) Cálculo do VAR e stress tests para as posições em moeda do balanço com vista à monitorização e controlo do Risco cambial;
- e) Cálculo do VAR e backtesting à carteira de títulos e valores mobiliários;
- f) Efectuar o cálculo dos requisitos de fundos próprios para a cobertura do Risco de taxa de juro e de câmbio;
- g) Outras funções que superiormente lhe sejam atribuídas.

Oportunidades de melhorias

As melhorias no âmbito do exercício da função de Gestão de Risco passam pelo cumprimento integral do artigo 11º do aviso 2/2013 de 19 de Abril. Neste contexto já está em curso um plano de acção para 2015, que permitirá ao BNI estar em total conformidade com o respectivo Aviso até o final do referido ano. Neste contexto estão projectadas um conjunto de acções que irão permitir a total implementação do Sistema de Gestão de Risco.

Os grandes desafios passarão por um conjunto de acções, tais como contratação e formação especializada do quadro de efectivos, implementação de mecanismos consistentes e fiáveis, de extracção e manuseio de toda informação, que permitam segregadamente identificar, controlar, mitigar transversalmente todos eventos de Risco do Banco.

Planos de acção 2015

O plano de acção global para implementação integral do Sistema de Gestão de Risco, tem projectado para sua data final de cumprimento efectivo o dia 31 de Dezembro de 2015, comporta as seguintes fases:

- Operacionalização do Comité de Risco em conformidade com o Aviso nº 2/2013 de 19 de Abril do BNA;
- Definição de princípios e práticas que assegurem a evidência da intervenção da Gestão de Risco no processo de decisão;
- Definição e formalização de metodologias e processos de quantificação de Riscos;
- Definição e formalização da política de testes de esforço;
- Definição e formalização de limites de Risco e definição de planos de acção;
- Formalização de mecanismos e processos de reporte interno e externo em matéria de Gestão de Risco.

DIRECÇÃO DE ANÁLISE E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A Direcção de Análise e Recuperação de Crédito (DARC), assim como a Direcção de Gestão do Risco é um dos órgãos internos responsáveis pela análise e monitorização do Risco de Crédito, que na sua acepção emana um conjunto de procedimentos para tal.

Sistemas Globais de Risco

No que toca ao Risco de Crédito, a DARC é responsável pela análise qualitativa e quantitativa do Cliente, adequação das garantias e emissão de um parecer de Risco. Nos vários escalões de decisão existem representantes da DARC.

No âmbito do processo de concessão de Crédito, estão estabelecidos limites relativos à exigência regulamentar, referente ao limite de concentração no cumprimento do Artigo 7º do Aviso 4/2012 de 26 de Março. A aprovação de novas operações de Crédito depende da avaliação de Risco de cada operação, sendo que para aprovação dos Créditos padronizados existem alguns critérios vinculativos como a taxa de esforço, existência de fiador e domiciliação de rendimentos. No que toca a aprovação de Créditos não padronizados, depende obrigatoriamente da verificação de condições tais como, o histórico do Cliente com o BNI, o potencial comercial do Cliente, apresentação de colaterais, situação saudável em Outras Instituições financeiras e na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC).

	2014	2014	Peso	2013	2013	Peso	Δ
	AKZ'000	USD'000	(%)	AKZ'000	USD'000	(%)	(%)
Crédito líquido	88 444 953	859 832	-	85 963 777	880 609	-	3%
Provisões para Crédito	(6 489 582)	(63 090)	-7%	(1 710 555)	(17 523)	-2%	279%
Crédito bruto	94 934 535	922 922	-	87 674 332	898 132	-	8%
Crédito vincendo	91 585 212	890 361	104%	85 835 854	879 299	100%	7%
Crédito vencido	3 349 323	32 561	4%	1 838 478	18 833	2%	82%
Nº dias de atraso							
15-30	837 802	8 145	25%	357 671	3 664	19%	134%
30-60	114 375	1 112	3%	27 110	278	1%	322%
60-90	742 857	7 222	22%	103 932	1 065	6%	615%
90-150	159 701	1 553	5%	298 449	3 057	16%	-46%
150-180	134 588	1 308	4%	277 652	2 844	15%	-52%
>180	1 360 001	13 221	41%	773 678	7 926	42%	76%

MONITORIZAÇÃO E CONTROLO

Existem limites de Crédito definidos que representam o valor máximo que se pode aprovar para um Cliente ou grupo económico e que são alvo de uma análise pela DARC, exceptuando os Créditos padronizados, pois têm um limite interno de AKZ 5 000 000 (USD 48 608) para serem analisados como Produtos estruturados. Para os Clientes em incumprimento e que são alvo de reestruturação, o critério para tal passa por um reforço de garantias e liquidação de juros vencidos. Para este tipo de Cliente o aumento de exposição decorrente da reestruturação fica limitado.

Também no âmbito dos reportes internos, a DARC produz um relatório mensal referente à análise da carteira de Crédito destinado ao Conselho de Administração, para serem tomadas algumas decisões referente a disposição geral da carteira. No mesmo é apresentada informação relacionada com a evolução das provisões, provisões por nível de Risco, rácio de Crédito vencido, segmentação da carteira, concentração de exposição por Cliente e por moeda.

Com recurso a uma ferramenta informática, denominada ARC – Aplicação de Risco de Crédito, desenvolvida para auxiliar na gestão da carteira, a DARC faz análise individual da carteira por Cliente, considerando a relevância de exposição deste universo, permitindo/originando uma notação/classificação de cada Cliente de acordo com o aviso nº 4/2011 de 8 de Junho. São considerados para a análise individual todos os Clientes com exposição superior ou igual a AKZ 50 000 000 (USD 486 083).

A classificação atribuída é consequência do preenchimento de um formulário, com um conjunto de questões qualitativas e quantitativas do Cliente, tais como, a capacidade de gestão e qualidade dos controlos internos, histórico de pontualidade e atrasos nos Pagamentos, contingências, sector de actividade económica, área geográfica, limite do Crédito, natureza e finalidade da transacção, características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez, bem como o seu valor. A referida análise tem uma periodicidade anual e é feita pela equipa de trabalho de recuperação da DARC, com auxílio da Direcção Comercial. A atribuição final de uma classificação de Risco, reflecte na mensuração das provisões a atribuir a cada Cliente, permitindo o controlo do nível de exposição por grandes Clientes com mais ou menos notação ou Risco associado.

Para a redução e controlo do Crédito vencido bem como equilibrar a liquidez, a DARC estabeleceu em conjunto com a Direcção de Controlo e Gestão, critérios de concessão de Crédito para cada Agência em função de parâmetros de estado da carteira em termos de rácio de Crédito vencido e rácio de concentração. Assim sendo, encontram-se elegíveis para a concessão de Crédito as Agências que apresentam limite máximo de rácio de Crédito vencido de 2% da carteira Crédito e um limite máximo de um rácio de transformação de 30% da carteira de Depósitos.

 2014
USD'000

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		890 361	32 561	922 922	63 090	-
Nulo	A	94 885	-	94 885	-	0%
Muito Reduzido	B	568 008	7 067	575 075	7 112	1%
Reduzido	C	155 185	10 072	165 257	6 079	3%
Moderado	D	12 200	1 011	13 211	8 931	10%
Elevado	E	23 702	4 606	28 308	12 434	20%
Muito Elevado	F	0	2 905	2 905	18 996	50%
Perda	G	2 667	6 447	9 114	9 537	100%
Juros a receber		33 714	453	34 167	-	

 2013
USD'000

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		879 299	18 833	898 132	17 523	-
Nulo	A	1 452	22	1 475	-	0%
Muito Reduzido	B	827 327	3 392	830 718	9 143	1%
Reduzido	C	19 878	4 231	24 109	756	3%
Moderado	D	695	1 193	1 889	193	10%
Elevado	E	663	3 082	3 744	764	20%
Muito Elevado	F	1 089	3 123	4 212	2 148	50%
Perda	G	1 005	3 424	4 430	4 519	100%
Juros a receber		27 190	366	27 556	-	

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

PRINCIPAIS LIMITES E RÁCIOS PRUDENCIAIS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Liquidez

- **Reservas obrigatórias** (Instrutivo nº 07/2014 de 3 de Dezembro) - O coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de incidência definida nos números 2 e 3, exceptuando as Contas dos Governos Central e Governos Locais e Administrações Municipais, é de 12,5% para MN e ME. O coeficiente de reservas obrigatórias a ser aplicado sobre os saldos diários das Contas do Governo Central e Governos Locais e Administrações Municipais em MN é de 100% (ME 100%) e 50% (ME 100%), respectivamente sobre os saldos diários das Contas destas Instituições.

Crédito

- **Exposição máxima por Cliente** (Aviso nº 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 25% dos fundos próprios regulamentares (FPR). O excesso deverá ser reduzido ao cálculo dos FPR;
- **Exposição máxima global** (Aviso nº 08/07 de 12 de Setembro) – Limite de 300% dos FPR para os 20 maiores devedores;
- **Crédito em moeda estrangeira** (Aviso nº 03/12 de 28 de Março) – Não é permitida a concessão de Crédito em ME, em quaisquer prazos, para as seguintes finalidades: assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as Contas correntes caucionadas, financiamento automóvel, empréstimos ao consumo, micro Crédito, adiantamentos a depositantes ou descobertos e outras modalidades de Crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano);
- **Provisões para Crédito** (Aviso nº 3/12 de 28 de Março) – Os Créditos concedidos e as garantias prestadas, devem ser classificados em ordem crescente de Risco, tendo em conta as características e os Riscos da Operação e do tomador do Crédito. A classificação do Crédito por níveis de Risco deve ser revista anualmente, com base na qualidade do Cliente e em relação à operação, e mensalmente, em função do atraso verificado no Pagamento da prestação de capital ou juros.

Fundos próprios

- **Valor mínimo dos fundos próprios** (art.º 75 da Lei nº 13/05 de 30 de Setembro e Aviso nº 4/07 de 12 de Setembro) – Igual ao capital social mínimo exigido;
- **Reserva legal** (art.º 327 da Lei 1/04 de 13 de Fevereiro e art.º 76 da Lei 15/05 de 30 de Setembro) – Reserva constituída pela atribuição de uma percentagem mínima do lucro líquido de cada exercício (20%) até que o saldo acumulado represente a totalidade do capital social;
- **Definição dos fundos próprios regulamentares (FPR)** (aviso nº 5/07 de 12 de Setembro e Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho) – ver nota 1;

Fundos próprios de base (FPB)(Tier 1)

A somar	Artigo 3.1.1
+Capital	
+Reservas de actualização monetária do capital social	a)
+Lucros e prejuízos transitados	b)
+Reserva legal, reserva especial e outras reservas	c)
+Resultado líquido do exercício em curso	d)
A deduzir	Artigo 3.1.2
-Acções ou quotas próprias em tesouraria	a)
-Não aplicável (Nota 1)	b)
-Empréstimos com natureza de capital	c)
-Imobilizações financeiras	d)
-Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	e)
-Imobilizações incorpóreas	f) e g)
-Outros valores a determinar pelo BNA	h)

Fundos próprios complementares (Tier 2) < 100% FPB

A somar	Artigo 3.2
+Não aplicável (Nota 1)	a)
+Não aplicável (Nota 1)	b)
+Reservas de reavaliação dos imóveis de uso próprio [(1º) 25% dos FPB e (2º) < 50% do seu valor]	c)
+Dividas subordinadas e instrumentos híbridos de capital [(1º) 50% dos FPB e (2º) < 50% valor div. 5 anos ant. venc.]	d)
+Outros fundos	e)

Nota 1: Alteração introduzida pelo Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho.

- **Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR)** (Aviso nº 05/07 de 12 de Setembro, Instrutivo nº 3/11 de 8 de Junho e Instrutivo nº 6/07 de 12 de Setembro) – O cálculo do RSR é efectuado da seguinte forma:
RSR = FPR/(Risco de Crédito + (Risco de Câmbio e ouro/10%).
O valor mínimo do RSR corresponde a 10%.

Risco Cambial

- **Actualização cambial** (Aviso nº 2/09 de 08 de Maio) - As demonstrações financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços do Consumidor (IPC), em caso de variação superior (inflação) a 100% nos últimos 3 (três) anos, mediante a correcção do valor contabilístico das Contas de Imobilizações e dos fundos próprios.
- **Exposição Cambial** (Aviso nº 05/10 de 10 de Novembro e Directiva nº 33/DSI/11 de 1 de Abril) – O cálculo da exposição cambial abrange todas as posições activas e passivas, incluindo as extrapatrimoniais, até ao limite de 30%, que resultem em responsabilidades constituídas ou indexadas à moeda estrangeira e ouro. O limite é de 20% dos FPR para as posições activas (longas) e para as posições passivas (curtas).

Imobilizações

Rácio de Imobilizado (Aviso nº 07/12 de 30 de Março) – As aplicações líquidas em imobilizado corpóreo e incorpóreo não podem exceder os 100% dos FPR.

REGULAMENTAÇÃO RELEVANTE PARA O SECTOR FINANCEIRO APROVADA EM 2014

Data	Avisos	Assunto
17 de Janeiro	01/2014	O presente aviso estabelece os procedimentos de importação e exportação de moeda estrangeira, bem como de Cheques de viagem, a serem observados pelas Instituições financeiras.
28 de Março	02/2014	Estabelece os requisitos mínimos de informação sobre os Serviços e Produtos financeiros que devem ser disponibilizados ao público pelas Instituições financeiras bancárias supervisionadas pelo Banco Nacional de Angola, com sede ou sucursal em território nacional.
07 de Agosto	03/2014	Alteração da redacção do ponto 1 do artigo 11º do Aviso nº 19/12, de 25 de Abril, sobre a liquidação das operações cambiais de importação, exportação e reexportação de mercadorias.
07 de Agosto	04/2014	Estabelece o processo simplificado para o Pagamento de importação de mercadorias.
01 de Outubro	05/2014	Autoriza a Constituição das Sociedades Prestadoras de Serviços de Pagamentos.
01 de Outubro	06/2014	O presente Aviso regula a prestação de Serviços de Pagamentos no âmbito do Sistema de Pagamentos de Angola.
08 de Outubro	07/2014	O presente Aviso estabelece os procedimentos a adoptar pela Concessionária Nacional, sociedades investidoras nacionais e estrangeiras e Operadoras petrolíferas, incluindo as sociedades que integram o Projecto Angola LNG, nas suas operações de venda de moeda estrangeira.
01 de Dezembro	08/2014	O presente Aviso tem por objecto fixar o período a partir do qual as notas e moedas da "Série 1999" deixarão de manter-se em circulação;
01 de Dezembro	10/2014	O presente Aviso regula as características e os requisitos das garantias de que as Instituições financeiras são beneficiárias, bem como dos respectivos garantidores, no sentido de serem elegíveis para efeitos prudenciais.
17 de Dezembro	11/2014	O presente Aviso estabelece requisitos específicos para as operações de Crédito efectuadas pelas entidades referidas no artigo seguinte.
01 de Dezembro	12 /2014	O presente Aviso regula o processo de constituição de provisões das Instituições financeiras.
18 de Dezembro	13/2014	O presente Aviso estabelece os procedimentos que devem ser cumpridos nas transferências para o exterior do País de quaisquer lucros ou dividendos a que os investidores externos tenham direito, nos termos da Lei nº 20/11 de 20 de Maio, Lei do Investimento Privado.
18 de Dezembro	14/2014	O presente Aviso define os procedimentos para o licenciamento e registo da importação de Capitais, no âmbito da implementação de projectos de investimento privado externo aprovados ao abrigo da Lei do Investimento Privado.

Data	Instrutivos	Assunto
19 de Março	02/2014	Estabelece as normas e procedimentos do registo de operações de invisíveis correntes no sistema integrado de operações cambiais (SINOC).
28 de Março	03/2014	Este instrutivo permite adequar os mecanismos de operacionalização do mercado cambial, em particular do mercado secundário de divisas, pela sua natureza e relevância para a estabilidade da economia nacional.
15 de Maio	04/2014	Estabelece os requisitos a que os preçários devem obedecer.
03 de Outubro	06/2014	O presente Instrutivo tem por objecto estabelecer os valores limites da prestação de Serviços de Pagamento previstos no art.º 4º, nº 3, art.º 17º, nº 1 al. a) e art.º 27º, nº 6, do Aviso nº 6/2014.
03 de Dezembro	07/2014	Estabelece as regras de apuramento e cumprimento das reservas obrigatórias.

Fonte: BNA

ENVOLVENTE ECONÓMICA E FINANCEIRA

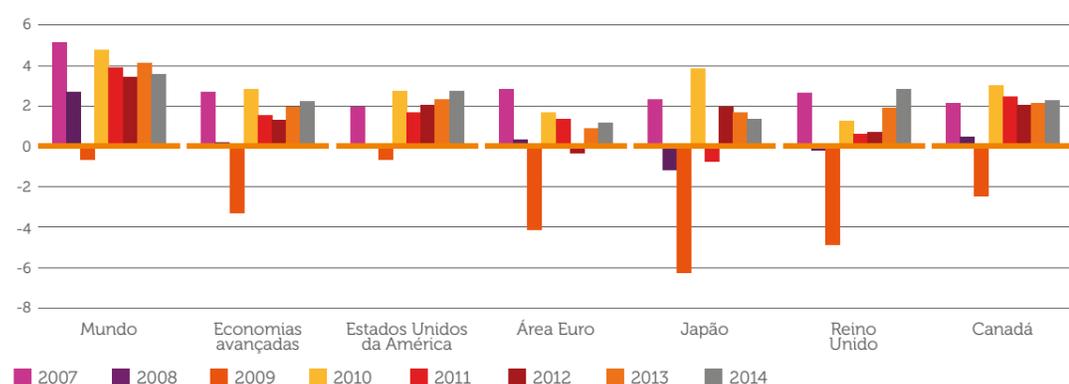
O CONTEXTO EXTERNO

A economia mundial tem estado a apresentar sinais contraditórios quanto à sua rota de crescimento económico. Não é a primeira vez que tal sucede, mas depois de 2008/2009 têm sido mais as diferentes velocidades que caracterizam todas as previsões de crescimento do PIB mundial e das principais regiões do mundo.

Os Estados Unidos da América parecem ressurgir da fase crítica que atravessaram durante a recessão económica e a crise financeira internacional de 2009 e preparam-se para reassumirem a posição de um dos "drivers" do crescimento económico mundial.

A União Europeia e a Zona Euro permanecerão ainda durante 2015 com as locomotivas do seu crescimento gripadas e incapazes de arrancarem definitivamente contra a crise das dívidas soberanas e dos défices orçamentais e os efeitos que uma excessiva e exagerada austeridade (que aumentou a percentagem de pobres e de Pessoas em risco de pobreza nos Países periféricos do Sul da Europa) provocou sobre o crescimento, o aumento de emprego e a sustentabilidade dos sistemas de assistência e prevenção social. O "The Economist" (Economic Forecast Summary November 2014) prevê uma taxa de crescimento do PIB de apenas 1,1% para 2015, depois de uma variação de 0,9% em 2014.

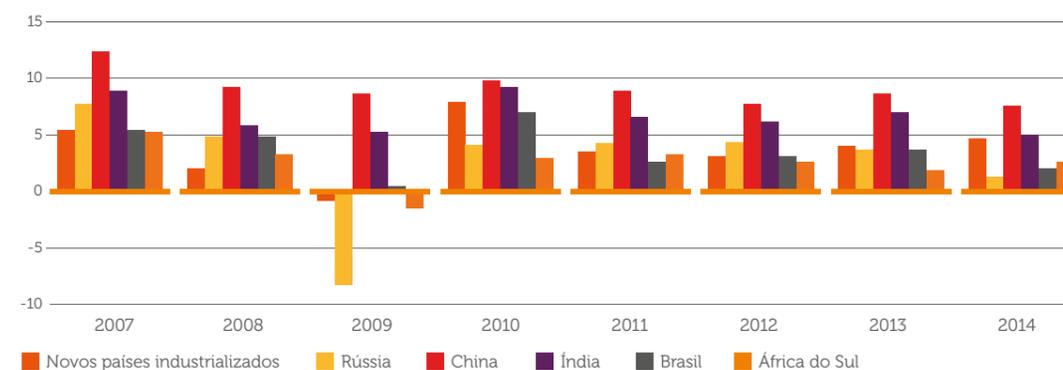
Taxas crescimento do PIB (%)



Fonte: IMF – World Economic Outlook, Novembro 2014

Mas igualmente o espaço das economias emergentes apresenta incapacidades várias para recuperar o fulgor dos anos imediatamente anteriores à crise de crescimento de 2009. A China – actualmente o principal destino das exportações angolanas de petróleo – há já alguns anos que saiu da rota dos 10% de crescimento médio anual do seu PIB e as previsões sobre o Futuro situam a variação real anual abaixo de 7,5%. O Brasil – outro importante Parceiro das relações comerciais com Angola – atravessa, desde 2012, um período de crescimento pouco significativo, como o atestam as taxas de 1% e 0,3% para os anos mais recentes. Em 2015, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook October 2014), a variação real do PIB rondará 1,4%.

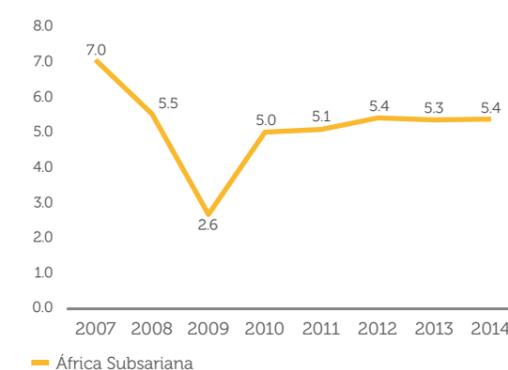
Taxas de crescimento do PIB em algumas economias emergentes (%)



Fonte: IMF – World Economic Outlook, Novembro 2014

E o continente africano não foge a este contexto, não só porque a sua economia se encontra dentro da globalização – mesmo que dela retire poucas vantagens e sofra muitos inconvenientes – mas igualmente porque a integração económica africana ainda é uma realidade distante. Ou seja, a dependência externa de África não tem um contrapeso continental (uma capacidade endógena de absorção das flutuações da produção mundial) que atenuar os efeitos mais dilacerantes das flutuações do comércio mundial. Os enormes desafios envolvidos nesta estratégia internacional de combate ao subdesenvolvimento podem ser sintetizados em dois números: para se não agravarem os actuais níveis de pobreza, o continente africano não pode crescer a menos de 5% ao ano até 2015 e se quiser diminuir a pobreza em 50% então o crescimento a taxas sustentadas terá de se estabelecer entre 7% e 8% ao ano¹. E as taxas de variação real anual do seu Produto Interno Bruto não têm atingido aqueles patamares: 6,9% em 2010, 5,1% em 2011, 4,7% em 2012, 4,9% em 2013, 5,2% em 2014 e 5,7% previsto para 2015².

Taxas reais crescimento (%)



¹ Africa Economic Report 2013.

² International Monetary Fund – Regional Economic Outlook, October 2014. Sub-Saharan Africa.

A ECONOMIA ANGOLANA

Considerações gerais

As bases frágeis em que assenta a economia nacional estão a ser uma vez mais abaladas pelo comportamento do preço do petróleo nos mercados internacionais. A extraordinária dependência do petróleo faz agora sentir os seus efeitos mais nefastos sobre todos os sectores da economia nacional. Entre Junho e Dezembro de 2014, o preço médio do barril de petróleo (Brent) quebrou cerca de 50% e as consequências sobre alguns dos mais importantes agregados macroeconómicos foram severas.

Entre Janeiro e Dezembro de 2014, as receitas do petróleo foram de 28 mil milhões de dólares, menos 3,12 mil milhões de dólares face a período equivalente de 2011. Aliás, uma tendência de decréscimo que se tem repetido. Segundo dados oficiais, em 2013 as receitas fiscais totais foram da ordem dos 45 mil milhões de dólares e para 2015 são esperados 41,8 mil milhões de dólares, para um preço médio do barril do petróleo de 81 dólares (OGE 2015). Para um preço médio de 60 dólares o barril, as receitas fiscais irão baixar para 32,8 mil milhões de dólares, ou seja, uma quebra total de 15,7 mil milhões de dólares face a 2013. Estes cálculos baseiam-se numa produção média diária de 1,8 milhões de barris (taxa de crescimento de 10,7% para este sector face a 2014).

No entanto, existem nuvens bem carregadas quanto ao comportamento da procura mundial de petróleo. Segundo as perspectivas da BP, a taxa média anual de variação da procura de petróleo até 2035 provavelmente será de apenas 0,8%, devido a uma série de razões, de onde avultam o abrandamento significativo do crescimento da China, a finalização do essencial dos processos de industrialização das mais importantes economias emergentes, os processos de aumento da eficiência e da eficácia no consumo de petróleo nas economias mais desenvolvidas e tecnologicamente mais avançadas, o desenvolvimento de outras formas de energia primária e alternativa e a poupança no uso doméstico e nos transportes.

De acordo com a Bloomberg "as dificuldades em se exportar petróleo da África Ocidental (em particular Angola e Nigéria) mostra que o excesso de oferta está a aumentar, em vez de diminuir", o que é consistente não apenas com os dados da BP anteriormente referenciados, como também com as análises e projecções da Agência Internacional de Energia.

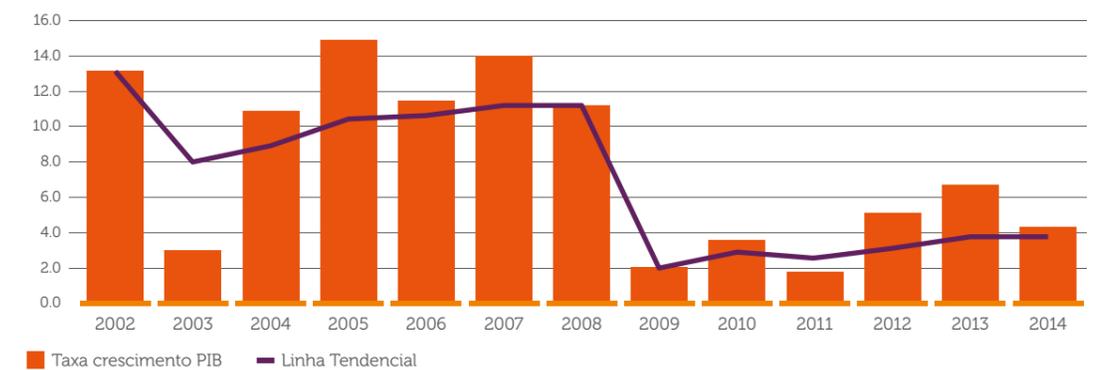
Está-se, assim, no limiar de um novo modelo de desenvolvimento, que tem de necessariamente ser mais endógeno, competitivo, inclusivo e integrado. Este é o desafio daqui para diante e ao sistema financeiro está reservado um papel muito mais importante do que o que tem vindo a desempenhar enquanto alavanca do crescimento da economia.

Actividade económica

Os sinais de deterioração da actividade económica nacional foram sendo dados ao longo do ano, com as sucessivas revisões em baixa da taxa de crescimento do PIB. O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 inscrevia 8% para a variação real do PIB em 2014. O Fundo Monetário Internacional no World Economic Outlook de Abril de 2014 apresentava um valor de 5,5%. O Relatório de Fundamentação do OGE para 2014 manteve, no entanto, uma visão optimista sobre o comportamento da economia nacional, considerando possível uma taxa de 8,8%.

As estimativas oficiais (aparentemente finais) colocam agora a taxa real de variação do PIB em 2014 em apenas 4,4%, representando uma quebra de 4,4 pontos percentuais em relação às estimativas iniciais do Governo. Aliás, já desde 2009 que se vinha estabelecendo uma linha tendencial de crescimento com um declive negativo, simbolizando a perda de algum fulgor do passado. Durante o período dourado da economia nacional (2002-2008), a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 10,2% considerada uma das mais elevadas do mundo e com registos pontuais de mais de 20%. A crise financeira internacional que lançou a economia mundial para um período de estagnação/depressão, teve reflexos em Angola, os quais ainda não foram totalmente absorvidos, e agora agravados pelas incidências do comportamento do preço do petróleo. Entre 2009 e 2014, a taxa média anual de variação da actividade económica baixou drasticamente, tendo-se situado em apenas 3,6%.

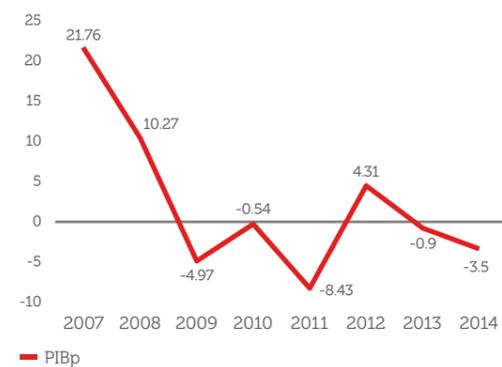
Comparação do crescimento económico



Fontes: Contas Nacionais e Relatório de Fundamentação do OGE 2015.

O sector petrolífero continua a deter um peso relativo na composição do PIB ainda significativo, mas a diminuição do preço do barril do petróleo a médio prazo (pelo menos até 2020) – correspondendo a ajustamentos estruturais na produção e no consumo energético no mundo e nas principais economias desenvolvidas e emergentes – seguramente que vai contribuir para a acentuação do declínio da importância desta actividade na economia Angolana. Não fossem as permanentes carências nos diferentes domínios das infra-estruturas, do capital humano, do funcionamento das Instituições (públicas e privadas) e do empresariado, estavam criadas as oportunidades para a diversificação em modalidades integradoras e sustentáveis. A produção de petróleo atravessa, desde 2007, uma conjuntura muito desfavorável, causada essencialmente por problemas técnicos e pela diminuição de certos investimentos de manutenção da parte das companhias estrangeiras.

Comportamento da produção de petróleo (%)



Fontes: Contas Nacionais e Relatório de Fundamentação do OGE 2015.

Para os restantes sectores de actividade a tabela seguinte mostra como foi o seu comportamento ao longo do tempo.

Taxas de Crescimento

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agricultura	29,0	6,0	9,2	-22,5	42,3	11,9
Pescas e Derivados	-8,7	1,3	17,2	9,7	2,4	5,3
Diamantes	4,6	-10,3	-0,7	0,3	3,3	1,0
Petróleo	-5,1	-3,0	-5,6	4,3	-0,9	-3,5
Indústria Transformadora	5,3	10,7	13,0	14,0	8,6	8,1
Construção	23,8	16,1	12,0	11,7	8,1	8,0
Energia	21,3	10,9	3,5	10,4	34,4	17,3
Serviços Mercantis	-1,5	8,7	9,5	13,4	7,0	8,0
Outros	5,9	4,7	9,6	8,3	0,7	6,0
PIB a preço de mercado	2,4	3,4	3,9	5,2	6,8	4,4
PIB não petrolífero	8,3	7,8	9,7	5,6	10,9	8,2

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial e Relatório de Fundamentação OGE 2015.

Os sectores-chave da diversificação da economia – agricultura, manufactura e construção – apresentam comportamentos muito erráticos no período 2009-2014, sendo que o primeiro entre eles continua à mercê de condições adversas de funcionamento, dada a dependência dos factores climáticos.

Na generalidade, os sectores não-petrolíferos apresentam um comportamento positivo, apesar de algumas quebras anuais no período considerado. A taxa média anual de crescimento do Produto Interno Bruto não petrolífero foi de 8,2% entre 2009 e 2014.

Apesar destas condições, a economia Angolana continua a sofrer de insuficiências estruturais que o próprio sistema bancário tem tentado ajudar através de assistência e apoio à formulação correcta de projectos de investimentos que sejam bancáveis. A falta de competitividade de praticamente toda a economia não petrolífera é um facto generalizadamente reconhecido, não apenas pelas Instituições internacionais (o Banco Mundial através do Doing Business identifica para cada um dos Países membros da organização as razões, positivas e negativas, que influenciam os ambientes nacionais de Negócios e Angola tem sistematicamente ocupado os lugares mais baixos), mas igualmente pelas Instituições nacionais vocacionadas para o apoio ao crescimento. A prova mais recente desta falta de competitividade foi dada por mais um adiamento à adesão à Zona de Livre Comércio da SADC.

Inflação

O controlo da inflação tem sido um dos domínios de sucesso da política de ajustamento macroeconómico, tendo o grande objectivo do Governo de arrastar a respectiva taxa para apenas um dígito sido conseguido em 2012, com pouco mais de 9%.

Taxas de Inflação

Meses	Variação Percentual								
	Mensal			Acumulada			Homóloga		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Janeiro	0,73	0,61	0,76	0,73	6,61	0,76	11,48	8,9	7,84
Fevereiro	0,69	0,82	0,49	1,42	1,44	1,25	11,32	9,04	7,48
Março	0,6	0,66	0,51	2,03	2,11	1,76	11,12	9,11	7,32
Abril	0,7	0,6	0,51	2,74	2,72	2,28	10,88	9	7,22
Mai	0,65	0,87	0,62	3,41	3,62	2,91	10,51	9,25	6,95
Junho	0,68	0,63	0,57	4,11	4,27	3,5	10,11	9,19	6,89
Julho	0,66	0,57	0,61	4,8	4,81	4,13	10,02	9,04	6,98
Agosto	0,6	0,54	0,6	5,42	5,38	4,75	9,87	8,97	7,05
Setembro	0,55	0,5	0,63	6	5,91	5,42	9,65	8,93	7,19
Outubro	0,91	0,41	0,68	6,97	6,34	6,13	9,76	8,38	7,48
Novembro	0,93	0,52	0,53	7,96	6,89	6,69	9,83	7,94	7,49
Dezembro	0,99	0,75	0,73	9,02	7,69	7,48	9,02	7,69	7,48

Fonte: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.

Sector fiscal

As Contas Públicas de 2014 foram amplamente influenciadas pela drástica quebra de 50% no preço internacional do barril de petróleo entre Junho e Dezembro. Ainda não se encontra disponível o Relatório de Execução Orçamental do ano passado, mas as primeiras estimativas apontam no sentido dum défice global de 4,5% do PIB.

As estimativas mais recentes apontam para uma Receita Total no valor de AKZ 4.296,6 mil milhões, 11,4% abaixo do registado em 2013. As receitas petrolíferas atingiram um total de AKZ 2.935,8 mil milhões, igualmente abaixo do registado no ano anterior. As receitas não petrolíferas, por seu lado, aumentaram para os AKZ 1.128,2 mil milhões.

O rácio do Stock da dívida Governamental em relação ao PIB deverá situar-se em torno de 29,2%, com as dívidas Interna e Externa a representarem 11,6% e 17,5% do PIB, respectivamente.

Sector Monetário, reservas Internacionais e taxa de câmbio

A política monetária aplicada pelo BNA, em nome do Governo, tem-se revestido de contornos de restritividade, de modo a conformá-la aos objectivos de controlo da inflação, estabilidade do sistema financeiro e preservação do poder de compra da moeda nacional. No ano de 2014, as variações da base monetária e dos meios de Pagamento estiveram alinhados com os objectivos do emprego e controlo da inflação. Assim, no período em análise, os agregados monetários M3, M2 e M1 registaram uma expansão de 18,45%, 13,49% e 15,01%, em relação ao período homólogo de 2013. A Base Monetária Ampla e em Moeda Nacional, em 2014, prevê-se que tenham expandido 6,1% e 13,72%, respectivamente.

Dados do Sector Monetário

Indicadores	Taxas de Variação (em %)			
	2012	2013	Meta	2014 Preliminar
IPC (Homóloga)	9,2	7,69	7,5	7,48
M3	9,37	14,33	13,9	18,45
M2	14,13	15,26	12,8	13,49
M1	10,22	16,21	16,7	15,01
Base Monetária Ampla	4,36	15,24	11,9	6,1
Base Monetária MN	4,73	16,94	18,1	13,72

Fonte: Banco Nacional de Angola.

No mercado cambial, a taxa de referência registou uma ligeira depreciação, em 2014, estimada em 5,3%, ao passar de AKZ/USD 97,6, em 2013, para AKZ/USD 102,8, em 2014.

As reservas internacionais têm sido também usadas como instrumento de ajuda ao controlo da inflação, no contexto da estabilidade macroeconómica geral, mas sofreram, pelas razões já apontadas, um sério revés com a descida sistemática do preço do petróleo. De acordo com os dados e as informações disponíveis, as RIL registaram uma contracção de 8,6% no terceiro trimestre de 2014, ao passarem de USD 29,57 mil milhões, no II Trimestre, para USD 27,03 mil milhões, no III Trimestre de 2014.

O quadro a seguir apresenta a evolução das reservas Internacionais Líquidas e dos Saldos da Balança de Pagamentos.

Indicadores	2012	2013	Sector Externo	
			Meta	2014 Preliminar
Saldo Global (Milhões de USD)	4.643,2	84,21	-522,79	-4.542,28
Saldo da Balança Comercial (Milhões de USD)	47.376,34	41.902,56	43.400,08	36.039,41
Saldo da Balança de Pagamentos e Financiamento (Milhões de USD)	-8.883,84	-8.209,32	-8.131,84	-7.981,87
RIL (Mil Milhões de USD)	30,63	30,95	28,76	26,9
RIL (Meses de Importação)	8	8,03	≥6	6,8

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Em 2014, o Saldo Global da Balança de Pagamentos apresentou um défice, justificado pelo resultado menos favorável da Conta Corrente, cujo saldo apresenta-se insuficiente para cobrir a Conta financeira, o que resultou numa perda de reservas brutas de USD 4.038,2 milhões.

Notas finais sobre as consequências da crise financeira

A revisão do OGE de 2015, cujo texto de base fora aprovado em Dezembro de 2014 pela Assembleia da República é a prova de que a possibilidade de o preço do petróleo de situar entre USD 40 e USD 50 em 2015 provocará ajustamentos sérios em todas as áreas da governação financeira do Estado e em muitos sectores da actividade económica. Elencam-se as seguintes:

- As divisas (dólar, euro, rand sul-africano, libra esterlina) vão-se tornar muito mais caras, limitando o volume de transferências para o exterior, a todos os títulos (salários dos expatriados, lucros, dividendos e juros do capital, ajudas familiares e viagens).
- As importações tornar-se-ão ainda mais caras, já que sofrem actualmente do efeito-preço da nova pauta aduaneira.
- A inflação vai aumentar e o poder de compra médio dos rendimentos diminuir. A contenção da subida dos preços através da política monetária tem limites reais dados pela necessidade de se injectar massa monetária na economia para a fazer crescer. A produção nacional não tem ainda Índices de eficiência económica e produtiva que lhe permita trabalhar com redução de custos e de preços dos Produtos finais. Aliás, a redução/eliminação dos subsídios aos preços dos derivados de petróleo pode ser um factor adicional de aumento dos custos de produção internos.

- O crescimento do PIB pode atenuar-se e o desemprego aumentar ou, no mínimo, o emprego não aumentar na proporção desejável pelas autoridades e população. Esta é uma consequência directa da redução do investimento público para ajuste do défice fiscal.
- Acumulação de défices fiscais que não sendo virtuosos (os que resultam das despesas de desenvolvimento e de incremento do potencial do PIB) diminuem a produtividade da máquina administrativa do Estado e pressionam a dívida pública.
- A componente externa da dívida pública pode ser objecto de validação negativa da parte dos investidores estrangeiros, institucionais e privados, devido aos défices fiscais (que diminuem a capacidade de solver compromissos) e à mais do que provável revisão em baixa da classificação internacional do Risco-País.
- Um menor coeficiente internacional de Risco - agravado pela significativa quebra das reservas internacionais líquidas (é que, na verdade, o País não dispõe de fontes alternativas de alimentação/ criação de reservas externas) - vai forçosamente aumentar o índice de desconfiança dos investidores privados estrangeiros, levando-os a diminuir ou o montante de investimentos ou, seguramente, as suas intenções de investimento em Angola, o que sendo um indicador psicológico importante pode provocar um efeito-cascata negativo sobre o investimento privado no País, mesmo o Angolano.
- Redução do investimento privado estrangeiro. Os investidores externos normalmente têm planos estratégicos de actuação a médio prazo (dois a três anos) e mesmo que alguma turbulência económica e financeira possa ocorrer nesse período, as suas intenções mantêm-se. Só que no caso Angolano, as perspectivas para o médio prazo são mesmo más, o que pode determinar uma revisão dos planos de investimento das Empresas estrangeiras. De resto, no sector petrolífero este ajustamento vai ter de ocorrer de imediato: a exploração de petróleo em águas profundas só é rentável com preço do crude acima de \$80 o barril.
- Deve ter-se presente que o investimento estrangeiro é essencial e determinante para o processo de diversificação da economia nacional. O que verdadeiramente conta neste processo é a diversificação das exportações (muito menos a da produção interna), que trazem consigo aumento de competitividade, conquista de novos mercados ou reforço dos existentes, aumento da eficiência produtiva, etc. Que podem ter um efeito-contágio sobre os sectores que trabalham para a economia doméstica.
- "Ameaça" de um programa de austeridade dirigido pelo FMI. Poderá ter influências benéficas: aumento da credibilidade externa do programa nacional de ajustamento face à crise, ajudas financeiras à balança de Pagamentos, manutenção do fluxo de investimento privado estrangeiro, etc. No entanto, este novo programa monitorado pelo FMI tem um quadro de referência a médio prazo muito negativo, devido à circunstância de pelo menos até 2020 o preço do petróleo não se elevar acima de \$60 o barril.



SOLIDEZ NOS RESULTADOS

- | Análise Financeira
- | Demonstrações Financeiras
- | Parecer da Auditoria
- | Parecer do Conselho Fiscal



ANÁLISE FINANCEIRA

O ano de 2014 fica marcado, pela redução vertiginosa do valor do barril de petróleo no mercado internacional (acima dos 50%), com impacto directo sobre o rendimento em dólares dos Países Produtores de Petróleo, estando Angola entre estes, na qualidade de segundo maior Produtor da África Subsariana. No caso do nosso País, sendo duplamente afectado, tendo em conta a contracção da actividade petrolífera, afectada pela paralisação da produção em alguns pontos de extracção durante a primeira metade do ano.

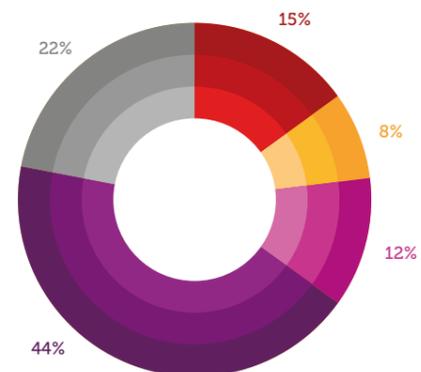
O impacto de tais factos no sistema financeiro Angolano é directo, passando pela redução da disponibilidade de divisas no mercado, desvalorização da moeda nacional, atrasos nos Pagamentos do Estado e conseqüente aumento do nível de incumprimento dos Clientes prestadores de Serviço ao Estado com responsabilidades de Crédito na Banca Nacional.

Para o Banco de Negócios Internacional, o ano de 2014 fica marcado pela postura conservadora na concessão do Crédito, aposta em medidas de saneamento da referida carteira, através do reforço de provisões, controlo dos custos administrativos e a gestão rigorosa dos Activos em moeda estrangeira, sem debilitar a qualidade dos Serviços e a satisfação dos Clientes.

Estabelecido em 13 Províncias, com um total de 779 Colaboradores e 85 Agências, o BNI serviu em 2014 um total de 179 083 Clientes. Estes indicadores associados a uma gestão prudente, comprometida com as boas práticas de governação, permitiu atingir valiosos resultados, como superar os USD 1 500 000 milhares a nível dos Recursos de Clientes, alcançar um Activo líquido de USD 1 964 682 milhares, fundos próprios no valor de USD 188 200 milhares, um rácio de Solvabilidade de 11,38% (14,92% em 2013) e um Resultado Líquido de USD 13 147 milhares.

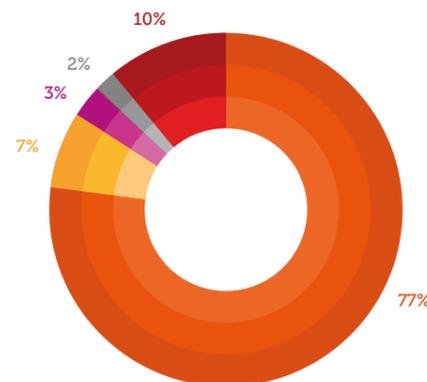
COMPOSIÇÃO DO BALANÇO 2014

Activo



■ Disponibilidades
■ Títulos e Valores Mobiliários
■ Outros Activos
■ Aplicações de Liquidez
■ Crédito a Clientes

Passivo e Fundos Próprios



■ Depósitos de Clientes
■ Outras Captações
■ Fundos Próprios
■ Captações de Liquidez
■ Outros Passivos

ACTIVO

Em Dezembro de 2014 o Activo líquido do Banco alcançou AKZ 202 093 137 milhares (USD 1 964 682 milhares) contra AKZ 184 175 934 milhares (USD 1 886 690 milhares) em 2013, perfazendo um crescimento de 9,73%, ou seja, AKZ 17 917 203 milhares (USD 77 992 milhares), estimulado essencialmente pelo Crédito concedido a Clientes fixado em AKZ 88 444 953 milhares (USD 859 832 milhares), representando 43,76% (2013: 46,67%) do Activo líquido do Banco.

O Activo do Banco é financiado maioritariamente pelos Depósitos de Clientes, com um peso de 77%.

	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Total do Activo	202 093 137	1 964 682	-	184 175 934	1 886 690	-	10%
Disponibilidades	29 885 788	290 540	15%	31 438 716	322 057	17%	-5%
Aplicações de liquidez	16 400 687	159 442	8%	32 040 647	328 223	17%	-49%
Títulos e valores mobiliários (mantidos até ao vencimento)	23 611 649	229 545	12%	10 247 433	104 974	6%	130%
Créditos a sistemas de Pagamentos	66 970	651	0%	600	6	0%	11065%
Operações cambiais	925 767	9 000	0%	780 948	8 000	0%	19%
Crédito total	88 444 953	859 832	44%	85 963 777	880 609	47%	3%
Outros valores	14 060 908	136 695	7%	8 094 746	82 922	4%	74%
Imobilizações	28 696 415	278 977	14%	15 609 068	159 899	8%	84%

DISPONIBILIDADES

	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Disponibilidades	29 885 788	290 540	-	31 438 716	322 057	-	-5%
Caixa	3 929 144	38 198	13%	6 137 012	62 869	12%	-36%
Disponibilidades no Banco Central	19 894 894	193 412	67%	19 829 601	203 133	43%	0%
Disponibilidades em Instituições financeiras	6 061 750	58 930	20%	5 472 103	56 055	45%	11%

As **Disponibilidades** estabeleceram-se em AKZ 29 885 788 milhares (USD 290 540 milhares) registando um decréscimo de 4,94% equivalente a AKZ -1 552 928 milhares (USD -31 517 milhares), representando 14,79% (2013: 17,07%) do Activo líquido.

A pressionar esta redução esteve o decréscimo da rubrica de Caixa, com um total de AKZ 3 929 144 milhares (USD 38 198 milhares), apresentando uma redução de AKZ -2 207 868 milhares (USD -24 671 milhares) e um peso de 1,94% (2013: 3,33%) do Activo líquido.

APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

As Aplicações de Liquidez fixaram-se em AKZ 16 400 687 milhares (USD 159 442 milhares) apresentando um decréscimo de 48,81%, AKZ 15 639 960 milhares (USD 168 781 milhares).

As aplicações de liquidez representam 8,12% do Activo total do Banco.

Assim sendo, AKZ 6 200 000 milhares (USD 60 274 milhares) representam o montante aplicado em Kwanzas, AKZ 9 261 442 milhares (USD 90 037 milhares) representam o montante aplicado em Instituições no exterior do País em Dólares norte americanos e AKZ 939 244 (USD 9 131 milhares) em Euros.

TÍTULOS

A carteira de títulos do BNI é composta por títulos da dívida Pública Angolana, mantidos até ao vencimento, fixados em AKZ 23 611 649 milhares (USD 229 545 milhares) contra AKZ 10 247 433 milhares (USD 104 974 milhares) em 2013, tendo registado uma variação homóloga positiva de 130,42%, cerca de AKZ 13 364 216 milhares (USD 124 570 milhares), representando 11,68% (5,56% em 2013) do Activo líquido.

Os títulos de curto prazo (Bilhetes do Tesouro) representam 44,47% da carteira de títulos do Banco, sendo que os restantes 55,53% respeitam a títulos de médio prazo (Obrigações do Tesouro).

Relativamente a moeda, os títulos em MN (BT's, OT's reajustadas e OT's indexadas ao IPC) representam 96,63% (92,65% em 2013) da carteira, enquanto os títulos denominados em ME (Obrigações do tesouro) representam os restantes 3,37% (7,35% em 2013).

O Banco classifica os títulos na categoria de mantidos até ao vencimento uma vez que tem a intenção e a capacidade financeira de os manter até ao respectivo vencimento.

CRÉDITO

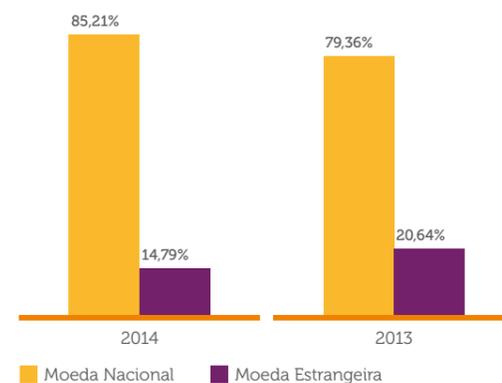
Em Dezembro de 2014 o Crédito total cifrou-se em AKZ 88 444 953 milhares (USD 859 832 milhares) alcançando um crescimento de 2,89%, ou seja, AKZ 2 481 176 milhares (USD 20 778 milhares), face a igual período de 2013, passando a representar 43,76% do Activo líquido do Banco.

O Crédito bruto em 2014 perpez AKZ 94 934 535 milhares (USD 922 922 milhares), reflectindo um crescimento de 8,28%, ou seja AKZ 7 260 203 milhares (USD 24 790 milhares) em relação ao período homólogo.

	2014		2014 Peso (%)	2013		2013 Peso (%)	Δ (%)
	AKZ'000	USD'000		AKZ'000	USD'000		
Crédito total	88 444 953	859 832	-	85 963 777	880 609	-	3%
Crédito vivo e vencido	94 934 535	922 922	-	87 674 332	898 132	-	8%
Em moeda nacional	77 575 760	754 166	88%	67 702 350	693 540	79%	15%
Empresas	71 926 024	699 241	81%	61 187 435	626 802	71%	18%
Particulares	5 649 736	54 925	6%	6 514 915	66 738	8%	-13%
Em moeda estrangeira	13 844 249	134 589	16%	17 282 016	177 036	20%	-20%
Empresas	13 180 164	128 133	15%	16 361 306	167 604	19%	-19%
Particulares	664 085	6 456	1%	920 710	9 432	1%	-28%
Juros a receber	3 514 526	34 167	4%	2 689 966	27 556	3%	31%
Provisão para Crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)	(6 489 582)	(63 090)	-7%	(1 710 555)	(17 523)	-2%	279%

A 31 de Dezembro de 2014, o Crédito em MN alcançou AKZ 77 575 760 milhares (USD 754 166 milhares), e o Crédito em ME AKZ 13 844 249 milhares (USD 134 589 milhares), com pesos de 87,71% (2013: 78,76%) e 15,65% (2013: 20,10%) sobre o Crédito total, respectivamente, reflectindo o esforço do Banco no sentido de reduzir a exposição do Crédito em ME.

Composição do Crédito bruto por moeda



A 31 de Dezembro de 2014 o **Crédito vencido** cifrou-se em AKZ 3 349 323 milhares (USD32 561 milhares) contra AKZ 1 838 478 milhares (USD 18 833 milhares) em 2013, reflectindo um crescimento de 82,18%, cerca de AKZ 1 510 845 milhares (USD 13 728 milhares) alcançando um rácio de Crédito vencido de 3,53% (2,10% em 2013).

Em 2014 o rácio de cobertura de Crédito vencido por provisões de Crédito de liquidação duvidosa cifrou-se em 193,76% contra 93,04% no período homólogo.

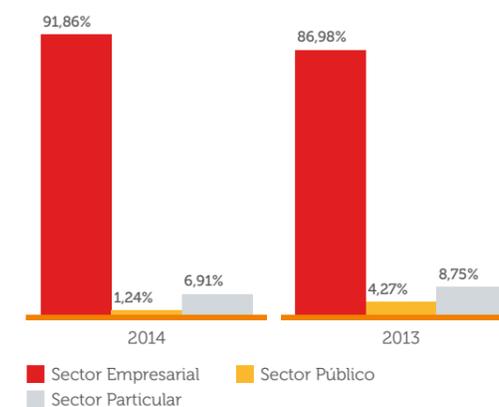
Qualidade do Crédito

	2014			2013			△ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Crédito líquido	88 444 953	859 832	-	85 963 777	880 609	-	3%
Provisões para Crédito	(6 489 582)	(63 090)	-7%	(1 710 555)	(17 523)	-2%	279%
Crédito bruto	94 934 535	922 922	-	87 674 332	898 132	-	8%
Crédito vincendo	91 585 212	890 361	104%	85 835 854	879 299	100%	7%
Crédito vencido	3 349 323	32 561	4%	1 838 478	18 833	2%	82%
Nº dias de atraso							
15-30	837 802	8 145	25%	357 671	3 664	19%	134%
30-60	114 375	1 112	3%	27 110	278	1%	322%
60-90	742 857	7 222	22%	103 932	1 065	6%	615%
90-150	159 701	1 553	5%	298 449	3 057	16%	-46%
150-180	134 588	1 308	4%	277 652	2 844	15%	-52%
>180	1 360 001	13 221	41%	773 678	7 926	42%	76%

(*) O peso apresentado reflecte a carteira de Crédito total líquida de provisões.

As **Provisões específicas** no exercício de 2014 situaram-se em AKZ 6 489 582 milhares (USD 63 090 milhares), representando um custo do Risco de 6,13% (0,79% em 2013) e cobrindo 193,76% do Crédito vencido (93,04% em 2013), reflectindo a aposta na melhoria da qualidade da carteira de Crédito.

Composição do Crédito por sector



PASSIVO

O Banco concluiu o exercício de 2014 com um Passivo de AKZ 182 152 153 milhares (USD 1 770 823 milhares) beneficiando de um crescimento de 11,71%, mais AKZ 19 094 980 milhares (USD 100 472 milhares) face ao período homólogo.

A alavancar o Passivo estiveram os Depósitos de Clientes cifrados em AKZ 155 344 158 milhares (USD 1 510 204 milhares), com um peso de 85,28% (81,87% em 2013), seguido das captações de liquidez fixadas em AKZ 15 047 479 milhares (USD 146 287 milhares), com um peso de 8,26% (9,66 em 2013) sobre o total do Passivo do Banco.

	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Total do Passivo	182 152 153	1 770 823	-	163 057 172	1 670 351	-	12%
Depósitos de Clientes	155 344 158	1 510 204	85%	133 499 669	1 367 565	82%	16%
Captações para liquidez	15 047 479	146 287	8%	15 749 888	161 341	10%	-4%
Obrigações no sistema de Pagamentos	292 510	2 844	0%	1 083 198	11 096	1%	-73%
Operações cambiais	926 280	9 005	1%	782 904	8 020	0%	18%
Outras captações	6 978 676	67 844	4%	5 219 814	53 472	3%	34%
Outras obrigações	3 016 005	29 321	2%	6 355 123	65 102	4%	-53%
Provisões para responsabilidades prováveis	547 045	5 318	0%	366 577	3 755	0%	49%

DEPÓSITOS DE CLIENTES

Os Depósitos de Clientes alcançaram em 2014 um total de AKZ 155 344 158 milhares (USD 1 510 204 milhares), favorecido por um crescimento de 16,36%, ou seja, AKZ 21 844 489 milhares (USD 142 639 milhares) face a igual período no ano anterior, representando 85,28% do Passivo total do Banco.

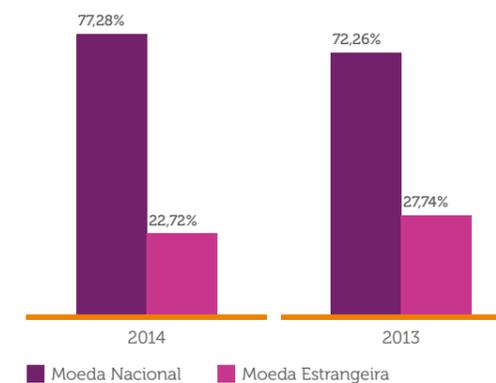
A carteira de Depósitos é composta por Depósitos à Ordem, a Prazo e Outros Depósitos, com pesos de 50,82%, 49,17% e 0,00%, respectivamente.

Os Depósitos à Ordem estabeleceram-se em AKZ 78 953 163 milhares (USD 767 556 milhares), obtendo um crescimento de 24,09% face a igual período no ano anterior. Os Depósitos a Prazo totalizaram AKZ 76 387 297 milhares (USD 742 612 milhares), alcançando um crescimento na ordem dos 9,33% face a igual período no ano anterior.

Os Outros Depósitos situaram-se nos AKZ 3 698 milhares (USD 36 milhares), obtendo um acréscimo de 40,14% face ao período homólogo.

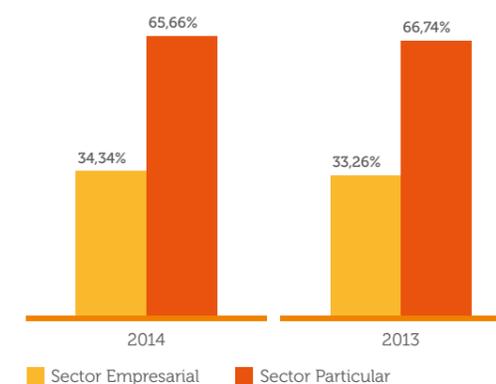
	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Depósitos de Clientes	155 344 158	1 510 204	-	133 499 669	1 367 565	-	16%
Depósitos à Ordem	78 953 163	767 556	51%	63 626 375	651 786	40%	24%
Depósitos a Prazo	76 387 297	742 612	49%	69 870 655	715 752	47%	9%
Outros Depósitos	3 698	36	0%	2 639	27	12%	40%

Composição dos Depósitos de Clientes por moeda



Os Depósitos em ME representam 22,72% (27,74% em 2013) do total dos Depósitos sendo que os restantes 77,28% (72,26% em 2013) respeitam os Depósitos em MN, reflectindo uma redução dos Depósitos em ME em relação a moeda Angolana. O rácio de transformação dos Depósitos dos Clientes fixou-se em 61,11%, contra 65,67% em 2013.

Composição dos Depósitos de Clientes por sector



MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira totalizou em 2014 AKZ 6 545 513 milhares (USD 66 377 milhares) contra AKZ 5 944 272 milhares (USD 61 614 milhares) verificados em igual período do ano anterior, alcançando um crescimento de 10,11%, ou seja, AKZ 601 241 milhares (USD 4 763 milhares).

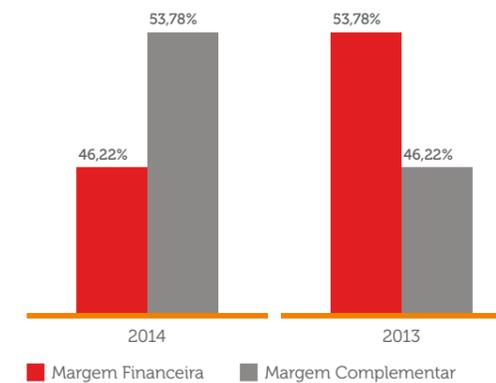
	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Margem financeira	6 545 513	66 377	-	5 944 272	61 614	-	10%
Proveitos de instrumentos financeiros Activos	10 972 568	111 270	-	10 660 824	110 503	-	3%
Proveitos de aplicações de liquidez	595 407	6 037	5%	416 227	4 314	0%	43%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	1 416 422	14 364	13%	657 705	6 817	9%	115%
Proveitos de Créditos	8 960 739	90 869	82%	9 586 892	99 372	91%	-7%
(-) Custos de instrumentos financeiros Passivos	(4 427 055)	(44 893)	-	(4 716 552)	(48 889)	-	-6%
Custos de Depósitos	(3 674 291)	(37 260)	83%	(3 787 404)	(39 258)	80%	-3%
Custo de captações para liquidez	(457 969)	(4 644)	10%	(638 059)	(6 614)	12%	-28%
Custos de outras captações	(294 795)	(2 989)	7%	(291 089)	(3 017)	8%	1%

MARGEM COMPLEMENTAR

A margem complementar totalizou 7 616 064 milhares (USD 77 233 milhares) contra AKZ 5 108 746 milhares (USD 52 954 milhares) em 2013, obtendo um crescimento de 49,08%, ou seja, AKZ 2 507 318 milhares (USD 24 279 milhares) face a igual período no ano anterior.

	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Margem complementar	7 616 064	77 233	-	5 108 746	52 954	-	49%
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de operações cambiais	4 311 565	43 723	57%	2 682 562	27 805	48%	61%
Resultado da prestação de Serviços financeiros	3 304 498	33 510	43%	2 426 184	25 148	52%	36%

Composição do Produto Bancário



RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Comparativamente ao período homólogo o **Resultado da intermediação financeira** apresentou um decréscimo de 19,50%, ou seja, AKZ 2 020 699 milhares (USD 22 817 milhares).

CUSTOS DE ESTRUTURA

Comportam os **Custos de estrutura**, os custos com Pessoal, Fornecimento de terceiros, Amortizações do exercício e Outros custos, perfazendo um total de AKZ 8 170 167 milhares (USD 82 852 milhares) contra AKZ 7 436 305 milhares (USD 77 080 milhares) em 2013, alcançando um incremento de 9,87%, ou seja, AKZ 733 863 milhares (USD 5 772 milhares).

	2014			2013			Δ (%)
	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	AKZ'000	USD'000	Peso (%)	
Custos administrativos e de comercialização	8 170 167	82 852	-	7 436 305	77 080	-	10%
Custos com o pessoal	3 085 571	31 290	38%	2 688 542	27 868	31%	15%
Fornecimentos de terceiros	3 694 664	37 467	45%	3 273 571	33 932	42%	13%
Impostos e taxas	86 074	873	1%	110 231	1 141	0%	-22%
Penalidades	20 493	208	0%	33 968	352	0%	-40%
Depreciações e amortizações	1 283 366	13 014	16%	1 329 993	13 786	27%	-4%

O incremento nos custos é explicado essencialmente pelo crescimento da estrutura comercial, ampliação do quadro pessoal e desgaste do imobilizado do Banco.

O rácio de Cost to Income cifrou-se em 57,37% contra 70,17% em 2013.

RENTABILIDADE

O Banco concluiu o exercício de 2014 com um **Resultado líquido** de AKZ 1 296 479 milhares (USD 13 147 milhares) contra AKZ 2 759 277 milhares (USD 28 600 milhares) alcançados em 2013, apresentando um decréscimo de 53,01%, cerca de AKZ 1 462 798 milhares (USD 15 453 milhares) que no período homólogo.

Para o ano de 2014, foi estimado o imposto industrial AKZ 92 661 milhares (USD 940 milhares).

	2014	2014	2013	2013	Δ
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000	(%)
Resultado					
Margem financeira	6 545 513	66 377	5 944 272	61 614	10%
Margem complementar	7 616 064	77 233	5 108 746	52 954	49%
Produto bancário	14 161 577	143 609	11 053 018	114 568	28%
(-) Provisões	(5 817 948)	(58 999)	(688 691)	(7 139)	745%
Resultado da intermediação financeira	8 343 628	84 611	10 364 327	107 428	-19%
(-) Custos de estrutura	(8 170 167)	(82 852)	(7 436 305)	(77 080)	10%
(-) Provisões sobre outros valores	(9 335)	(94)	(44 148)	(458)	-79%
(-) Recuperações de custos	102 264	1 036	157 732	1 635	-35%
(-) Outros proveitos e custos operacionais	1 044 094	10 588	1 631 597	16 912	-36%
Resultados operacionais	1 310 483	13 289	4 673 203	48 437	-72%
Resultados não operacionais	78 657	798	(455 672)	(4 723)	-83%
(-) Provisões para impostos sobre lucros	(92 661)	(940)	(1 458 254)	(15 115)	-94%
Resultado líquido	1 296 479	13 147	2 759 277	28 600	-53%

A rentabilidade dos Capitais próprios (**ROE**) situando-se em 6,72% contra 12,77% em 2013. A rentabilidade dos Activos (**ROA**) fixou em 0,64% contra 1,50% em 2013.

	2014	2013	Δ
	(%)	(%)	p.p.
Rentabilidade			
ROA	0,64%	1,50%	-0,86%
ROE	6,72%	12,77%	-6,05%
RAI/Capitais próprios	7,45%	22,97%	-15,52%

FUNDOS PRÓPRIOS E SOLVABILIDADE

Os **fundos próprios** alcançaram em 2014 AKZ 19 940 984 milhares (USD 193 859 milhares) contra AKZ 21 118 762 milhares (USD 216 339 milhares) em 2013, atingindo um decréscimo de 5,58%.

Os **Activos ponderados** pelo Risco totalizaram AKZ 161 470 889 milhares (USD 1 569 766 milhares) de acordo com o novo modelo de cálculo, baseado no instrutivo nº 3/2011 de 8 de Junho.

Evolução fundos próprios e Activos ponderados pelo Risco

	2014	2014	2013	2013	Δ
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000	(%)
Rácio de Solvabilidade Regulamentar	11,38%	-	14,92%	-	-24%
Fundos próprios	19 940 984	193 859	21 118 762	216 339	-6%
Activo Líquido Ponderado	161 470 889	1 569 766	143 878 738	1 473 888	12%
Exigência de capital p/ Risco Cambial	811 436	7 889	101 951	1 044	696%

O **Rácio de Solvabilidade**, calculado com base no mesmo instrutivo do Banco Nacional de Angola, cifrou-se em 11,38 % contra 14,92% em 2013.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

		2014		2013	
	Notas	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Activo					
Disponibilidades	3	29 885 788	290 540	31 438 716	322 057
Aplicações de liquidez		16 400 687	159 442	32 040 647	328 223
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	16 400 687	159 442	32 040 647	328 223
Títulos e valores mobiliários		23 611 649	229 545	10 247 433	104 974
Mantidos até ao vencimento	5	23 611 649	229 545	10 247 433	104 974
Créditos no sistema de Pagamento	6	66 970	651	600	6
Operações cambiais	7	925 767	9 000	780 948	8 000
Crédito total		88 444 953	859 832	85 963 777	880 609
Crédito vivo e vencido	8	94 934 535	922 922	87 674 332	898 132
Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	8	(6 489 582)	(63 090)	(1 710 555)	(17 523)
Outros valores	9	14 060 908	136 695	8 094 746	82 922
Imobilizações financeiras	10	4 026 967	39 149	3 226 943	33 057
Imobilizações corpóreas e em curso	11	13 428 941	130 552	12 098 254	123 934
Imobilizações incorpóreas	11	11 240 507	109 276	283 870	2 908
Total do Activo		202 093 137	1 964 682	184 175 934	1 886 690
Passivo					
Depósitos		155 344 158	1 510 204	133 499 669	1 367 565
Depósitos à Ordem	12	78 953 163	767 556	63 626 375	651 786
Depósitos a Prazo	12	76 387 297	742 612	69 870 655	715 752
Outros Depósitos	12	3 698	36	2 639	27
Captações para liquidez		15 047 479	146 287	15 749 888	161 341
Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	15 047 479	146 287	15 749 888	161 341
Obrigações no sistema de Pagamentos	14	292 510	2 844	1 083 198	11 096
Operações cambiais	7	926 280	9 005	782 904	8 020
Outras captações		6 978 676	67 844	5 219 814	53 472
Dívida subordinada	15	5 225 440	50 800	4 959 881	50 809
Outras captações contratadas	15	1 753 236	17 044	259 933	2 663
Outras obrigações	16	3 016 005	29 321	6 355 123	65 102
Provisões para responsabilidades prováveis	17	547 045	5 318	366 577	3 755
Total do Passivo		182 152 153	1 770 823	163 057 172	1 670 351
Capital social	18	14 642 808	142 353	6 039 104	61 865
Reservas e fundos	19	3 568 462	34 691	4 536 729	46 474
Resultados de conversão	2	-	(543)	-	(335)
Resultados potenciais		(1 154 502)	(11 224)	-	-
Resultados transitados	19	2 930 483	28 489	7 869 264	80 612
(-) Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	19	(1 342 746)	(13 054)	(85 612)	(877)
Resultado líquido do exercício		1 296 479	13 147	2 759 277	28 600
Total dos fundos próprios		19 940 984	193 859	21 118 762	216 339
Total do Passivo e fundos próprios		202 093 137	1 964 682	184 175 934	1 886 690

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

		2014		2013	
	Notas	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Proveitos de Instrumentos financeiros Activos		10 972 568	111 270	10 660 824	110 503
Proveitos de aplicações de liquidez	20	595 407	6 037	416 227	4 314
Proveitos de títulos e valores mobiliários	20	1 416 422	14 364	657 705	6 817
Proveitos de Créditos	20	8 960 739	90 869	9 586 892	99 372
(-) Custos de Instrumentos financeiros Passivos		(4 427 055)	(44 893)	(4 716 552)	(48 889)
Custos de Depósitos	21	(3 674 291)	(37 260)	(3 787 404)	(39 258)
Custo de captações para liquidez	21	(457 969)	(4 644)	(638 059)	(6 614)
Custos de outras captações	21	(294 795)	(2 989)	(291 089)	(3 017)
Margem financeira		6 545 513	66 377	5 944 272	61 614
Resultados de operações cambiais	22	4 311 565	43 723	2 682 562	27 805
Resultado da prestação de Serviços financeiros	23	3 304 498	33 510	2 426 184	25 148
(-) Provisões p/Crédito de liq. duvidosa e prest. garantias	24	(5 817 948)	(58 999)	(688 691)	(7 139)
Resultado da Intermediação financeira		8 343 628	84 611	10 364 327	107 428
(-) Pessoal	25	(3 085 571)	(31 290)	(2 688 542)	(27 868)
(-) Fornecimentos de terceiros	26	(3 694 664)	(37 467)	(3 273 571)	(33 932)
(-) Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado		(86 074)	(873)	(110 231)	(1 141)
(-) Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(20 493)	(208)	(33 968)	(352)
(-) Depreciações e amortizações	27	(1 283 366)	(13 014)	(1 329 993)	(13 786)
(-) Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	28	(9 335)	(94)	(44 148)	(458)
Recuperação de custos		102 264	1 036	157 732	1 635
Outros proveitos e custos operacionais	29	1 044 094	10 588	1 631 597	16 912
Resultado operacional		1 310 483	13 289	4 673 203	48 437
Resultado não operacional	30	78 657	798	(455 672)	(4 723)
Resultado antes do imposto e outros encargos		1 389 140	14 087	4 217 531	43 715
(-) Encargos sobre resultado corrente	31	(92 661)	(940)	(1 458 254)	(15 115)
Resultado líquido do exercício		1 296 479	13 147	2 759 277	28 600

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

AKZ'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados Potenciais	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	6 039 104	3 815 671	49 986	-	5 926 612	15 831 373	3 378 526	-	19 209 899
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(713 265)	-	(713 265)
Constituição do fundo social	-	-	46 903	-	-	46 903	(46 903)	-	-
Utilização do fundo social	-	-	51 537	-	-	(51 537)	-	-	(51 537)
Constituições de reservas	-	675 706	-	-	-	675 706	(675 706)	-	-
Transferência de resultados de 2012	-	-	-	-	1 942 652	1 942 652	(1 942 652)	-	-
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(85 612)	(85 612)
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	-	-	2 759 277	-	2 759 277
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	6 039 104	4 491 377	45 352	-	7 869 264	18 445 097	2 759 277	(85 612)	21 118 762
Aumento de capital	8 603 704	(1 485 095)	-	-	(7 118 609)	-	-	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(62 621)	-	-	(62 621)	-	-	(62 621)
Constituições de reservas	-	551 855	-	-	-	551 855	(551 855)	-	-
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de resultados de 2013	-	-	27 594	-	2 179 828	2 207 422	(2 207 422)	-	-
Varição cambial de imob. financeiras	-	-	-	31 679	-	31 679	-	-	31 679
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	(1 186 181)	-	(1 186 181)	-	(1 257 134)	(2 443 315)
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	1 296 479	-	1 296 479
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	14 642 808	3 558 137	10 325	(1 154 502)	2 930 483	19 987 251	1 296 479	(1 342 746)	(19 940 984)

USD'000	Capital social	Reservas	Fundo social	Resultados Potenciais	Resultados transitados	Total das reservas e fundos	Resultado líquido do exercício	Acções ou quotas próprias tesouraria	Reserva de conversão	Total dos fundos próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	63 022	39 818	522	-	61 848	165 209	35 404	-	(148)	200 466
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(7 474)	-	-	(7 474)
Constituição do fundo social	-	-	492	-	-	492	(492)	-	-	-
Utilização do fundo social	-	-	(540)	-	-	(540)	-	-	-	(540)
Constituições de reservas	-	7 081	-	-	-	7 081	(7 081)	-	-	-
Transferência de resultados de 2012	-	-	-	-	20 357	20 357	(20 357)	-	-	-
Desvalorização cambial	(1 157)	(890)	(9)	-	(1 593)	(3 650)	-	-	(187)	(3 816)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	(877)	-	(897)
Resultado líquido do exercício de 2013	-	-	-	-	-	-	28 600	-	-	28 600
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	61 865	46 009	465	-	80 612	188 951	28 600	(877)	(335)	216 339
Aumento de capital	83 642	(15 393)	-	-	(73 787)	(5 538)	-	-	-	(5 538)
Utilização do fundo social	-	-	(649)	-	-	(649)	-	-	-	(649)
Constituições de reservas	-	5 720	-	-	-	5 720	(5 720)	-	-	-
Utilização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados potenciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de resultados de 2013	-	-	285	-	22 595	22 881	(22 881)	-	-	-
Varição cambial de imob. financeiras	-	-	-	328	-	328	-	-	-	328
Desvalorização cambial	(3 154)	(1 745)	(1)	743	(931)	(5 088)	-	854	(208)	(4 442)
Acções ou Quotas Próprias Tesouraria	-	-	-	(12 295)	-	(12 295)	-	(13 031)	-	(25 326)
Resultado líquido do exercício de 2014	-	-	-	-	-	-	13 147	-	-	13 147
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	142 353	34 591	100	(11 224)	28 489	194 309	13 147	(13 054)	(543)	(193 859)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

Referente aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
I Fluxo de Caixa da margem financeira (I+II)	4 863 422	4 601 246	49 319	47 135
II Recebimentos de Proveitos de Instrumentos financeiros Activos (1+2+3+4)	9 346 399	9 567 857	94 780	98 013
1 Recebimentos de Proveitos de Aplicações de Liquidez	107 808	41 172	1 093	422
2 Recebimentos de Proveitos de títulos e Valores Mobiliários	1 102 412	747 283	11 179	7 655
4 Recebimentos de Proveitos de Créditos	8 136 179	8 779 402	82 507	89 936
III Pagamentos de Custos de Instrumentos financeiros Passivos (5+6+7+8+9)	(4 482 977)	(4 966 611)	(45 461)	(50 878)
5 Pagamentos de Custos de Depósitos	(3 733 547)	(4 072 817)	(37 861)	(41 722)
6 Pagamentos de Custos de captações para Liquidez	(457 969)	(605 799)	(4 644)	(6 206)
7 Pagamentos de Custos de captações com títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
8 Pagamentos de Custos de Instrumentos financeiros Derivados	-	-	-	-
9 Pagamentos de Custos de Outras captações	(291 461)	(287 995)	(2 956)	(2 950)
IV Fluxo de Caixa dos Resultados de Negociações e Ajustes ao Valor Justo	-	-	-	-
V Fluxo de Caixa dos Resultados de operações Cambiais	4 311 565	2 682 510	43 723	27 480
VI Fluxo de Caixa dos Resultados de Prestação de Serviços financeiros	3 304 498	2 426 184	33 510	24 854
VII Fluxo de Caixa dos Resultados de Planos de Seguros, Capitalização e Saúde Complementar	-	-	-	-
VIII Fluxo de Caixa Operacional da Intermediação financeira (I+IV+V+VI+VII)	12 479 485	9 709 940	126 552	99 468
IX Fluxo de Caixa dos Resultados com Mercadorias, Produtos e Outros Serviços	-	-	-	-
10 Pagamentos de Custos administrativos e de comercialização	(6 842 856)	(5 696 193)	(69 392)	(58 352)
11 Pagamentos de Outros Encargos sobre o Resultado	-	(1 458 254)	-	(14 938)
12 Fluxo de Caixa da Liquidação de operações no Sistema de Pagamentos	(968 360)	(1 148 539)	(9 820)	(11 766)
13 Fluxo de Caixa dos Outros Valores e Outras Obrigações	(4 849 945)	1 826 076	(49 182)	18 706
14 Recebimentos de Proveitos de Imobilizações financeiras	-	-	-	-
15 Fluxo de Caixa de Outros Custos e Proveitos Operacionais	1 110 428	1 631 597	11 261	16 714
X Recebimentos e Pagamentos de Outros Proveitos e Custos Operacionais (10+11+12+13+14+15)	(11 550 733)	(4 845 313)	(117 133)	(49 635)
XI Fluxo de Caixa das operações (VIII+IX+X)	928 752	4 864 627	9 418	49 833
16 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Aplicações de Liquidez	2 343 917	(26 364 551)	23 769	(270 077)
17 Fluxo de Caixa dos Investimentos em títulos e Valores Mobiliários Activos	(13 050 206)	2 571 496	(132 339)	26 342
18 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Instrumentos financeiros Derivados	-	-	-	-
19 Fluxo de Caixa dos Investimentos em operações Cambiais	(144 819)	(6 782)	(1 469)	(69)
20 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Créditos	(7 284 789)	(9 741 327)	(73 873)	(99 790)

XII Fluxo de Caixa dos Investimentos de Intermediação financeira (16+17+18+19+20)	(18 135 897)	(33 541 164)	(183 912)	(343 594)
XIII Fluxo de Caixa dos Investimentos em Outros Valores	-	-	-	-
21 Fluxo de Caixa dos Investimentos em Imobilizações	(5 456 647)	(1 314 428)	(55 335)	(13 465)
22 Fluxo de Caixa dos Resultados na Alienação de Imobilizações	415 352	-	4 212	-
23 Fluxo de Caixa dos Outros Ganhos e Perdas Não-Operacionais	38 587	(455 672)	391	(4 668)
XIV Fluxo de Caixa das Imobilizações (21+22+23)	(5 002 708)	(1 770 100)	(50 731)	(18 133)
XV Fluxo de Caixa dos Investimentos (XII+XIII+XIV)	(23 138 605)	(35 311 264)	(234 644)	(361 727)
24 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Depósitos	21 903 745	8 397 477	222 121	86 023
25 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com captações para Liquidez	(702 409)	9 548 838	(7 123)	97 818
26 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com captações com títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-
27 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Instrumentos financeiros Derivados	-	-	-	-
28 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com operações Cambiais	143 376	6 749	1 454	69
29 Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras captações	1 755 528	(54 715)	17 802	(560)
XVI Fluxo de Caixa dos Financiamentos de Intermediação financeira (24+25+26+27+28+29)	23 100 240	17 898 349	234 254	183 350
XVII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Minoritários	-	-	-	-
30 Recebimentos por Aumentos de capital	-	-	-	-
31 Pagamentos por Reduções de capital	-	-	-	-
32 Pagamentos de Dividendos	-	(713 265)	-	(7 307)
33 Recebimentos por Alienação de Acções ou Quotas Próprias em Tesouraria	-	2 677 301	-	27 426
34 Pagamentos por Aquisição de Acções ou Quotas de Próprias em Tesouraria	(2 443 315)	(2 762 913)	(24 777)	(28 303)
XVIII Fluxo de Caixa dos Financiamentos com fundos próprios (30+31+32+33+34)	(2 443 315)	(798 877)	(24 777)	(8 184)
XIX Fluxo de Caixa dos Financiamentos com Outras Obrigações	-	-	-	-
XX Fluxo de Caixa dos Financiamentos (XVI+XVII+XVIII+XIX)	20 656 925	17 099 472	209 477	175 166
Saldo em Disponibilidades no Início do Período	31 438 716	44 785 881	318 813	458 785
Saldo em Disponibilidades ao Final do Período (Nota 3)	29 885 788	31 438 716	303 065	322 057
Variações em Disponibilidades (XI+XV+XX)	(1 552 928)	(13 347 165)	(15 748)	(136 728)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

1. Constituição e actividade

O Banco de Negócios Internacional, S.A., doravante igualmente designado por "Banco", com sede em Luanda, é um Banco de Capitais privados constituído em 02 de Fevereiro de 2006, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária, nos termos e dentro dos limites da Lei Angolana. A actividade comercial teve início no dia 13 de Novembro de 2006.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo nº 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por "BNA"), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente a Directiva nº 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros Países.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização no qual os itens são reconhecidos como Activos, Passivos, fundos próprios, proveitos e custos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As demonstrações financeiras do BNI relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Março de 2014.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das Demonstrações financeiras agora apresentadas.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso nº 15/2007, Art.º 5º do BNA, tendo os Activos e Passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola, de acordo com a política contabilística 2.2 b).

As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Kwanzas (AKZ'000) em observância da convenção do custo histórico e de acordo com os princípios contabilísticos e normas do Plano Contabilístico do Sistema Bancário conforme estabelecido pelo Banco Nacional de Angola.

No sentido de proporcionar a divulgação das demonstrações financeiras em referencial comparativo universal, as demonstrações financeiras são também apresentadas em milhares de Dólares Americanos (USD'000), de acordo com a seguinte política de conversão.

As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.13	96,475	97,619
31.12.14	98,612	102,863

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de encerramento – para a totalidade dos Activos, Passivos e Capitais próprios;
- Taxa média – para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de Capitais próprios denominada "Reserva de conversão".

Notas às Demonstrações Financeiras

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou Pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando: a) nas transacções com terceiros, o Pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo; b) na extinção, parcial ou total, de um Passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um Activo de valor igual ou maior; c) na geração natural de novos Activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou d) no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando: a) deixar de existir o correspondente valor Activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro; b) pela diminuição ou extinção do valor económico de um Activo; ou c) pelo surgimento de um Passivo, sem o correspondente Activo.

b) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As operações em moeda estrangeira são convertidas com base na taxa de câmbio praticada no dia da operação (câmbio da operação). Os Activos e Passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio praticada à data de balanço.

Os proveitos e os custos decorrentes de operações activas e passivas indexadas à variação cambial (não realizadas em moeda estrangeira) são registados nas Contas representativas do proveito ou custo da aplicação ou captação efectuada.

Os Activos e Passivos não monetários, excepto participações financeiras, são registados ao custo histórico.

Os Activos e Passivos não monetários registados ao custo histórico, adquiridos em moeda estrangeira, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos Activos e Passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio média publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de resultados.

Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contractos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registada nas rubricas de "operações cambiais" do Activo ou do Passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação dos Créditos

Os Créditos concedidos a Clientes são Activos financeiros registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas Contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados ao longo da vida das operações de Crédito independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os Créditos são registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e perdas por imparidade.

As responsabilidades relativas a Créditos por assinatura são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Notas às Demonstrações Financeiras

Desde a entrada em vigor do Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho, revogado pelo Aviso nº 3/2012 de 28 de Março que as operações de Crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e Empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as Contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro Crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de Crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de Crédito concedido a Clientes, incluindo os Créditos por assinatura, são classificadas em função do seu Risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso nº 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso nº 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do Crédito concedido a Clientes e a determinação das respectivas provisões.

Nos termos do Aviso nº 3/2012, o Banco classifica as operações de Crédito concedido e os Créditos por assinatura por ordem crescente de Risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de Crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de Risco associados ao Crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das demonstrações financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de Crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de Crédito a um mesmo Cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior Risco.

A revisão e reclassificação do nível de Risco de uma operação decorre a avaliação efectuada em Banco, tendo em consideração a percepção de Risco associada à operação de Crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de Crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

A reclassificação do Crédito para uma categoria de menor Risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os Créditos concedidos a Clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para Créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para Créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir Riscos potenciais existentes na carteira de Crédito, incluído o Crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do Produto de corrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada Crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do Crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de Crédito, em função do nível de Risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Tempo decorrido desde a data em incumprimento	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

As provisões para Créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso nº 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para Crédito concedido são classificadas no Activo, na rubrica "Provisão para Créditos de liquidação duvidosa" (Nota 8) e as provisões para garantias prestadas e Créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço são apresentadas no Passivo, na rubrica "Provisões para responsabilidades prováveis na prestação de garantias" (Nota 17).

Créditos transferidos para prejuízo

Seis meses após a classificação de uma operação na Classe G, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse Crédito ao Activo e utiliza a respectiva provisão (transferência de Crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes Créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Notas às Demonstrações Financeiras

Renegociação dos Créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de Risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de Risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Recuperação dos Créditos

Nas situações em que são efectuadas recuperações de Créditos anteriormente abatidos ao Activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de "Resultado não operacional".

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de Crédito em incumprimento, até ao momento em que o Cliente regularize a situação.

d) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos. O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- i. Títulos para negociação;
- ii. Títulos disponíveis para venda;
- iii. Títulos mantidos até o vencimento.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de Riscos, nos seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

Títulos para negociação

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do Activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

Títulos disponíveis para venda

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do Activo.

Títulos mantidos até o vencimento

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/ desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

Notas às Demonstrações Financeiras

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes de seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os títulos do Banco Central e os Bilhetes do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação "Proveitos a receber".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor (IPC) encontram-se sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e os juros corridos são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica "Proveitos de títulos e valores mobiliários".

Valor de mercado

A metodologia utilizada pelo Banco para apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
 - a. Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de Pagamento e vencimento, o Risco de Crédito e a moeda ou indexador; e
- iii) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- 1) na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno os valores já registados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- 2) na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, devem ser reconhecidos no resultado do período:
 - i. imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- 3) na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos:
 - i. imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
 - ii. como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras

e) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e equiparadas

São consideradas participações em coligadas ou equiparadas, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante, sem controlá-la.

O Banco aplica o método da equivalência patrimonial para a valorização das suas participações em coligadas e equiparadas nas seguintes situações:

- quando as participações societárias estejam em relação de grupo; ou
- quando as participações societárias sejam relevantes e o Banco tenha influência na sua Administração, ou quando a percentagem de participação, directa ou indirectamente, representar 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da participada.

Uma participação societária considera-se em relação de grupo quando seja exercido um domínio sobre a Sociedade, reflectido através de um controlo operacional, nos casos em que tenham Administração ou gestão comum, ou por um controlo societário, quando o controlo é obtido através do somatório da percentagem detida directamente pelo Banco, pelos seus Administradores, controladores e Empresas ligadas.

Uma participação societária considera-se relevante quando:

- o seu valor contabilístico for igual ou superior a 10% dos fundos próprios do Banco; ou
- o valor contabilístico das várias participadas, considerado em conjunto, for igual ou superior a 15% dos fundos próprios do Banco.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as imobilizações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do Banco nos Activos líquidos das correspondentes participadas. Os resultados do Banco incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas participadas.

Adicionalmente, o Banco deve constituir uma provisão para perdas, quando existir Passivo a descoberto, na participada, e houver intenção manifesta do Banco em manter o seu apoio financeiro à mesma.

Deve deixar de ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial, a participação societária em sociedades coligadas e equiparadas com efectiva e clara evidência de perda de continuidade de suas operações ou no caso em que estas estejam a operar sob severas restrições a longo prazo que prejudiquem significativamente a sua capacidade de transferir recursos para a investidora.

Nas situações em que a valorização pelo método da equivalência patrimonial não é aplicável, as imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de provisões para perdas.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os rendimentos decorrentes desses investimentos, relativos a dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período. As participações adquiridas com dividendos propostos e não pagos (ex-dividendos) devem ter esses dividendos reconhecidos como custo de aquisição em contrapartida à respectiva conta no resultado do período.

Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira é objecto de actualização cambial, o resultado desta actualização cambial é reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do Activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

f) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a gastos com trespasses, organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e software, sempre que o Banco consiga demonstrar que os mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente por duodécimos ao longo de um período de três anos, com excepção das benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, as quais são amortizadas conforme o prazo expectável de duração do contrato de arrendamento ou pela vida útil das mesmas, se inferior.

Notas às Demonstrações Financeiras

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio (Edifícios)	50
Equipamento:	
Mobiliário e material	10
Máquinas e ferramentas	4 e 10
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	3
Equipamento de segurança	10

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a Balcões/Centros de Atendimento em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos Edifícios e os Balcões/Centros de Atendimento entrarem em funcionamento.

g) Redução no Valor Recuperável de Outros Activos (Imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus Activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar Activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um Activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a Instituição deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

- 1) declínio significativo no valor de um Activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- 2) mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- 3) aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos Activos;
- 4) valor contabilístico de Activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- 5) evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um Activo;
- 6) mudanças significativas na forma de utilização do Activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco;
- 7) Indicação de que o desempenho económico do Activo será pior do que o esperado.

h) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso nº 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso nº 19/2007, de 26 de Setembro, as Instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um País que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- i. A população em geral prefere guardar a sua riqueza em Activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii. A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii. As vendas e compras a Crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do Crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv. As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- v. A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

Notas às Demonstrações Financeiras

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a Crédito na conta de "Resultado da Actualização Monetária", por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a Débito na conta de "Resultado da Actualização Monetária" da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica "capital Social", que deve ser classificada numa rubrica específica ("Reserva de actualização monetária do capital Social") que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2013 e 2012, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

i) Benefícios a Colaboradores

Responsabilidades com pensões de reforma

A Lei nº 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei nº 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto nº 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei 2/2000 e com os Artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Remuneração variável paga aos Colaboradores e Administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e Administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e Administrador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e Administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de pagável no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2014, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte (Nota 16).

j) Impostos sobre lucros

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4º da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da dívida Pública Directa (Lei nº 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos Activos e Passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos Activos e Passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo Activo ou Passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos Activos.

Notas às Demonstrações Financeiras

Os Passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os Activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados Activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados Activos ou Passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de Activos e Passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi recentemente publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua consequente republicação, a saber:

- Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei nº 19/14, de 22 de Outubro);
- Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 2/14, de 20 de Outubro);
- Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 3/14, de 21 de Outubro);
- Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei nº 18/14, de 22 de Outubro);
- Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei nº 20/14, de 22 de Outubro);
- Código Geral Tributário (aprovado pela Lei nº 21/14, de 22 de Outubro);

Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial nº 1/14, de 13 de Outubro).

Pela sua relevância, cumpre sublinhar a existência de um regime transitório que determina a aplicação da nova taxa de Imposto Industrial de 30% já ao exercício de 2014, conforme anteriormente referido, bem como a manutenção, para este mesmo exercício, das anteriores taxas de retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e prestações de Serviços em 3,5% e 5,25%, respectivamente.

k) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu Pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o Futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em Contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível Activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da Instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em Contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um Activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o Activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

Notas às Demonstrações Financeiras

l) Reconhecimento de proveitos resultantes de Serviços e comissões

As comissões por Serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do Serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

m) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

n) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As Contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para Créditos de liquidação duvidosa, Provisões para responsabilidades prováveis e Impostos sobre os lucros.

o) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições financeiras.

p) Compensação de saldos

Os elementos do Activo e do Passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das Contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo Banco Nacional de Angola.

3. Disponibilidades

A rubrica Disponibilidades é analisada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Disponibilidades	29 885 788	290 540	31 438 716	322 057
Caixa e Disponibilidades do Banco Central	23 824 038	231 610	25 966 613	266 002
Caixa	3 929 144	38 198	6 137 012	62 869
Notas e moedas nacionais	3 344 680	32 516	5 221 102	53 485
Notas e moedas estrangeiras	584 464	5 682	915 910	9 384
Em Dólares dos Estados Unidos	325 845	3 168	703 692	7 209
Em Euros	207 284	2 015	182 113	1 866
Em Randes	6 403	62	7 088	73
Em Libras	44 932	437	23 017	236
Depósitos no Banco Central	19 894 894	193 412	19 829 601	203 133
Moeda nacional	13 953 576	135 652	14 269 318	146 174
Moeda estrangeira	5 941 318	57 760	5 560 283	56 959
Em Dólares dos Estados Unidos	5 941 318	57 760	5 560 283	56 959
Disponibilidades Instituições financeiras	6 061 750	58 930	5 472 103	56 055
Em Instituições de Crédito no País	57 531	559	78 900	808
Cheques a cobrar	57 531	559	78 900	808
Em Instituições de Crédito no estrangeiro	6 004 219	58 371	5 393 203	55 247
Depósitos à Ordem	6 004 219	58 371	5 393 203	55 247
Em Dólares dos Estados Unidos	5 542 373	53 881	5 209 217	53 363
Em Euros	387 482	3 767	181 696	1 861
Em Randes	39	0	680	7
Em Libras	74 325	723	1 610	16

A rubrica de Depósitos no Banco Central inclui o saldo junto do Banco Nacional de Angola com vista a satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em moeda nacional e estrangeira.

Notas às Demonstrações Financeiras

As reservas obrigatórias são apuradas de acordo com o Instrutivo nº 01/2014, de 12 de Fevereiro, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos Passivos que constituem a sua base de incidência.

O coeficiente aplicado sobre os saldos diários das rubricas que compõem a base de Depósitos de Clientes é de 12,5% para moeda nacional e 15% para moedas estrangeiras, exceptuando os Depósitos do governo central e governo local para os quais se aplica um coeficiente de 100% e 50% para moeda nacional e 100% e 100% para moeda estrangeira.

Os Depósitos à Ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras Instituições de Crédito no estrangeiro, não são remunerados.

A rubrica Disponibilidades em outras Instituições de Crédito no estrangeiro engloba os saldos das Contas junto dos Bancos correspondentes inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco.

Os saldos junto de entidades relacionadas ascendem a AKZ 4 195 485 milhares, equivalentes a USD 40 752 milhares, EUR 13 milhares e GBP 12 milhares.

4. Aplicações de liquidez

A rubrica Aplicações de liquidez é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Aplicações de liquidez	16 400 687	159 442	32 040 647	328 223
Aplicações em Instituições de Crédito no País	6 200 000	60 274	5 000 000	51 220
Em Kwanzas	6 200 000	60 274	5 000 000	51 220
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro	10 200 687	99 168	27 040 647	277 003
Em Dólares dos Estados Unidos	8 393 117	81 596	25 826 439	264 565
Em Euros	938 959	9 128	833 196	8 535
Proveitos a receber	868 611	8 444	381 012	3 903

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de Aplicações em Instituições de Crédito no País em Kwanzas é referente a aplicações junto do Banco Nacional de Angola.

No último trimestre de 2014, ocorreu o reembolso antecipado de uma aplicação financeira por via do recebimento de um conjunto de dações de Activos existentes em Angola, nomeadamente de terrenos no montante de USD 44 000 milhares e pela transferência de direitos associados a projectos imobiliários no montante de USD 90 000 milhares, como referido nas notas 9 e 11.

A rubrica Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro inclui os colaterais de Cartões de Crédito Visa e Mastercard totalizando AKZ 1 134 065 milhares (2013: AKZ 1 076 244 milhares), equivalente a USD 11 025 milhares (2013: USD 11 025 milhares).

	2014		2013	
	Taxa Média	Montante Divisa	Taxa Média	Montante Divisa
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro				
Em Dólares dos Estados Unidos	0,98%	90 037	1,80%	268 467
Em Euros	0,12%	7 502	0,14%	6 201

Em 31 de Dezembro de 2014, os Depósitos a Prazo no estrangeiro venciam juros a taxas que variaram entre 0,14% e 2,85% em Dólares americanos, e entre 0,05% e 0,20% em Euros. Em 31 de Dezembro de 2013, os Depósitos a Prazo no estrangeiro venciam juros às taxas de 0,12% e 2,83% em Dólares americanos, e entre 0,08% e 0,25% em Euros.

O prazo residual de vencimento das operações a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentado como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro	16 400 687	159 442	32 040 647	328 223
Até 3 meses	8 152 918	79 260	9 467 800	96 988
De 3 a 6 meses	3 053 147	29 682	3 641 295	37 301
De 6 meses a 1 ano	515 198	5 009	1 369 745	14 032
Mais de 1 ano	3 131 379	30 442	16 093 157	164 857
Prazo indeterminado	1 548 046	15 050	1 468 650	15 045

Notas às Demonstrações Financeiras

5. Títulos e valores mobiliários

A rubrica títulos e valores mobiliários é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Títulos mantidos até ao vencimento	23 611 649	229 545	10 247 433	104 974
Títulos do Banco Central moeda nacional	-	-	298 473	3 058
Juros a receber	-	-	25	-
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	10 255 304	99 699	1 820 348	18 648
Juros a receber	245 208	2 384	18 573	190
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	6 757 106	65 690	6 972 659	71 428
Juros a receber	98 995	962	89 043	912
Obrigações do Tesouro reajustadas	5 381 036	52 313	291 700	2 988
Juros a receber	78 635	765	2 954	30
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	783 837	7 620	743 872	7 620
Juros a receber	11 528	112	9 786	100

A 31 de Dezembro de 2014, a carteira de títulos do Banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar dos Estados Unidos da América, Obrigações do Tesouro reajustadas e Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira emitidas em 2007 e 2008 com vencimento entre 8 a 11 anos.

As taxas médias de remuneração dos títulos mantidos até ao vencimento em 2014 e 2013 são apresentadas como segue:

	2014	2013
	%	%
Títulos mantidos até ao vencimento		
Títulos do Banco Central moeda nacional	-	3,03%
Bilhetes do Tesouro moeda nacional	5,32%	4,26%
Obrigações do Tesouro moeda nacional indexados	7,12%	6,52%
Obrigações do Tesouro reajustadas	7,04%	6,98%
Obrigações do Tesouro moeda estrangeira	3,52%	3,64%

A informação relativa à quantidade, valor nominal, valor de aquisição, valor médio de aquisição, valor de mercado e valor de balanço, encontra-se detalhada como se segue:

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	2014 AKZ'000		
				Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor do balanço
Títulos de Investimento Até ao vencimento			10 825 746	-	22 479 594	23 611 649
Bilhetes do Tesouro	BNA	A	10 721 632	10 721 632	10 255 304	10 500 512
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	50 927	6 387 718	5 092 700	5 459 671
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	53 187	5 100 340	7 131 590	7 651 466
Indexadas ao USD	MINF	A	52 423	5 092 700	6 387 718	6 856 101
Emitidas em USD	MINF	A	764	7 640	743 872	795 365
Títulos do Banco Central	BNA	A	-	-	-	-

Natureza e espécie dos títulos	Emitente	Nível de Risco	Quantidade	2013 AKZ'000		
				Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor do balanço
Títulos de Investimento Até ao vencimento			2 248 304	-	10 127 135	10 247 433
Bilhetes do Tesouro	BNA	A	1 887 521	1 000	1 820 347	1 838 921
Títulos do Banco Central	BNA	A	300 000	1 000	298 473	298 498
Obrigações do Tesouro em MN	MINF	A	57 102	6 593 957	6 972 743	7 061 702
Obrigações do Tesouro em ME	MINF	A	3 681	838 093	1 035 572	1 048 313
Indexadas ao USD	MINF	A	2 917	350 000	291 700	294 654
Emitidas em USD	MINF	A	764	488 093	743 872	753 659

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a análise da carteira de títulos, por maturidades, é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Títulos	23 611 649	229 545	10 247 433	104 974
< 3 meses	2 565 263	24 939	3 111 871	31 878
3 - 6 meses	3 135 978	30 487	1 120 360	11 477
6 - 12 meses	4 959 750	48 217	374 000	3 831
1 - 5 anos	5 497 263	53 443	4 887 543	50 068
> 5 anos	7 453 395	72 459	753 659	7 720

Notas às Demonstrações Financeiras

6. Créditos no sistema de Pagamentos

A rubrica Créditos no sistema de Pagamentos é analisada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Créditos no sistema de Pagamento	66 970	651	600	6
Relações com correspondentes				
Compensação de valores - Cartões	277	3	-	-
Compensação de valores - outros	66 693	648	600	6

7. Operações cambiais

A rubrica operações cambiais é analisada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Operações cambiais - Activo	925 767	9 000	780 948	8 000
Compra de moeda estrangeira - USD	925 767	9 000	780 948	8 000
Operações cambiais - Passivo	926 280	9 005	782 904	8 020
Venda de moeda nacional	926 280	9 005	782 904	8 020

A carteira de operações cambiais do Banco é composta por operações com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

8. Crédito total

A rubrica de Crédito total é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Crédito total	88 444 953	859 832	85 963 777	880 609
Crédito vivo e vencido	94 934 535	922 922	87 674 332	898 132
Em moeda nacional	77 575 760	754 166	67 702 350	693 540
Empresas	71 926 024	699 241	61 187 435	626 802
Particulares	5 649 736	54 925	6 514 915	66 738
Em moeda estrangeira	13 844 249	134 589	17 282 016	177 036
Empresas	13 180 164	128 133	16 361 306	167 604
Particulares	664 085	6 456	920 710	9 432
Juros a receber	3 514 526	34 167	2 689 966	27 556
Provisão para Crédito de liquidação duvidosa (Nota 24)	(6 489 582)	(63 090)	(1 710 555)	(17 523)

O Crédito total inclui o Crédito vivo e vencido, os juros a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas, Crédito documentário e compromissos irrevogáveis.

O Crédito total classificado como Crédito vivo e Crédito vencido é apresentado como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo e vencido	94 934 535	922 922	87 674 332	898 132
Crédito vivo	91 585 212	890 361	85 835 854	879 299
Moeda nacional	74 274 910	722 076	66 083 562	676 957
Moeda estrangeira	13 842 372	134 571	17 098 095	175 152
Juros a receber	3 467 930	33 714	2 654 197	27 190
Crédito vencido	3 349 323	32 561	1 838 478	18 833
Até 60 dias	303 594	2 951	357 066	3 658
Há mais de 60 dias	2 999 133	29 157	1 445 643	14 809
Juros a receber	46 596	453	35 769	366

Notas às Demonstrações Financeiras

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2014, o saldo de Crédito concedido aos Colaboradores do Banco, foi de AKZ 1 500 321 milhares (USD 14 586 milhares). Em 2013, o Crédito concedido aos Colaboradores foi de AKZ 1 353 510 milhares (USD 13 865 milhares).

A análise do Crédito vivo e vencido por modalidade de financiamento é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	94 934 535	922 922	87 674 332	898 132
Crédito rendas	23 976 463	233 091	22 117 287	226 569
Sector empresarial	20 165 243	196 040	16 384 616	167 843
Particulares	3 811 220	37 051	5 732 671	58 726
Financiamento	38 445 733	373 757	28 753 350	294 548
Sector público	573 483	5 575	2 613 026	26 768
Sector empresarial	36 123 523	351 181	25 056 451	256 677
Particulares	1 748 727	17 001	1 083 873	11 103
Contas correntes caucionadas	23 146 627	225 024	29 568 231	302 896
Sector empresarial	23 027 448	223 865	29 447 352	301 658
Particulares	119 179	1 159	120 879	1 238
Cartões	389 992	3 791	292 151	2 993
Sector empresarial	57 873	562	36 780	377
Particulares	332 119	3 229	255 371	2 616
Descobertos	5 461 194	53 092	4 253 347	43 570
Sector público	556 399	5 409	1 018 251	10 431
Sector empresarial	4 602 220	44 741	2 992 265	30 651
Particulares	302 575	2 942	242 831	2 488
Juros a receber	3 514 526	34 167	2 689 966	27 556

A 31 de Dezembro de 2014 o Crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

	2014 AKZ'000	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	94 934 535	100%
Imobiliário	10 613 146	11,18%
Agricultura e pastorícia	14 765 147	15,55%
Indústria transformadora	10 093 839	10,63%
Outros sectores	8 638 048	9,10%
Comércio a grosso e a retalho	16 875 535	17,78%
Construção geral	7 095 072	7,47%
Particulares	6 313 820	6,65%
Prestação de Serviços	8 874 741	9,35%
Extracção e preparação minérios	3 623 208	3,82%
Transporte, armazenagem e comunicação	1 508 009	1,59%
Telecomunicações	1 648 325	1,74%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 240 118	1,31%
Órgãos públicos	94 221	0,10%
Alojamento e restauração	36 780	0,04%
Juros a receber	3 514 526	3,70%

	2014 USD'000	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	922 922	100%
Imobiliário	103 177	11,18%
Agricultura e pastorícia	143 542	15,55%
Indústria transformadora	98 129	10,63%
Outros sectores	83 976	9,10%
Comércio a grosso e a retalho	164 058	17,78%
Construção geral	68 976	7,47%
Particulares	61 381	6,65%
Prestação de Serviços	86 277	9,35%
Extracção e preparação minérios	35 224	3,82%
Transporte, armazenagem e comunicação	14 660	1,59%
Telecomunicações	16 024	1,74%
Instituições bancárias e intermediação monetária	12 056	1,31%
Órgãos públicos	916	0,10%
Alojamento e restauração	359	0,04%
Juros a receber	34 167	3,70%

Notas às Demonstrações Financeiras

A 31 de Dezembro de 2013 o Crédito vivo e vencido por sector de actividade é apresentado como segue:

	2013 AKZ'000	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	87 674 332	100%
Imobiliário	13 807 047	15,75%
Agricultura e pastorícia	13 007 872	14,84%
Indústria transformadora	8 991 623	10,26%
Outros sectores	7 697 942	8,78%
Comércio a grosso e a retalho	8 830 365	10,07%
Construção geral	8 579 941	9,79%
Particulares	7 435 874	8,48%
Prestação de Serviços	7 196 644	8,21%
Extracção e preparação minérios	3 895 935	4,44%
Transporte, armazenagem e comunicação	1 905 664	2,17%
Telecomunicações	1 315 333	1,50%
Instituições bancárias e intermediação monetária	1 204 403	1,37%
Órgãos públicos	1 018 251	1,16%
Alojamento e restauração	97 472	0,11%
Juros a receber	2 689 966	3,07%

	2013 USD'000	
	Crédito vivo e vencido	%
Total	898 132	100%
Imobiliário	141 439	15,75%
Agricultura e pastorícia	133 252	14,84%
Indústria transformadora	92 110	10,26%
Outros sectores	78 857	8,78%
Comércio a grosso e a retalho	90 458	10,07%
Construção geral	87 893	9,79%
Particulares	76 172	8,48%
Prestação de Serviços	73 722	8,21%
Extracção e preparação minérios	39 910	4,44%
Transporte, armazenagem e comunicação	19 522	2,17%
Telecomunicações	13 474	1,50%
Instituições bancárias e intermediação monetária	12 338	1,37%
Órgãos públicos	10 431	1,16%
Alojamento e restauração	998	0,11%
Juros a receber	27 556	3,07%

A análise do Crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2014, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	2014 Total	2014 Total
	AKZ'000	AKZ'000	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	80 894 402	14 040 133	94 934 537	922 922
Até 3 meses	8 853 875	900 929	9 754 804	94 833
De 3 meses a 1 ano	11 160 261	9 461 722	20 621 983	200 480
De 1 ano até 3 anos	10 912 476	1 577 440	12 489 916	121 423
De 3 anos até 5 anos	12 735 875	578 604	13 314 479	129 439
Mais de 5 anos	30 612 425	1 323 677	31 936 102	310 472
Prazo indeterminado	3 300 849	1 876	3 302 725	32 108
Juros a receber	3 318 641	195 885	3 514 526	34 167

A análise do Crédito vivo e vencido por prazos residuais de maturidade e por moeda, para o exercício de 2013, é apresentada como segue:

	Em moeda Nacional	Em moeda Estrangeira	2013 Total	2013 Total
	AKZ'000	AKZ'000	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	69 578 877	18 095 455	87 674 332	898 132
Até 3 meses	17 776 732	7 392 313	25 169 045	257 831
De 3 meses a 1 ano	14 044 644	6 502 406	20 547 050	210 483
De 1 ano até 3 anos	10 386 733	613 824	11 000 557	112 689
De 3 anos até 5 anos	6 479 815	1 278 507	7 758 322	79 476
Mais de 5 anos	17 395 640	1 311 045	18 706 683	191 631
Prazo indeterminado	1 618 786	183 921	1 802 709	18 466
Juros a receber	1 876 527	813 439	2 689 966	27 556

Notas às Demonstrações Financeiras

A análise do Crédito vivo e vencido por moeda e taxas de juro médias ponderadas da carteira de Crédito é apresentada como segue:

	2014			2013		
	Taxa de juro média	AKZ'000	USD'000	Taxa de juro média	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo e vencido		94 934 535	922 922		87 674 332	898 132
Kwanzas	11,07%	77 575 760	754 166	12,36%	67 702 350	693 540
GBP	0,00%	101	1	-	-	-
Euros (*)	-	-	-	20,00%	14	-
Dólares Americanos	5,11%	13 843 910	134 586	7,36%	17 281 797	177 034
Randes (*)	20,00%	238	2	20,00%	205	2
Juros a receber		3 514 526	34 167		2 689 966	27 556

(*) Trata-se do efeito líquido resultante de uma operação passiva.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a análise da carteira de Crédito entre residentes e não residentes é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Crédito vivo, vencido e juros a receber	94 934 535	922 922	87 674 332	898 132
Em moeda nacional	77 575 760	754 166	67 702 350	693 540
Residentes	77 569 201	754 102	67 698 912	693 505
Não Residentes	6 559	64	3 438	35
Em moeda estrangeira	13 844 249	134 589	17 282 016	177 036
Residentes	13 844 249	134 589	17 282 015	177 036
Não Residentes	-	-	1	-
Juros a receber	3 514 526	34 167	2 689 966	27 556

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os 10 maiores Clientes do Banco representavam em conjunto 40,62% e 43,92% da carteira de Crédito vivo e vencido, respectivamente.

A distribuição do Crédito vivo e vencido por classe de Risco e as respectivas provisões é apresentada como segue:

Risco	Nível	2014 AKZ'000		Total	Provisões	Taxa das Provisões
		Vivo	Vencido			
Total		91 585 212	3 349 323	94 934 535	6 489 582	-
Nulo	A	2 457 029	-	2 457 029	-	0%
Muito Reduzido	B	52 815 016	637 021	53 452 037	731 517	1%
Reduzido	C	15 377 376	1 028 882	16 406 258	625 318	3%
Moderado	D	9 068 615	111 994	9 180 609	918 701	10%
Elevado	E	4 509 425	525 959	5 035 384	1 279 020	20%
Muito Elevado	F	3 615 677	292 321	3 907 998	1 953 999	50%
Perda	G	274 478	706 548	981 026	981 027	100%
Juros a receber		3 467 596	46 598	3 514 194	-	

Risco	Nível	2014 USD'000		Total	Provisões	Taxa das Provisões
		Vivo	Vencido			
Total		890 361	32 561	922 922	63 090	-
Nulo	A	94 885	-	94 885	-	0%
Muito Reduzido	B	568 008	7 067	575 075	7 112	1%
Reduzido	C	155 185	10 072	165 257	6 079	3%
Moderado	D	12 200	1 011	13 211	8 931	10%
Elevado	E	23 702	4 606	28 308	12 434	20%
Muito Elevado	F	0	2 905	2 905	18 996	50%
Perda	G	2 667	6 447	9 114	9 537	100%
Juros a receber		33 714	453	34 167	-	

Notas às Demonstrações Financeiras

2013 AKZ'000

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		85 835 854	1 838 478	87 674 332	1 710 555	-
Nulo	A	141 745	2 200	143 945	-	0%
Muito Reduzido	B	80 762 399	331 083	81 093 482	892 513	1%
Reduzido	C	1 940 440	413 001	2 353 441	73 758	3%
Moderado	D	67 861	116 499	184 360	18 807	10%
Elevado	E	64 704	300 822	365 526	74 606	20%
Muito Elevado	F	106 269	304 871	411 140	209 703	50%
Perda	G	98 239	334 233	432 472	441 168	100%
Juros a receber		2 654 197	35 769	2 689 966	-	

2013 USD'000

Risco	Nível	Vivo	Vencido	Total	Provisões	Taxa das Provisões
Total		879 299	18 833	898 132	17 523	-
Nulo	A	1 452	22	1 475	-	0%
Muito Reduzido	B	827 327	3 392	830 718	9 143	1%
Reduzido	C	19 878	4 231	24 109	756	3%
Moderado	D	695	1 193	1 889	193	10%
Elevado	E	663	3 082	3 744	764	20%
Muito Elevado	F	1 089	3 123	4 212	2 148	50%
Perda	G	1 005	3 424	4 430	4 519	100%
Juros a receber		27 190	366	27 556	-	

A recuperação de Créditos transferidos para prejuízo ascendeu a AKZ 115 926 milhares (USD 1 127 milhares) em 2014 e a AKZ 543 608 milhares (USD 5 569 milhares) em 2013.

Os movimentos de provisões para Crédito de liquidação duvidosa são analisados como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Saldo em 1 de Janeiro	1 710 555	17 523	2 107 864	21 997
Dotações	7 859 235	79 699	1 292 446	13 397
Reposições	(2 231 062)	(22 625)	(594 941)	(6 167)
Utilizações	(849 146)	(8 255)	(1 094 814)	(11 215)
Diferença cambial	-	(3 252)	-	(489)
Saldo em 31 de Dezembro	6 489 582	63 090	1 710 555	17 523

9. Outros valores

A rubrica Outros valores é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Outros valores	14 060 908	136 695	8 094 746	82 922
Bonificações	1 580	14	-	-
Direitos junto de consorciados	13 879	135	2 545	26
Devedores diversos	7 078 183	68 812	5 660 539	57 986
Despesas antecipadas	218 877	2 128	193 090	1 978
Material de expediente	-	-	30 982	317
Bens não de uso próprio	6 748 389	65 606	2 207 135	22 610
Outros adiantamentos	-	-	455	5

A rubrica Devedores diversos é composta maioritariamente por valores a receber do grupo BGI de AKZ 2 677 301 milhares (USD 26 028 milhares) e do Banco Privado Internacional (I.F.I.), S.A. no valor de AKZ 1 400 672 milhares (USD 13 617 milhares).

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Bens não de uso próprio inclui o montante de USD 44 000 milhares referente a terrenos recebidos no âmbito do reembolso antecipado de uma aplicação financeira, como referido na nota 4.

10. Imobilizações financeiras

A rubrica Imobilizações financeiras é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Imobilizações financeiras	4 026 967	39 149	3 226 943	33 057
Participações em outras sociedades	138 677	1 348	152 865	1 566
Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	36 848	358	36 848	378
Facilcred - Sociedade de MicroCrédito, S.A.	101 829	990	116 017	1 188
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	3 888 290	37 801	3 074 078	31 491

Notas às Demonstrações Financeiras

A 31 de Dezembro de 2014, o Banco BNI detém uma participação de 99,97%, no capital do BNI Europa, S.A. que corresponde a AKZ 3 888 290 milhares (USD 37 801 milhares).

A variação negativa da participação de Facilcred – Sociedade de MicroCrédito, S.A. deve-se à equivalência patrimonial correspondendo a AKZ 14 188 milhares (USD 138 milhares).

A descrição das participações é a seguinte:

Empresa	Moeda	Capital Social (em milhares)	Espécie	% participação	Nº de acções detidas
Ernis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL	AKZ	910 000	Acções	1,98%	18 018
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.	EUR	25 000	Acções	99,97%	4 998
Facilcred - Sociedade de MicroCrédito, S.A.	AKZ	287 500	Acções	51,00%	1 275

11. Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2014:

AKZ'000					
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-13	Adições	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31-Dez-14
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	13 789 181	2 751 598	(230 064)	(1 902 427)	14 408 288
Outras imobilizações	5 523	16 646	(56 496)	102 166	67 839
Imobilizações em curso	1 334 189	1 060 640	(88 722)	(1 154 008)	1 152 099
Imobilizado corpóreo	15 128 893	3 828 884	(375 282)	(2 954 269)	15 628 226
Imobilizado incorpóreo	1 438 061	219 564	-	12 281 153	13 938 778
Amortizações acumuladas					
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(3 030 639)	(747 913)	-	1 579 267	(2 199 285)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(3 030 639)	(747 913)	-	1 579 267	(2 199 285)
Imobilizado incorpóreo	(1 154 191)	(535 453)	-	(1 008 627)	(2 698 271)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	12 098 254	3 080 971	(375 282)	(1 375 002)	13 428 941
Imobilizado incorpóreo líquido	283 870	(315 889)	-	11 272 526	11 240 507

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-13	Adições	Abates	Regularizações/ Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-14
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	141 256	26 750	(2 237)	(18 495)	(7 201)	140 073
Outras imobilizações	57	162	(549)	993	(3)	660
Imobilizações em curso	13 668	10 311	(863)	(11 219)	(696)	11 201
Imobilizado corpóreo	154 980	37 223	(3 649)	(28 721)	(7 902)	151 933
Imobilizado incorpóreo	14 731	(2 135)	-	(119 393)	(751)	135 508
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(31 046)	(7 271)	-	15 353	1 583	(21 381)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(31 046)	(7 271)	-	15 353	1 583	(21 381)
Imobilizado incorpóreo	(11 823)	(5 205)	-	(9 806)	602	(26 232)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	123 934	29 952	(3 649)	(13 368)	(6 317)	130 552
Imobilizado incorpóreo líquido	2 908	3 070	-	109 587	(149)	109 276

Notas às Demonstrações Financeiras

A rubrica de Imobilizações corpóreas, incorpóreas e em curso apresentam o seguinte movimento durante o exercício de 2013:

AKZ'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-12	Adições	Abates	Regularizações/Transferências		Saldo em 31-Dez-13
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	14 571 777	1 169 739	(2 837 792)	885 457		13 789 181
Outras imobilizações	5 523	539 059	(1 395)	(537 664)		5 523
Imobilizações em curso	1 530 120	151 862	-	(347 793)		1 334 189
Imobilizado corpóreo	16 107 420	1 860 660	(2 839 187)	-		15 128 893
Imobilizado incorpóreo	1 424 991	13 070	-	-		1 438 061
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(2 781 415)	(1 105 701)	856 477	-		(3 030 639)
Outras imobilizações	-	-	-	-		-
Imobilizado corpóreo	(2 781 415)	(1 105 701)	856 477	-		(3 030 639)
Imobilizado incorpóreo	(929 829)	(224 362)	-	-		(1 154 191)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	13 326 005	754 959	(1 982 710)	-		12 098 254
Imobilizado incorpóreo líquido	498 162	(214 292)	-	-		283 870

USD'000						
Imobilizado bruto	Saldo em 31-Dez-12	Adições	Abates	Regularizações/Transferências	Diferenças cambiais de conversão	Saldo em 31-Dez-13
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	152 065	11 983	(29 070)	9 071	(2 792)	141 256
Outras imobilizações	58	5 522	(14)	(5 508)	(1)	57
Imobilizações em curso	15 968	1 556	-	(3 563)	(294)	13 668
Imobilizado corpóreo	168 090	19 060	(29 084)	-	(3 087)	154 980
Imobilizado incorpóreo	14 871	133	-	-	(273)	14 731
Amortizações acumuladas						
Móveis, utensílios, instalações e equipamentos	(29 026)	(11 488)	8 935	-	533	(31 046)
Outras imobilizações	-	-	-	-	-	-
Imobilizado corpóreo	(29 026)	(11 488)	8 935	-	533	(31 046)
Imobilizado incorpóreo	(9 672)	(2 298)	-	-	147	(11 823)
Imobilizado corpóreo e em curso líquido	139 065	7 572	(20 149)	-	(2 554)	123 934
Imobilizado incorpóreo líquido	5 199	(2 165)	-	-	(126)	2 908

Na rubrica de móveis, utensílios, instalações e equipamentos, o valor das aquisições inclui o valor das obras adicionais efectuadas no edifício Sólida Plaza, bem como a aquisição das Agências do Gika, Living e Cabinda.

A rubrica imobilizações em curso refere-se essencialmente a Agências em construção.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de imobilizado incorpóreo contemplava custos plurianuais, software, organismos em expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e direitos sobre projectos imobiliários, assim como o montante de USD 90 000 milhares relativo à transferência de direitos associados a projectos imobiliários no âmbito do reembolso antecipado de uma aplicação financeira, como referido na nota 4.

Em 31 de Dezembro de 2013, não se encontravam registadas benfeitorias em imóveis de terceiros.

12. Depósitos

A rubrica de Depósitos de Clientes a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Depósitos	155 344 158	1 510 204	133 499 669	1 367 565
Depósitos à Ordem	78 953 163	767 556	63 626 375	651 785
Em moeda nacional	65 720 456	638 912	50 280 214	515 068
Em moeda estrangeira	13 232 707	128 644	13 346 161	136 718
Depósitos a Prazo	76 387 297	742 612	69 870 655	715 752
Em moeda nacional	53 882 603	523 829	45 768 574	468 851
Em moeda estrangeira	21 808 877	212 019	23 347 008	239 166
Juros a pagar	695 817	6 764	755 073	7 735
Outros Depósitos	3 698	36	2 639	27

Em 31 de Dezembro de 2014, os saldos das entidades relacionadas ascendem a AKZ 4 441 503 milhares (USD 43 179 milhares) e em 31 de Dezembro de 2013 ascendem a AKZ 7 883 325 milhares (USD 80 756 milhares), conforme a nota 33.

Notas às Demonstrações Financeiras

A decomposição dos Depósitos a Prazo em função da sua duração residual e por moeda é a seguinte forma:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Depósitos a Prazo	76 387 297	742 612	69 870 655	715 752
Em moeda nacional	53 882 603	523 829	45 768 574	468 851
Até 3 meses	34 764 849	337 972	26 599 293	272 482
De 3 a 6 meses	11 177 634	108 665	12 713 542	130 237
De 6 meses a 1 ano	7 920 775	77 003	6 455 630	66 131
Mais de 1 ano	19 345	189	109	1
Em moeda estrangeira	21 808 877	212 019	23 347 008	239 166
Até 3 meses	10 652 988	103 565	5 185 790	53 123
De 3 a 6 meses	4 871 590	47 360	9 877 117	101 181
De 6 meses a 1 ano	6 198 832	60 263	8 255 447	84 568
Mais de 1 ano	85 467	831	28 654	294
Juros a pagar	695 817	6 764	755 073	7 735

A 31 de Dezembro de 2014, os Depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 4,76%. Os Depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros à taxa de 3,78% e 2,76%, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2013, os Depósitos a prazo em moeda nacional venciam juros à taxa de 5,54%. Os Depósitos a prazo em Dólares norte americanos e em Euros venciam juros à taxa de 4,58% e 4,36%, respectivamente.

13. Captações de liquidez

A rubrica captações de liquidez é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Captações para liquidez	15 047 479	146 287	15 749 888	161 341
Tomadas de posição a curto-prazo em moeda nacional	-	-	-	-
Tomadas de posição a longo-prazo em Moeda Estrangeira	15 047 479	146 287	15 749 888	161 341

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de captações de liquidez era composta por tomadas de posição a longo prazo, junto de Banco Central, em Dólares norte americanos, com uma taxa média de 2,84%.

14. Obrigações no sistema de Pagamentos

A rubrica Obrigações no sistema de Pagamentos é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Obrigações no sistema de Pagamentos	292 510	2 844	1 083 198	11 096
Relações entre Agências	590	6	-	-
Recursos de terceiros em trânsito	590	6	-	-
Recursos de outras entidades	291 920	2 838	1 083 198	11 096
Compensação de Cheques e outros papéis	160 931	1 565	787 135	8 063
Outros pendente de liquidação	35 873	349	67 292	689
Relações com correspondentes	95 116	924	228 771	2 344

A rubrica Obrigações no sistema de Pagamentos é composta essencialmente por Cheques visados transaccionados nos últimos dias de 2014 compensados no início de 2015.

15. Outras captações

A rubrica Outras captações é analisada como se segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Outras captações	6 978 676	67 844	5 219 814	53 471
Dívida subordinada	5 225 440	50 800	4 959 881	50 809
Valor nominal	5 143 150	50 000	4 880 925	50 000
Juros a pagar	82 290	800	78 956	809
Outras captações contratadas	1 753 236	17 044	259 933	2 663
Depositos de instituições de Crédito no estrangeiro	868 975	8 448	88 634	908
Recursos Pré-pagos	884 261	8 596	171 299	1 754

Em 2010, o Banco emitiu 5 000 obrigações subordinadas no valor nominal de USD 10 cada, com vencimento previsto a partir do 7º ano após o início da subscrição.

Os juros vencem a uma taxa fixa de 6% ao ano, pagos trimestral e postecipadamente.

Notas às Demonstrações Financeiras

16. Outras obrigações

A rubrica Outras obrigações é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Outras obrigações	3 016 005	29 321	6 355 123	65 102
Dividendos a pagar	81 897	796	74 506	763
De natureza fiscal	209 836	2 040	1 628 502	16 682
De natureza cível	2 222 421	21 606	4 248 158	43 518
Pessoal, salários e remunerações	501 851	4 879	403 957	4 138

A rubrica Outras obrigações de natureza fiscal inclui o montante de AKZ 258 604 milhares (2013: AKZ 1 458 254 milhares) referente a imposto industrial, a liquidar, conforme mencionado na nota 31.

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Outras obrigações de natureza cível inclui o montante de AKZ 1 724 074 milhares (2013: AKZ 3 468 556 milhares) referente a cauções recebidas de Clientes.

A 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Pessoal, salários e remunerações inclui o montante de AKZ 264 883 milhares, referente a provisão para férias, para subsídio de férias e bónus a Colaboradores.

17. Provisões para responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões para responsabilidades prováveis refere-se a provisões para contingências fiscais, por responsabilidades de natureza administrativa, por natureza cível, de sobrevivência e prestação de garantias.

Os movimentos da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis, por natureza, durante 2014 e 2013 são analisados como se segue:

	AKZ'000					
	31/12/13	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31/12/14
Provisões para responsabilidades prováveis	366 577	372 125	(173 016)	(19 069)	428	547 045
Provisões p/resp. prováveis de natureza fiscal	23 187	-	(23 187)	-	-	-
Provisões p/resp. prováveis de natureza cível	60 000	-	-	-	-	60 000
Provisões p/resp. prováveis de natureza administrativa	68 271	76 948	-	(19 069)	-	126 150
Provisões p/resp. prováveis com reforma sobrevivência	44 426	-	(44 426)	-	-	-
Provisões p/resp. prováveis na prestação de garantias e Crédito doc.	170 693	295 177	(105 402)	-	428	360 896

	AKZ'000					
	31/12/12	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	31/12/13
Provisões para responsabilidades prováveis	377 361	155 953	(120 619)	(46 118)	-	366 577
Provisões p/ resp. prováveis de natureza fiscal	78 983	-	(55 796)	-	-	23 187
Provisões p/ resp. prováveis de natureza cível	60 000	-	-	-	-	60 000
Provisões p/ resp. prováveis de natureza administrativa	59 149	55 518	-	46 118	(278)	68 271
Provisões p/ resp. prováveis com reforma sobrevivência	-	44 426	-	-	-	44 426
Provisões p/ resp. prováveis na prestação de garantias e Crédito doc.	179 229	56 009	64 823	-	278	170 693

	USD'000						
	31/12/13	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Diferenças cambiais de conversão	31/12/14
Provisões para responsabilidades prováveis	3 755	3 774	(1 755)	(185)	3	(277)	5 318
Provisões p/resp. prováveis de natureza fiscal	238	-	(235)	-	-	(3)	0
Provisões p/resp. prováveis de natureza cível	615	-	-	-	-	(32)	583
Provisões p/resp. prováveis de natureza administrativa	700	780	-	(185)	-	(69)	1 226
Provisões p/resp. prováveis com reforma sobrevivência	455	-	(451)	-	-	(4)	0
Provisões p/resp. prováveis na prestação de garantias e Crédito doc.	1 749	2 994	(1 069)	-	3	(169)	3 508

	USD'000						
	31/12/12	Dotações	Reposições	Utilizações	Transferências	Diferenças cambiais de conversão	31/12/13
Provisões para responsabilidades prováveis	3 938	1 598	(1 236)	(472)	-	(72)	3 755
Provisões p/resp. prováveis de natureza fiscal	824	-	(572)	-	-	(15)	238
Provisões p/resp. prováveis de natureza cível	626	-	-	-	-	(11)	615
Provisões p/resp. prováveis de natureza administrativa	617	569	-	(472)	(3)	(11)	700
Provisões p/resp. prováveis com reforma sobrevivência	-	455	-	-	-	-	455
Provisões p/resp. prováveis na prestação de garantias e Crédito doc.	1 871	574	(664)	-	3	(35)	1 749

Notas às Demonstrações Financeiras

18. Capital social

O Banco de Negócios Internacional foi constituído com um capital social de AKZ 1 606 960 milhares (USD 20 000 milhares à taxa de câmbio de AKZ 80,35 em 2 de Fevereiro de 2006), representado por 2 000 000 de acções de valor nominal equivalente a USD 10 cada.

Durante os exercícios de 2008 e 2010, o Banco realizou aumentos de capital no montante de AKZ 2 559 033 milhares e AKZ 1 873 111 milhares, respectivamente. Em 2014 o Banco realizou um aumento de capital por incorporação de reservas livres e de resultados transitados no montante de AKZ 8 603 704 milhares.

Assim sendo, a 31 de Dezembro de 2014, o capital social do Banco é de AKZ 14 642 808 milhares (USD 142 353 milhares), integralmente subscrito e realizado, dividido e representado por 2 000 000 acções, com valor nominal de AKZ 7,321 milhares (USD 71) cada.

As participações accionistas apresentam-se da seguinte forma:

Accionistas	Nº acções	Valor AKZ'000	% participações
Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares	565 600	4 140 986	28,28%
João Baptista de Matos	232 600	1 702 959	11,63%
BGI	200 000	1 464 281	10,00%
José Teodoro Garcia Boyol	108 200	792 176	5,41%
Ivan Leite de Moraes	105 800	774 605	5,29%
Óscar Tito Cardoso Fernandes	100 400	735 069	5,02%
Rute Marisa Proença Brito	100 000	732 140	5,00%
Arnaldo Leiro Octávio	86 400	632 569	4,32%
Joaquim Manuel Nunes	74 000	541 784	3,70%
Leonel da Rocha Pinto	64 200	470 034	3,21%
Kanda Nimi Kassoma	63 000	461 248	3,15%
Rui da Cruz	42 200	308 963	2,11%
Mário de Almeida Dias	22 200	162 535	1,11%
Manuel Arnaldo Calado	22 000	161 071	1,10%
Conselho Nacional de Carregadores	20 000	146 428	1,00%
António de Sousa Marques de Oliveira	10 000	73 214	0,50%
	1 816 600	13 300 062	90,83%
Acções em Carteira	183 400	1 342 746	9,17%
Total	2 000 000	14 642 808	100,00%

Dando cumprimento ao nº 3, do art.º 446 da Lei nº 1/04 de 13 de Fevereiro, as detenções de capital por parte de membros dos órgãos de Administração e de fiscalização são as seguintes:

Accionista	Cargo	Aquisição	Nº acções	Participações
Mário Palhares	Presidente	Valor Nominal	565 600	28,28%
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente	Valor Nominal	108 200	5,41%

O Conselho de Administração propõe para deliberação da Assembleia Geral a seguinte aplicação de resultados:

Reserva legal - AKZ 259 296 milhares (20,00 % do resultado líquido);

Resultados transitados - AKZ 745 475 milhares (57,50 % do resultado líquido);

Dividendos - AKZ 291 708 milhares (22,50% do resultado líquido).

O Resultado líquido do exercício, no montante de AKZ 1 296 479 milhares, corresponde a um lucro por acção de AKZ 648 milhares (2013 foi de AKZ 1 380 milhares).

19. Reservas, fundos e resultados transitados

A rubrica de reservas, fundos e resultados transitados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Reservas e fundos	3 568 462	34 691	4 536 729	46 474
Reserva legal	3 558 137	34 591	3 006 282	30 796
Fundo social	10 325	100	45 352	465
Outras reservas	-	-	1 485 095	15 213
Resultados potenciais	(1 154 502)	(11 224)	-	-
Resultados transitados	2 930 483	28 489	7 869 264	80 612
Acções ou quotas próprias de tesouraria	(1 342 746)	(13 054)	(85 612)	(877)

Nos termos da legislação vigente, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, o Banco tem transferido anualmente para esta reserva 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

Notas às Demonstrações Financeiras

20. Proveitos de instrumentos financeiros Activos

A rubrica Proveitos de Instrumentos financeiros Activos é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Proveitos de instrumentos financeiros Activos	10 972 568	111 270	10 660 824	110 503
De aplicações de liquidez	595 407	6 037	416 227	4 314
De títulos e valores mobiliários	1 416 422	14 364	657 705	6 817
Mantidos até ao vencimento	1 416 422	14 364	657 705	6 817
De Crédito	8 960 739	90 869	9 586 892	99 372

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente aos Depósitos a prazo em Instituições de Crédito no estrangeiro, assim como de operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários respeitam aos juros de títulos da dívida Pública, nomeadamente títulos do Banco Central, Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro.

A rubrica Proveitos de Crédito reflecte os juros dos contratos de Créditos concedidos a Clientes.

21. Custos de instrumentos financeiros Passivos

A rubrica Custos de Instrumentos financeiros Passivos é analisada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Custos de Instrumentos financeiros Passivos	(4 427 055)	(44 893)	(4 716 552)	(48 889)
De Depósitos	(3 674 291)	(37 260)	(3 787 404)	(39 258)
De Depósitos à Ordem	(6 903)	(70)	(7 814)	(81)
De Depósitos a Prazo	(3 667 388)	(37 190)	(3 779 590)	(39 177)
De captações liquidez	(457 969)	(4 644)	(638 059)	(6 614)
De outras captações	(294 795)	(2 989)	(291 089)	(3 017)
De captações com dívida subordinada	(294 795)	(2 989)	(291 089)	(3 017)

A rubrica Custos de captações liquidez inclui juros relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

22. Resultados de operações cambiais

A rubrica Resultados em operações cambiais é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Resultado em operações cambiais	4 311 565	43 723	2 682 562	27 805
Reavaliação da posição cambial				
Lucros	7 604 846	77 119	7 567 712	78 442
Prejuízos	(3 293 281)	(33 396)	(4 885 150)	(50 637)
Líquido	4 311 565	43 723	2 682 562	27 805

Os resultados em operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do Banco, bem como o resultado das operações cambiais realizadas.

23. Resultado da prestação de Serviços financeiros

A rubrica Resultado da prestação de Serviços financeiros é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Resultado da prestação de Serviços financeiros	3 304 498	33 510	2 426 184	25 148
Comissões recebidas	4 583 634	46 482	3 075 539	31 879
Cartões Visa e Mastercard	2 435 889	24 702	1 208 702	12 529
Transferências	441 825	4 480	851 412	8 825
Abertura de linhas de Crédito	587 460	5 957	308 974	3 203
Crédito documentário	404 779	4 105	180 792	1 874
Outras operações bancárias	38 057	386	55 322	573
Outros Serviços bancários	505 294	5 124	345 303	3 579
Outros compromissos	141 936	1 439	125 034	1 296
Títulos	28 378	288	-	-
Compensação electrónica	16	1	-	-
Comissões pagas	(1 279 136)	(12 972)	(649 355)	(6 731)
Cartões Visa e Mastercard	(1 248 811)	(12 664)	(602 741)	(6 248)
Linhas de Crédito irrevogáveis	(14 146)	(144)	(40 420)	(419)
Outras comissões	(16 179)	(164)	(6 194)	(64)

Notas às Demonstrações Financeiras

A rubrica Cartões Visa e Mastercard refere-se as comissões recebidas ou pagas referentes aos Cartões de diferentes bandeiras.

Nas comissões recebidas, 81% referem-se à rede Visa, 17% à rede Multicaixa e 2% à rede Mastercard.

Nas comissões pagas, 84% referem-se à rede Visa, 12% à rede Multicaixa e 5% à rede Mastercard.

A rubrica Outras operações bancárias refere-se a proveitos com comissões de gestão da carteira de Crédito.

A rubrica Outros Serviços bancários inclui proveitos com comissões resultantes do protocolo celebrado entre o Banco e o Ministério das Finanças para arrecadação de receitas no montante de AKZ 468 343 milhares (2013: AKZ 326 705 milhares).

A rubrica Outros compromissos inclui proveitos com prémios de garantias prestadas no montante de AKZ 141 936 milhares (2013: AKZ 117 903 milhares).

24. Provisões para Crédito de liquidação duvidosa e prest. garantias

A rubrica Provisões para Crédito de liquidação duvidosa regista as dotações líquidas de reversões e é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Total	(5 817 948)	(58 999)	(688 691)	(7 139)
Crédito interno (Nota 8)	(5 628 173)	(57 074)	(697 505)	(7 230)
Dotações	(7 859 235)	(79 699)	(1 292 446)	(13 397)
Reposições	2 231 062	22 625	594 941	6 167
Responsabilidades prováveis (Nota 17)	(189 775)	(1 925)	8 814	91
Dotações	(295 177)	(2 994)	(56 009)	(573)
Reposições	105 402	1 069	64 823	664

25. Custos com o pessoal

A rubrica de Custos com pessoal é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Custos com pessoal	(3 085 571)	(31 290)	(2 688 542)	(27 868)
Órgãos de gestão e fiscalização	(548 697)	(5 564)	(623 939)	(6 467)
Salário base	(320 688)	(3 252)	(299 676)	(3 106)
Subsídios e Bónus	(228 009)	(2 312)	(324 263)	(3 361)
Colaboradores	(2 368 225)	(24 016)	(1 906 780)	(19 765)
Salário base	(1 560 540)	(15 825)	(1 446 714)	(14 996)
Subsídios e Bónus	(807 685)	(8 191)	(460 066)	(4 769)
Encargos sociais	(168 649)	(1 710)	(157 823)	(1 636)
Obrigatórios	(146 504)	(1 486)	(151 091)	(1 566)
Facultativos	(22 145)	(225)	(6 732)	(70)

O número de Colaboradores do Banco no final do exercício de 2014 foi de 779 (743 em 2013), dividindo-se nas seguintes categorias profissionais:

	2014	2013
Administração	7	9
Assessores	2	2
Directores	30	26
Sub - Directores		
Coordenadores	27	19
Chefes Deptos		
Gerentes BNI Prime	58	65
Gerentes BNI		
Técnicos	655	622
	779	743

Notas às Demonstrações Financeiras

26. Fornecimentos de terceiros

A rubrica de Fornecimento de terceiros é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Fornecimentos de terceiros	(3 694 664)	(37 467)	(3 273 571)	(33 932)
Comunicações	(276 298)	(2 802)	(101 664)	(1 054)
Água e energia	(69 234)	(702)	(18 841)	(195)
Transportes, deslocações e alojamentos	(294 397)	(2 985)	(219 119)	(2 271)
Publicações, publicidade e propaganda	(175 901)	(1 784)	(82 891)	(859)
Segurança, conservação e reparação	(408 277)	(4 140)	(317 465)	(3 291)
Auditorias, consultorias e outros serv. técnicos especializados	(1 386 856)	(14 064)	(1 217 779)	(12 623)
Seguros	(122 824)	(1 246)	(124 402)	(1 289)
Alugueres	(374 997)	(3 803)	(369 320)	(3 828)
Materiais diversos	(338 613)	(3 434)	(567 655)	(5 884)
Outros fornecimentos de terceiros	(247 267)	(2 507)	(254 435)	(2 638)

A rubrica de Auditorias e consultorias inclui Serviços de segurança no montante de AKZ 470 355 milhares (2013: AKZ 473 366 milhares), Serviços de consultoria informática no montante de AKZ 350 755 milhares (2013: AKZ 348 301 milhares) e Serviços de consultoria financeira no montante de AKZ 274 204 milhares (2013: AKZ 122 974 milhares).

A rubrica Segurança, conservação e reparação é constituída principalmente pelos Serviços de reparação e conservação de máquinas e ferramentas com AKZ 118 328 milhares (2013: AKZ 210 milhares), Serviços de limpeza com AKZ 114 807 milhares (2013: AKZ 103 899 milhares) e conservação e reparação de imóveis com AKZ 59 354 milhares (2013: AKZ 7 924 milhares).

27. Depreciações e amortizações

A rubrica de Depreciações e amortizações é apresentada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Depreciações e amortizações	(1 283 366)	(13 014)	(1 329 993)	(13 786)
Imobilizações corpóreas	(747 913)	(7 584)	(1 105 701)	(11 461)
Imóveis de Serviço próprio	(173 595)	(1 760)	(617 055)	(6 396)
Outras imobilizações	(278)	(3)	(53 845)	(558)
Equipamento	(574 040)	(5 821)	(434 801)	(4 507)
Imobilizações incorpóreas	(535 453)	(5 430)	(224 292)	(2 325)

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de imobilizado incorpóreo integra custos plurianuais, software, organismos em expansão e benfeitorias em imóveis de terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2013, não se encontravam registadas benfeitorias em imóveis de terceiros.

28. Provisões sobre outras responsabilidades prováveis

A rubrica Provisões sobre outras responsabilidades prováveis é analisada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Provisões sobre outras responsabilidades prováveis	(9 335)	(94)	(44 148)	(458)
Provisões s/resp. prováveis de natureza fiscal	23 187	234	55 796	572
Provisões p/resp. prováveis de natureza administrativa	(76 948)	(780)	(55 518)	(569)
Provisões p/resp. prováveis com reforma sobrevivência	44 426	451	(44 426)	(455)

29. Outros proveitos e custos operacionais

A rubrica de Outros proveitos e custos operacionais é analisada como segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Outros proveitos e custos operacionais	1 044 094	10 588	1 631 597	16 912
Outros proveitos operacionais	1 187 194	12 038	1 752 034	18 160
Recuperação de Créditos anulados	115 926	1 176	543 814	5 637
Anuidades	188 001	1 906	142 702	1 479
Outras prestações de Serviços	506 224	5 134	883 702	9 160
Outros proveitos	376 833	3 821	181 813	1 884
Irreconciliáveis	184	1	2	-
Irregulares	-	-	1	-
Regulares	26	-	-	-
Outros custos operacionais	(143 100)	(1 450)	(120 437)	(1 248)
Regulares	-	-	(44 713)	(463)
Furtos	(42 071)	(427)	(3 789)	(39)
Custos e prejuízos diversos	(99 385)	(1 008)	(71 935)	(746)
Irregulares	(1 331)	(13)	-	-
Irreconciliáveis	(313)	(2)	-	-

Notas às Demonstrações Financeiras

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Outros prestações de Serviços incluía proveitos referentes a: levantamentos em ME, expediente, bloqueio de Cheques, ordens de Pagamento, manutenção trimestral e emissão de extractos.

30. Resultado não operacional

A rubrica de Resultado não operacional é apresentada como se segue:

	2014	2014	2013	2013
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Resultados não operacionais	78 657	798	(455 672)	(4 723)
Ganhos e perdas nas imobilizações	(11 614)	(118)	54 087	561
Imobilizações financeiras	(13 866)	(141)	(30 608)	(317)
Imobilizações corpóreas	2 252	23	84 695	878
Resultado na alienação de imobilizações	40 070	407	-	-
Imobilizações corpóreas	40 070	407	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	139 059	1 410	(509 759)	(5 284)
Ganhos de exercícios anteriores	1 029 208	10 437	348 794	3 615
Perdas de exercícios anteriores	(890 149)	(9 027)	(858 553)	(8 899)
Resultado extraordinário	(88 858)	(901)	-	-
Diferenças irreconciliáveis	6	0	-	-
Perdas extraordinárias	(88 864)	(901)	-	-

31. Encargos sobre o resultado corrente

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2014 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4º da Lei nº 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial (notas 2.2 j).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados ascende ao montante de AKZ 92 661 milhares e AKZ 1 458 254 milhares, respectivamente.

O cálculo do Imposto Industrial é apresentado como se segue:

	2014	2013
	AKZ'000	AKZ'000
Resultado antes de imposto	1 389 140	4 217 531
Deduções e abatimentos	(1 439 609)	(665 593)
Acréscimos	359 339	640 908
Matéria colectável	308 870	4 192 846
Imposto industrial (35%)	92 661	1 458 254
Resultado líquido	1 296 479	2 759 277
Taxa efectiva de imposto	6,7%	34,6%

32. Balanço por moedas

Estrutura do balanço por moedas a 31 de Dezembro de 2014:

AKZ'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	50 438 931	5 636 821	6 678	119 418	145 891 288	202 093 137
Disponibilidades	11 809 536	594 766	6 442	119 257	17 355 788	29 885 788
Aplicações de liquidez	9 261 442	939 244	-	-	6 200 000	16 400 687
Títulos e valores mobiliários	795 363	-	-	-	22 816 286	23 611 649
Créditos no sistema de Pagamento	-	-	-	-	66 970	66 970
Operações cambiais	925 767	-	-	-	-	925 767
Créditos	13 690 115	-	236	100	74 754 503	88 444 953
Outros valores	4 699 038	214 521	-	61	9 147 289	14 060 908
Imobilizações	9 257 670	3 888 290	-	-	15 550 455	28 696 415
Total Passivo	(53 814 961)	(3 463 818)	(2 682)	(1 071)	(124 869 621)	(182 152 153)
Depósitos	(32 891 273)	(2 395 352)	(2 681)	(1 071)	(120 053 781)	(155 344 158)
Captações para liquidez	(15 047 479)	-	-	-	-	(15 047 479)
Obrigações no sist. de Pagamentos	-	-	-	-	(292 510)	(292 510)
Operações cambiais	-	-	-	-	(926 280)	(926 280)
Outras captações	(5 227 178)	(868 975)	-	-	(882 522)	(6 978 676)
Outras obrigações	(642 502)	(199 491)	(1)	-	(2 174 011)	(3 016 005)
Provisões para resp. prováveis	(6 528)	-	-	-	(540 517)	(547 045)
Total dos fundos próprios	-	-	-	-	(19 940 984)	(19 940 984)

Notas às Demonstrações Financeiras

Estrutura do balanço por moedas a 31 de Dezembro de 2013:

AKZ'000	Dólares	Euros	Randes	Libras	Kwanzas	Total
Total Activo	57 441 313	3 664 177	7 971	24 628	123 037 845	184 175 934
Disponibilidades	11 473 191	363 808	7 768	24 628	19 569 321	31 438 716
Aplicações de liquidez	26 207 307	833 340	-	-	5 000 000	32 040 647
Títulos e valores mobiliários	753 659	-	-	-	9 493 774	10 247 433
Créditos no sistema de Pagamento	-	-	-	-	600	600
Operações cambiais	780 948	-	-	-	-	780 948
Créditos	17 695 343	14	203	-	68 268 217	85 963 777
Outros valores	530 865	2 467 015	-	-	5 096 866	8 094 746
Imobilizações	-	-	-	-	15 609 067	15 609 067
Total Passivo	(55 979 122)	(2 486 450)	(3 029)	(4 100)	(104 584 471)	(163 057 172)
Depósitos	(34 637 505)	(2 397 750)	(3 028)	(431)	(96 460 955)	(133 499 669)
Captações para liquidez	(15 749 888)	-	-	-	-	(15 749 888)
Obrigações no sist. de Pagamentos	(75)	-	-	-	(1 083 123)	(1 083 198)
Operações cambiais	-	-	-	-	(782 904)	(782 904)
Outras captações	(4 963 186)	(84 965)	-	(3 669)	(167 993)	(5 219 814)
Outras obrigações	(614 284)	(3 735)	(1)	-	(5 737 103)	(6 355 123)
Provisões para resp. prováveis	(14 184)	-	-	-	(352 393)	(366 577)
Total dos fundos próprios	(46)	2 860	-	-	(21 121 576)	(21 118 762)

33. Partes relacionadas

Accionistas

Mário Abílio Pinheiro Moreira Palhares
João Baptista de Matos
BGI
Valdomiro Minoru Dondo
José Teodoro Garcia Boyol
Ivan Leite de Morais
Óscar Tito Cardoso Fernandes
Rute Marisa Proença Brito
Arnaldo Leiro Octávio
Joaquim Manuel Nunes
Leonel da Rocha Pinto
Kanda Nimi Kassoma
Rui da Cruz
Mário de Almeida Dias
Manuel Arnaldo Calado
Carlos Manuel de Carvalho Rodrigues
Conselho Nacional de Carregadores
António de Sousa Marques de Oliveira

Outras entidades relacionadas

Predigest – Empreendimentos, Lda.	Cliente
BPI – Banco Privado Internacional	Correspondente

Orgãos Sociais

Mário Palhares	Presidente do Conselho de Administração
José Teodoro Garcia Boyol	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Sandro Africano	Administrador Executivo
Lara Boyol	Administrador Executivo
Pedro Palhares	Administrador Executivo
Bruno Inglês	Administrador Executivo
João de Matos	Presidente Mesa de Assembleia Geral
Bornito de Sousa	Vice-Presidente Mesa de Assembleia Geral
Luís Manuel Neves	Presidente Conselho Fiscal
Licínio de Assis	Vogal Conselho Fiscal
Dina Maria Leote de Oliveira	Vogal Conselho Fiscal

Empresas subsidiárias e associadas

Emis - Empresa Interbancária de Serviços, SARL
BNI - Banco de Negócios Internacional (Europa), S.A.
Facilcred - Sociedade de MicroCrédito, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante global de Activos, Passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AKZ'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	17 764	135 560	-	4 195 485	4 348 809
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	4 195 485	4 195 485
Crédito total (Nota 8)	17 740	135 560	-	-	153 300
Outros valores (Nota 9)	24	-	-	-	24
Passivo	3 308 740	452 396	165 823	514 544	4 441 503
Depósitos (Nota 12)	3 308 740	452 396	165 823	514 544	4 441 503

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	173	1 318	-	40 787	42 278
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	40 787	40 787
Crédito total (Nota 8)	173	1 318	-	-	14 890
Outros valores (Nota 9)	-	-	-	-	-
Passivo	32 166	4 398	1 613	5 002	43 179
Depósitos (Nota 12)	32 166	4 398	1 613	5 002	43 179

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante global de Activos, Passivos e responsabilidades extra patrimoniais relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AKZ'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	598 162	23 024	83 464	2 935 250	3 639 899
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	2 935 250	2 935 250
Crédito total (Nota 8)	598 162	23 024	-	-	621 186
Outros valores (Nota 9)	-	-	83 464	-	83 464
Passivo	6 812 663	464 111	163 886	442 665	7 883 325
Depósitos (Nota 12)	6 812 663	464 111	163 886	442 665	7 883 325

USD'000

	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Activo	6 128	236	855	30 069	37 288
Disponibilidades (Nota 3)	-	-	-	30 069	30 069
Crédito total (Nota 8)	6 128	236	-	-	6 363
Outros valores (Nota 9)	-	-	855	-	855
Passivo	69 789	4 754	1 679	4 534	80 756
Depósitos (Nota 12)	69 789	4 754	1 679	4 534	80 756

Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AKZ'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	3 249	560	-	-	3 809
Crédito (Nota 20)	3 249	560	-	-	3 809
Custos	8 486	1 166	49	1 616	11 317
Depósitos (Nota 21)	8 486	1 166	49	1 616	11 317

USD'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	33	6	-	-	39
Crédito (Nota 20)	33	6	-	-	39
Custos	86	12	0	16	115
Depósitos (Nota 21)	86	12	0	16	115

Em 31 de Dezembro de 2013, o montante global dos resultados relativos a operações realizadas com partes relacionadas, de acordo com a legislação aplicável do Banco Nacional de Angola, tem a seguinte decomposição:

AKZ'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	3 773	20	-	-	3 793
Crédito (Nota 20)	3 773	20	-	-	3 793
Custos	16 082	720	898	1 673	19 373
Depósitos (Nota 21)	16 082	720	898	1 673	19 373

USD'000					
	Accionistas	Membros dos Órgãos Sociais	Empresas Subsidiárias e associadas do Banco	Outras entidades relacionadas	Total
Proveitos	39	0	-	-	39
Crédito (Nota 20)	39	0	-	-	39
Custos	167	7	9	18	201
Depósitos (Nota 21)	167	7	9	18	201

Notas às Demonstrações Financeiras

34. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Responsabilidades perante terceiros	32 033 407	311 419	19 153 212	196 205
Garantias prestadas	20 526 369	199 551	13 712 533	140 471
Compromissos assumidos perante terceiros	11 507 038	111 868	5 440 679	55 734

Os montantes de garantias prestadas são apresentados como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Garantias prestadas	20 526 369	199 551	13 712 533	140 471
Garantias prestadas	13 855 132	134 695	6 203 353	63 547
Crédito documentário	6 671 237	64 856	7 509 180	76 924

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os Créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou Serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do Serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os montantes de responsabilidades por prestações de garantias são apresentados como segue:

	2014		2013	
	AKZ'000	USD'000	AKZ'000	USD'000
Responsabilidades por prestação de Serviços	(16 073 844)	(156 265)	(7 468 350)	(76 505)
Serviços prestados por terceiros	(23 179 080)	(225 339)	(9 544 645)	(97 775)
Depósito e guarda de valores	(23 179 080)	(225 339)	(9 544 645)	(97 775)
Serviços prestados pela Instituição	7 105 236	69 074	2 076 295	21 270
Depósito e guarda de valores	5 470 160	53 179	-	-
Cobrança	1 635 076	15 895	2 076 295	21 270

Os compromissos assumidos perante terceiros representam acordos contratuais para a concessão de Crédito com os Clientes do Banco (por exemplo linhas de Crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente requerem o Pagamento de uma comissão.

35. Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transacções e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.

36. Factos relevantes

Em 2014 o Banco BNI aumentou o seu capital social por incorporação de resultados transitados e reservas livres no valor de AKZ 8 603 704 milhares (USD 83 642 milhares), perfazendo um total de AKZ 14 642 808 milhares (USD 142 353 milhares), aumentando o seu capital em 142,5%.

Este aumento permitiu aumentar a sua credibilidade e visibilidade a nível Nacional e Internacional, assim como garantir a estabilidade dos seus principais rácios.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

BANCO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1 - Dando cumprimento ao mandato que V^{as} Exas nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.**, vimos submeter à apreciação de V^{as} Ex^{as}., o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 2 - O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que julgadas pertinentes.
- 3 - A actividade do Banco, no decorrer do exercício económico em análise, continuou a caracterizar-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade Comercial, baseada na execução do Plano de Actividade e Orçamento reportados ao exercício findo, tendo como pontos de relevante importância:
 - i. A consolidação dos preceitos relativos aos avisos nº 1 e nº 2 do Banco Nacional de Angola que regulamenta as obrigações das Instituições Financeiras no âmbito da Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno do Banco;
 - ii. A implementação de novos processos de análise, gestão e risco da carteira de Crédito conformando os procedimentos e as provisões de acordo com o estabelecido pelo Banco Nacional de Angola dando maior cobertura de risco aos activos e Fundos Próprios. Destaca-se, como ponto relevante, a decisão de adopção antecipada do Aviso nº12/2014 e do Instrutivo nº02/2015, ambos do BNA, relativos à constituição de provisões.
- 4 - A opinião e parecer dos auditores independentes é de estarem as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados para os diversos elementos patrimoniais em conformidade com os requisitos legais estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola. Merecem a concordância do Conselho Fiscal, pelo que as Contas que são presentes aos Ex^{ms}. Senhores Accionistas reflectem os registos contabilísticos expressos nos respectivos balancetes e demais elementos que compõem as Demonstrações Financeiras, preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e normas estabelecidas para o sector.



5 - Face ao referido no ponto anterior, a situação económica e financeira pode ser resumida do seguinte modo:

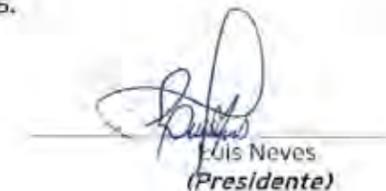
a) - A Demonstração de Resultados apresenta um Lucro Líquido em milhares em AKZ no valor **1.296.479**, decorrente de Proveitos Operacionais e não Operacionais no valor de milhares de AKZ de **19.813.646**, de Custos Operacionais e Não Operacionais no valor de milhares AKZ de **18.424.506** e encargos sobre o resultado corrente em milhares de AKZ no valor de **92.661**;

b) - O balanço apresenta um total do Activo em milhares de AKZ no valor de **202.093.137**, um total do Passivo de milhares de AKZ no valor de **182.152.153**, e o Capital e Fundos Próprios no valor de milhares de AKZ de **19.940.984**, que inclui os resultados líquidos transitados e do exercício.

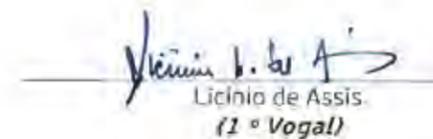
6 - O Conselho Fiscal recomenda, para o exercício económico de 2015, a continuidade de políticas de gestão prudentes dadas as limitações actuais do mercado, particularmente devido à baixa liquidez, à diminuição de divisas no mercado e a reorganização das empresas, que devido à necessidade de implementarem os novos requisitos fiscais passam a ter obrigações que poderão influir nas carteiras de depósitos e outras transacções com o Banco.

7 - Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **BNI - Banco de Negócios Internacional, S.A.** naquela data, estando em condições de serem submetidas à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 9 de Abril de 2015.



Luís Neves
(Presidente)



Licínio de Assis
(1.º Vogal)



Dina Leote
(2.º Vogal)



Relatório & Contas 2014

Direcção de Controle de Gestão
Direcção de Marketing e Comunicação

Julho 2015

BNI
Banco de Negócios Internacional

Avenida Che - Guevara, nº 42 - A
Bairro Maculusso - Município da Ingombota
Cx. Postal 578 Luanda - Angola
Tel. +244 222 632 900

www.bni.ao

